

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
NEILAINÉ RAMOS ROCHA

A ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA NO BRASIL:
o pensamento inovador de Eugênio Gudín.

MARINGÁ

2008

NEILAINÉ RAMOS ROCHA

A ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA NO BRASIL:
o pensamento inovador de Eugênio Gudín.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Maringá

2008

NEILAINÉ RAMOS ROCHA

A ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA NO BRASIL: o
pensamento inovador de Eugênio Gudín.

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade Estadual de Maringá –
UEM, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: *História da Idéias
e Instituições*

Orientador: Prof. Moacir José da Silva

Maringá

2008

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

Rocha, Neilaine Ramos

R672e A economia política clássica no Brasil : o pensamento inovador de Eugênio Gudín / Neilaine Ramos Rocha. -- Maringá : [s.n.], 2008.

152 f.

Orientador : Prof. Dr. Moacir José da Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais, 2008.

1. Gudín, Eugênio, 1886-1986. 2. Economia política clássica. 3. Inovação. 4. História do Brasil. I. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em História. II. Título.

CDD 21.ed. 981

NEILAINÉ RAMOS ROCHA

A ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA NO BRASIL:
o pensamento inovador de Eugênio Gudín.

COMISSÃO JULGADORA

Maringá, _____ de _____ de 2008

À todos os que professam a humildade
intelectual, os limites do conhecimento, o
ápice da ciência...

“Quando perdemos o direito de sermos diferentes, perdemos o privilégio de sermos livres” Charles Evans Hughes

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pelo dom da vida e pela sede que me deu pelo conhecimento.

Para não cometer a injustiça de não acrescentar algum nome, pois foram muitos, decidi agradecer de modo geral a meus amigos que, de uma forma ou de outra, contribuíram com sua amizade e com sugestões efetivas para a realização deste trabalho, gostaria de expressar minha alegria por tê-los por perto.

Minha profunda gratidão aos meus pais e minha irmã que ao longo dessa caminhada acreditaram em mim e me apoiaram. Com paciência me encorajaram a dar o melhor de mim nesse trabalho tão importante em minha história de vida.

Agradeço a mestres que com tanta dedicação me incentivaram na carreira acadêmica como o professor Itamar Flávio da Silveira, que também se mostrou mais que um referencial nessa caminhada, um amigo.

Sou grata pela excelência profissional do meu orientador, o Professor Doutor Moacir José da Silva que, ao longo do processo de elaboração dessa dissertação, conferiu, com paciência e respeito ao meu trabalho, contribuições preciosas para a sua finalização.

Agradeço ao Programa de Mestrado do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá

Agradeço a todos, pois com certeza sozinha eu não teria feito este trabalho.

ROCHA, Neilaine Ramos. A Economia Política Clássica no Brasil: o pensamento inovador de Eugênio Gudín. Maringá, 2008, 152p. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Estadual de Maringá.

RESUMO

Esta pesquisa é sobre o pensamento de Eugênio Gudín como um scholar brasileiro da economia política clássica. Este trabalho focaliza o lado inovador do seu pensamento sobre a problemática econômica e política da sociedade brasileira. Esta dissertação apresenta os resultados de uma pesquisa através de cinco capítulos principais: No primeiro capítulo, apresentamos uma revisão bibliográfica acerca da literatura especializada sobre Gudín; nele são mostrados diversos enfoques sobre ele e apresentados um estudo biobibliográfico do autor. No segundo capítulo são apresentados os pressupostos teóricos que conferem identidade intelectual e fundamento para esta pesquisa. O aporte teórico essencial deste trabalho é a escola austríaca de economia. No terceiro capítulo, buscou-se analisar as idéias econômicas de Gudín sobre as diversas formas de intervencionismo na economia brasileira. O Quarto capítulo trata das idéias políticas de Gudín e seu conceito de democracia. No último capítulo analisamos três pontos essenciais: 1) a contextualização de Gudín como um scholar da Economia Política Clássica em sua versão austríaca; 2) a sua contribuição para a economia política no Brasil e; 3) os limites dos estudos historiográficos que consideraram Gudín um autor conservador.

Palavras – chave: Eugênio Gudín; Economia Política Clássica; Inovação; História do Brasil.

ROCHA, Neilaine Ramos. The Classical Political Economy the innovative thinking of Eugenio Gudín. Maringá, 2008, 152p. Dissertation (History master's degree) - Department of History, State University of Maringá.

ABSTRACT

This research is about the innovative thinking of Eugenio Gudín as a Brazilian scholar of the classical political economy. This work focuses his innovative thinking on the economic and political problems of Brazilian society. This dissertation presents the results of a research through five main chapters: In the first chapter we present a literature review of the specialist literature on Gudín, there are shown approaches to Gudín and presented a biographical and bibliographical study of him. The second chapter presents the theoretical assumptions that give identity and intellectual background for this search. The essential theoretical contribution to this work came of Austrian school of economics. In the third chapter, we analyze the economic ideas of Gudín on the various forms of interventionism in the Brazilian economy. The fourth chapter deals with the ideas and policies of Gudín its concept of democracy. In the last chapter we analyze three essential points: 1) the contextualization of Gudín as a scholar of the Classical Political Economy in its version Austrian, 2) its contribution to the economy policy in Brazil and, 3) the limitations of the historiographical studies that admits Gudín as an author conservative.

Key - words: Eugênio Gudín; Classical Political Economy; Innovation; History of Brazil.

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	vii
Resumo.....	viii
Abstract.....	viii
Introdução.....	14
1. CAPÍTULO I – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	18
1.1 Introdução	18
1.2 à guisa de uma bibliografia de Gudin	18
1.3 Gudin e as vertentes da literatura: nota preliminar.....	23
1.4 O enfoque marxista sobre Gudin	25
1.5 O enfoque desenvolvimentista sobre Gudin.....	28
1.6 O enfoque do marxismo revisado sobre Gudin	29
1.7 O enfoque Austríaco sobre Gudin	32
1.8 Conclusão	32
2. Capítulo II - APORTE TEÓRICO	34
2.1 Introdução	34
2.2 Preâmbulo do cerne da escola austríaca	34
2.3 Caracterização conceitual sobre a origem da Economia Política.....	35
2.4 Principais Ramificações Ulteriores da Economia Política pos-ricardiana.....	38
2.5 A concepção austríaca da dinâmica das instituições	40
2.6 o aspecto inovador Liberdade	44
2.7 O anti-racionalismo austríaco.....	46
2.8 O conceito de progresso à despeito do positivismo	47
2.9 A abordagem anti-intervencionista austríaca	50
2.10 Conclusão	52
3. CAPÍTULO III – GUDIN E A PROBLEMÁTICA ECONÔMICA DO BRASIL.....	53
3.1 Introdução	53
3.2 A oposição de Gudin ao nacional desenvolvimentismo: aspectos teórico-conceituais.....	53

3.3	Gudin X Simonsen: a formalização da contraposição entre liberalismo e desenvolvimentismo	61
3.4	A análise econômica de Gudin concernente ao Governo de JK	70
3.5	O Desenvolvimento Econômico sob a Égide do Estado	74
3.6	Castelo Branco e a ortodoxia liberal.....	86
3.7	Costa e Silva e o desenvolvimentismo de Delfim Netto	90
3.8	Intervencionismo e inflação no brasil	100
3.9	Conclusão	108
4.	CAPITULO IV - Gudin e a problemática política do Brasil	109
4.1	Introdução	109
4.2	O cenário político e a questão da democracia	109
4.3	A democracia, na visão de Eugênio Gudin, após o Golpe militar de 1964.	117
4.4	O governo de Castelo Branco e a Constituição de 1967.....	124
4.5	Conclusão	128
5.	CAPÍTULO V – GUDIN: A ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA BRASILEIRA DO SÉCULO XX.....	130
5.1	Introdução	130
5.2	Eugênio Gudin como economista político Clássico.....	130
5.3	A contribuição de Gudin para a economia política clássica	136
5.4	A Contraposição de Gudin ao Conservadorismo	140
5.5	A Crença no poder das mudanças	142
5.6	A Ótica conservadora do Intervencionismo.....	144
5.7	Limites do conservadorismo imputado a Gudin pela historiografia	146
6.	CONCLUSÃO	147
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	149
7.1	Livros.....	149
7.2	Periódicos	151
7.3	Documentos Eletrônicos	152

INTRODUÇÃO

Este estudo busca resgatar as idéias de Eugênio Gudín, economista político brasileiro, contestado no final de sua vida e muitas vezes não compreendido na atualidade. Inúmeros termos foram ligados a sua figura. Analisado sob várias perspectivas, inúmeros preconceitos políticos ainda circundam sua imagem apagando sua real contribuição para o desenvolvimento das idéias nos campos político e econômico no Brasil.

As idéias contidas no campo teórico são diversas, possuindo cada uma suas peculiaridades. Essas vertentes se multiplicam à medida que o conturbado século XX caminha. A crise no capitalismo em 1929 cria a necessidade de novas explicações, novas regras para se alcançar o desenvolvimento econômico de determinada nação.

A problemática deste trabalho é entender o modo como o escrito Gudíniano perfilou e ao mesmo tempo expressou o quadro geral da História das Idéias e das próprias relações humanas no Brasil, observando a visão que ele tinha da sociedade brasileira e de seus problemas, buscando identificá-los sob a ótica da economia política clássica.

O presente trabalho analisa as idéias de Gudín, particularmente seus artigos jornalísticos, publicados no Jornal O Globo. Esse momento é tido como um momento de crises políticas e econômicas, crise das instituições democráticas, período de transição de democracia a ditadura no Brasil. Uma conjuntura fértil para se analisar as idéias de Gudín, visto esses dois momentos distintos que se fundem

na História, moldando os rumos da nação. De crítico, Gudin passa a ser defensor do Estado e assim torna-se importante a observação de suas idéias em seu discurso, pois elas expressam como o liberalismo se insere nas ações e reflexões da História do Brasil no período em questão.

Os últimos anos do governo de Juscelino Kubitschek e os anos seguintes até 1964 retratam a força das idéias desenvolvimentistas ; naquele contexto, Gudin se coloca como crítico contundente do Estado. Porém, com a “revolução” de 1964, com o golpe militar, Gudin passa a defender essa ação e a acreditar nesse Estado que, para ele, iria reorientar a economia do país. Isso pode se observar principalmente nos primeiros anos de ditadura, com Castelo Branco. Porém, até 1969, período em que se encerra o governo de Costa e Silva, o descontentamento de Gudin com a “revolução” se torna nítido.

Como informa a historiografia, a população brasileira viveu uma experiência democrática entre os anos de 1946 e 1964; o fim da ditadura do Estado Novo e a vitória das democracias na II Guerra Mundial marcaram esse período. Entre 1964 e 1970, a América Latina presenciou mudanças drásticas em sua estrutura política. No Brasil o projeto político nacional-desenvolvimentista criou uma conjuntura de crises nos sistemas político e econômico. Foi assim que em abril de 1964 se instalou no Brasil uma ditadura militar que controlou o poder por vinte e um anos. Os militares interferiam em muitas esferas da sociedade, rompendo com liberdades em prol do estabelecimento de um regime autoritário.

Dessa forma, no contexto de dois cosmos institucionais antagônicos, tem inserção as análises de Eugênio Gudin, imprescindíveis para a compreensão do processo histórico que se deu a partir da visão de uma das matrizes teóricas mais relevantes do século XX do pensamento brasileiro. Observar como se comporta as

idéias liberais frente a um regime autoritário, é entender como se constituíram essas idéias no Brasil, e possivelmente não haja outra figura mais relevante para se captar essas informações que Eugênio Gudín. Ele foi criticado, odiado, elogiado, homenageado, contudo, respeitado até pelos seus críticos, devido seu valor para a História das Idéias no Brasil enquanto um representante da Economia Política Clássica.

O raciocínio econômico de Gudín pautava-se por princípios clássicos que se fundamentavam na idéia de que a economia capitalista tenderia a um equilíbrio dinâmico entre oferta e demanda, em condições de liberdade econômica.

Esta pesquisa buscou observar a originalidade de Eugênio Gudín, que traz como principal contribuição, a defesa das idéias e soluções liberais para a falta de desenvolvimento econômico no Brasil. Esse resgate dos princípios clássicos do liberalismo para explicar a conjuntura brasileira se expressa nos seus artigos jornalísticos, fonte primordial para a existência desse trabalho.

A principal fonte utilizada tem o caráter de literatura, discurso escrito com uma intencionalidade, revelando, portanto, a forma das idéias do autor. A produção literária se torna uma fonte histórica porque expressa elementos da sociedade que a criou. O autor, a obra e o público para quem ela foi produzida, possuem sua historicidade. O autor é um ser histórico que vive e é influenciado por elementos de seu tempo que serão norteadores de sua obra.

Torna-se então importante mapear o pensamento de Eugênio Gudín para se observar a contribuição de suas idéias para a formação da história das idéias no Brasil, tratando seu discurso como uma possibilidade interpretativa da história brasileira.

Esta pesquisa, em suma, é uma retomada do pensamento de Eugênio Gudín sob a ótica de ter sido ele um scholar brasileiro da economia política clássica apresentando uma interpretação inovadora da problemática econômica e política da sociedade brasileira. Neste sentido, ele é desenvolvido através de cinco seções que se distribuem da seguinte maneira

No primeiro capítulo, é feita uma revisão bibliográfica acerca da literatura especializada sobre Gudín; nele são retomados diversos enfoques sobre Gudín e apresentado um estudo biobibliográfico do autor ora em voga.

No segundo capítulo são apresentados os pressupostos teóricos que conferem identidade intelectual e fundamento para esta pesquisa. O aporte teórico desta pesquisa é apresentado enriquecido por uma digressão sobre os seus fundamentos.

No terceiro capítulo, buscou-se analisar as idéias econômicas de Gudín especialmente nos anos que vão de 1958 a 1964, fins dos anos JK até o Golpe Militar, onde se visualiza Gudín como um opositor assumido do Estado e de sua forma de gerir a nação.

O Quarto capítulo trata das idéias políticas de Gudín; aqui é retomada a crise política e econômica do governo de Goulart. Nesse contexto Gudín abre mão de seu liberalismo democrático e apóia o Golpe, não só apóia como também justifica e defende por alguns anos a nova realidade. Neste capítulo, é examinado o conceito de democracia de Gudín e sua estreita relação com seu pensamento liberal clássico

Por fim no quinto capítulo três pontos são analisados, a contextualização de Gudín como scholar da Economia Política Clássica, a sua contribuição para a economia política no Brasil e, por fim, os limites da imputação de conservador a Gudín por parte da historiografia analisada.

Ao final encontra-se a conclusão da pesquisa acerca da representatividade de Gudín como economista político e quando ao aspecto inovador de seu pensamento em contraposição a grande parte dos estudos historiográficos sobre ele.

CAPÍTULO I – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo é inicialmente assinalada a singularidade biobibliográfica de Gudin que vem procedida pela retomada da trajetória da historiografia acerca de suas idéias; a literatura relativa a Gudin é aqui revisitada a partir de quatro de suas subtendências essenciais; a saber: os enfoques oriundos das fontes interpretativas do marxismo, do desenvolvimentismo, do marxismo revisado e da escola austríaca de pensamento.

1.2 À GUIA DE UMA BIOBLOGRAFIA DE GUDIN

Eugênio Gudin Filho nasceu no Rio de Janeiro em 12 de julho de 1986; sua trajetória como economista teve início com experiência prática com a iniciativa privada, trabalhou como engenheiro civil desde 1905 e se envolveu com a economia desde a década de 1920, quando já publicava seus primeiros artigos sobre temas econômicos. Por quase trinta anos foi diretor geral da Great Western of Brazil Railway, uma companhia inglesa que construía ferrovias no Brasil.

Na profissão de engenheiro, teve seu nome relacionado à construção da grande barragem do Ceará em 1911, atuou como diretor da Pernambuco Tramways and Power e da Great Western Railway and Co. Em função da gestão de negócio de grande vulto, fez freqüentes viagens à França e Inglaterra, recebendo assim forte influência da vida cultural européia, cujos desdobramentos seriam sentidos em sua vida pública posterior. Em sua longa trajetória, Gudin foi professor de economia, engenheiro, homem de empresa e ocupou vários cargos públicos... (ABRAHÃO, 1995, p.119)

A crise de 1929 fez com que os economistas rediscutissem o capitalismo, os estudos acerca dessa ciência se intensificaram, várias teorias e

linhas explicativas surgiram e nesse momento Gudin surge no cenário da discussão das idéias econômicas e políticas do contexto nacional com maior representação, pois o contexto proporcionava mais abertura para a própria discussão da economia.

Havia ele (Gudin) atingido a plena maturidade intelectual, quando seu espírito se voltou para os problemas econômicos, dramaticamente postos em foco pela crise de 1929-33. As graves repercussões que ela teve durante a década de 30, levantaram em todas as consciências sérias dúvidas quanto ao valor dos meios tentados para debelá-la. Impôs-se assim ao mundo inteiro o dever de uma revisão das teorias econômicas até então aceitas. (Carneiro in KAFKA, 1979, p. 4)

Borges (1956) mostra que Gudin relatou, em uma aula inaugural em 1956, que se tornou economista devido a sua vocação humanista.

O que me encaminhou para a rota difícil, complexa e não raro árida, do estudo de Ciências Econômicas, foi um sentido de espírito público e de dever cívico muito mais do que de vocação. Porque eu sentia, há 30 anos atrás, quando comecei a enveredar pelo estudo deste ramo de conhecimentos humanos, que era preciso que alguns brasileiros se dedicassem, seriamente ao estudo de uma matéria que tão grande influência e tantas repercussões podia ter sobre o padrão de vida, ainda tão lamentavelmente baixo, do povo brasileiro. Foi esse sentimento de solidariedade humana que me orientou para os estudos econômicos. O meu caso aliás não é singular. Para só citar outro exemplo, em plano muito mais elevado, mencionarei a referência que se encontra na biografia do grande Alfred Marshall, escrita por Lord Keynes. (...) Marshall, referiu Keynes, foi elevado aos estudos econômicos pelo generoso impulso para colaborar na grande tarefa de aliviar a miséria e a degradação das classes na Inglaterra. (Gudin 1956, Apud: Borges, 1996, p. 252)

A produção intelectual de Gudin se apresentou principalmente em forma de artigos jornalísticos, sua ligação com o jornal lhe deu essa abertura. Os artigos do economista revelam que o mesmo ocupou uma posição de formador de opinião, transparecendo o caráter didático de seus artigos, Gudin busca passar para

seus leitores, de forma simplificada, noções de economia e a explicação teórica de suas idéias. Essas idéias rompem discussões acadêmicas, atingem leitores muitas vezes leigos, mas que enxergavam essas como possíveis soluções para os problemas de ordem política e econômica do Brasil.

Também foi autor de obras clássicas para o entendimento da economia no Brasil. Sua obra “Princípios de Economia Monetária” (1943) contempla, em dois volumes, teorias que serviram de base para as Escolas de economia no Brasil.

É preciso salientar que dois grandes economistas influenciaram as idéias de Gudin, Viner (1972) e Haberler (1976), seus coetâneos que marcaram fortemente suas idéias. Tanto Jacob Viner e Gottfried Haberler estavam em constante contato com Gudin, sempre participavam de conferências, palestras do IBRE¹ (Instituto Brasileiro de Economia) ou da FGV (Fundação Getúlio Vargas) de então. Bielschowsky aponta as características das obras daqueles que influenciaram diretamente a Gudin:

São consideradas grandes obras de reavaliação e sustentação do princípio clássico da divisão internacional do trabalho. Procuram os autores preservá-lo, levando em conta a existência de ciclos econômicos e procedendo a uma discussão sistemática da validade do livre-cambismo frente a argumentos protecionistas...
“(BIELSCHOWSKY 1995, p.41)

Jacob Viner (1972) foi um importante economista da Escola de Chicago, seus principais trabalhos abordavam as questões de história do pensamento econômico e teoria do comércio internacional, foi crítico de Keynes e

¹ É uma instituição filiada a FGV, que nasceu em 1951, que tinha como função estudar os números da economia brasileira e fornecer estatísticas. Gudin teve grande participação em sua concepção. Para esclarecimento ver: LOUREIRO, Maria Rita. Os economistas no Governo. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

forneceu subsídios teóricos para Gudin nas questões acerca da inflação, por ter ele formação econômica filiada ao monetarismo.

O primeiro contato de Gudin com Haberler (1976) ocorreu quando o mesmo representou o Brasil na Conferência de Bretton Woods², em visita a Harvard, quando pesquisava acerca do curso de economia para estabelecer critérios para a fundamentação da organização do ensino em economia no Brasil.

Haberler teve uma formação voltada para os princípios da Escola Austríaca de economia, monetarista e pesquisador do comércio internacional; muitas de suas idéias são encontradas e citadas por Gudin, especialmente no que concerne ao tema da inflação.

A solução ideal ainda é a inflação nula ou quase nula e nunca será demais repetir que esta solução, embora politicamente muito difícil, é sempre economicamente possível e de interesse geral, sejam quais forem os interesses de grupos especiais. (HABERLER, 1976, p.124)

Sendo assim tanto Haberler quanto Viner influenciaram as idéias de Gudin, e também contribuíram para a implantação do primeiro curso de Economia enquanto ciência formal no Brasil. Gudin era membro da Sociedade Brasileira de Economia Política que planejava uma escola de economia no Rio de Janeiro, que foi então criada em 1938, a primeira escola privada de economia brasileira a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, da qual Gudin era professor da disciplina de Moeda e Crédito. Mais tarde Gudin participou da fundação do Núcleo de Economia da FGV (Fundação Getúlio Vargas), na qual foi professor. Outras instituições de ensino e pesquisa também contaram com sua participação, que

² A Conferência de Bretton Woods também conhecida como Conferência Monetária e financeira das Nações Unidas, ocorreu em julho de 1944, em Breetton Woods, New Hampshire, EUA. A partir dessa conferência foram criadas as instituições financeiras, que tinha um caráter internacional: o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional), esse no qual Gudin foi representante entre 1951 e 1954. Ver ABREU. Marcelo de Paiva. Contribuições de Eugênio Gudin ao Pensamento Econômico Brasileiro. Literatura Econômica, 1984.

também se expressou na mídia através das revistas Conjuntura Econômica e Digesto Econômico que tiveram a contribuição direta de Gudin para suas concepções editoriais.

O Instituto Brasileiro de Economia, dirigido por Gudin ao longo de quase toda a década de 1950, consolidou duas conceituadas publicações na área de economia, a revista Conjuntura Econômica e a Revista Brasileira de Economia, que se transformaram em núcleos de influência dos liberais. Criado a partir da iniciativa de Gudin, o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da FGV, tinha o objetivo de assumir o papel de uma instituição de pesquisa capaz de realizar análises e projeções que orientassem a elaboração da política econômica. A proposição maior do IBRE era a de atuar como formulador de metodologias...(ABRAHÃO, 1995, p.125)

Ao longo de sua trajetória, ocupou um cargo público de grande responsabilidade, quando fora Ministro da Fazenda em 1954, no governo de Café Filho. Nos meses que ficou no poder combateu a forte crise cambial, instaurando a Instrução 113 da Sumoc³ (Superintendência da Moeda e Crédito), o que possibilitou maior abertura cambial, facilitando os investimentos de empresas estrangeiras. Essa medida será futuramente importante para algumas ações que o governo JK tomaria no âmbito da política externa. É importante que nos poucos meses que Gudin esteve de fato em um cargo no governo, implantou ações que convergiam com suas idéias e com a Economia Política Clássica.

Ao longo da trajetória de sua vida, Gudin, o engenheiro, o empresário, o professor, o jornalista ou economista, foi sempre um pensador scholar da economia política clássica, fato que cingiu, em cada um dos seus momentos inelectuais, a marca da busca da liberdade para o mercado, apontando em cada questão específica, nos escritos e ações, suas concepções clássicas da Economia Política.

³ Para aprofundamento da questão ver: BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

1.3 GUDIN E AS VERTENTES DA LITERATURA: NOTA PRELIMINAR

Eugênio Gudín, homem de seu tempo, logrou notoriedade histórica, política e acadêmica; suas idéias e escritos se cristalizaram em grande parte da historiografia, da literatura jornalística e da mídia em geral. Autor controverso, Gudín deu origem a diferentes correntes historiográficas interpretativas de seu pensamento. Para um autor polêmico e influente, não é senão mister assinalar as principais idéias e concepções acerca do seu significado, o que aqui far-se-á situando-o, à luz da matriz interpretativa que consubstancia a identidade intelectual desta pesquisa, nas polêmicas, debates, posições políticas e predições econômicas que compuseram o arcabouço teórico hodiernamente reunido sob os auspícios do nome Eugênio Gudín.

Nos idos da década de 1950 e 1960, no Brasil, as divergências acerca dos rumos da economia passaram por uma fase de intensa agitação. Uma miríade de concepções e idéias entrou em conflito: desenvolvimentismo, socialismo e liberalismo. Foi nesse momento que o economista Eugenio Gudín teve inserção ocupando um lugar ímpar de líder intelectual e scholar da economia política clássica no Brasil. As medidas políticas, o seu cabedal intelectual, formado pela sua proximidade com a Escola Austríaca de Economia, guindaram o nome de Gudín a um marco da história do pensamento; como aponta Abrahão:

A história da vida intelectual e profissional do professor Eugenio Gudín se confunde com a história do pensamento liberal no Brasil, tanto em função de sua imensa e ativa participação na vida política

brasileira, como no fato de que em seus 100 anos de vida, grande parte deles foi dedicada às reflexões acerca dos problemas brasileiros (...) (ABRAHÃO, 1999.p.49).

Pensador polêmico, coerente e profundo Gudin considerava-se um partícipe incondicional das causas de seu país; entretanto, suas idéias econômicas e políticas, seu modo original de tematizar a problemática sócio-econômica brasileira rendeu-lhe durante muitos anos um grande rol de críticas contrabalanceadas apenas pelos elogios intelectuais que gradualmente foram engendrados pelo desenrolar da história. Somente no final da década de 1980 que o economista voltara a ser estudado de forma mais recorrente para, finalmente na década de 1990, ter suas idéias retomadas positivamente e legitimadas pelo novo contexto marcado pelo cenário político democrático, um cenário mundial em que as idéias vinculadas à livre iniciativa eram percebidas como mais vantajosas para a economia.

O momento econômico do final do século XX oportunizou o ressurgimento das idéias de Gudin à medida que elas demonstraram o tom uníssono da coerência e da fidelidade do economista aos seus princípios filosóficos que sobreviveram à hostilidade social e a condições históricas adversas. Nem mesmo certa dose de redenção pela história, retirou a economia política de Gudin do alvo das críticas e análises por parte da historiografia e da literatura em geral.

É, pois, de acordo com seus feitos, escritos e contexto que ora Gudin é revisitado e focalizado a partir de três das principais vertentes historiográficas que o estudaram: a vertente marxista, como para Dreifus e Gorender; a desenvolvimentista, expressada especialmente em Guido Mantega e; uma das mais recentes, que tem como base e fundamentos, um marxismo revisado, como nos trabalhos de Cinthia Abraão e Maria Angélica Borges, que figuram dentre os últimos trabalhos sobre as idéias Gudinianas.

1.4 O ENFOQUE MARXISTA SOBRE GUDIN

No fulcro da interpretação marxista dos escritos de Gudin esta a noção indistinta de que ele teria sido o grande líder intelectual que, representando os empresários, se uniu com as forças armadas para então construir uma espécie de justificativa ideológica para o golpe de 1964; nem mesmo as pechas ideológicas que lhe foram imputadas, subtraíram-lhe a sua relevância de ter sido um grande scholar e portador de idéias que influenciaram outros pensadores e que, inclusive, fizeram escola.

Para Dreifus (1981), Gudin foi um representante dos interesses dos empresários e com idéias influentes ao ponto de levá-lo a ter um cargo administrativo de relevância, no governo de Café Filho, por ocasião da ocupação do cargo de Ministro das Finanças. Ele focaliza a ressonância que tiveram as idéias do economista no período e ressalta seu papel de líder ideológico. Em sua construção teórica e partindo do conceito de luta de classes, Dreifus (1981) se vale de um conceito de Gramsci ao apontar Gudin como um intelectual orgânico, que seria um defensor de sua classe social, um representante, um porta-voz de interesses de uma classe em específico.

De acordo com a interpretação marxista, para o tecno-empresário Eugênio Gudin, o mentor ideológico de toda uma geração de economistas, dentre os quais figuraram Octávio Gouveia Bulhões, Roberto de Oliveira Campos, Mario Henrique Simonsen e Antonio Delfim Netto, o mote do foco econômico essencial seriam as inovações organizacionais e técnicas que não estavam sendo introduzidas pelas corporações multinacionais. Nesta interpretação, os valores inovacionistas

eram disseminados e persistentemente apurados pelos então intelectuais orgânicos empresariais através de seminários e conferências para as 'elites' na Escola Superior de Guerra, nas associações comerciais e industriais, nos clubes sociais de prestígio, em centros culturais e, finalmente, através da criação de organizações de ações que se tornaram os focos de suas atividades ideológicas. (DREIFUS, 1981, p.74).

Por outro lado, Dreifus (1981) ainda assinala o exercício da presidência de Eugênio Gudín do IBRE (Instituto Brasileiro de Economia) e a vice-presidência da FGV (Fundação Getúlio Vargas), como cargos importantes que demonstravam como se organizavam as forças, consideradas por ele, reacionárias em instituições ligadas ao aparelho ideológico liberal.

Os interesses multinacionais, bem como os associados a eles, estavam fortemente representados na estrutura dos think-tanks técnicos do início da década de sessenta. Em 1962, a maioria dos tecno-empresários retromencionados, assim como os técnicos do IBRE e da FGV, teria constituído parte da estrutura política dos aparelhos ideológicos dos interesses das multinacionais e dos a eles associados em sua campanha contra a convergência de classe populista, ou então fariam parte, de várias maneiras, da ação política organizada da burguesia para derrubar o Regime em 1964. (DREIFUS, 1981, p.77)

“Esses oficiais militares partilhavam de um alto grau de congruência de valores com os tecno-empresários; muitos desses últimos eram conferencistas assíduos na ESG (Escola Superior de Guerra), para onde levavam seus próprios valores desenvolvimentistas. Entre eles deve-se citar Lucas Lopes, Roberto Campos, Eugênio Gudín e Octávio Gouveia de Bulhões.” (DREIFUS, 1981, p.78).

Da citação anterior, são corolários os termos da associação, feita por Dreifus (1981) de Gudin com as idéias desenvolvimentistas. Cabe observar, no entanto, que o fato de alguns dos seguidores de Gudin, em determinados momentos, muitos dos quais munidos de cargos na esfera federal, expressarem idéias desenvolvimentistas, não significaria que tratava-se de desenvolvimentistas, propriamente ditos. Gudin acreditava na liberdade econômica e que ela faria, da força dos mecanismos de mercado, a melhor forma de promoção do desenvolvimento. O apoio de Gudin ao Golpe de 1964 trouxe a noção, notadamente incondizente com seus escritos, de que ele confirmaria o princípio desenvolvimentista de um Estado forte e intervencionista. Do exame mais de perto dos escritos de Gudin, naturalmente infere-se com clareza meridiana que ele não deixou, por um só momento, de acreditar que o desenvolvimento decorreria da ação da iniciativa privada cancelada pela liberdade econômica.

Para Dreifus (1981), Gudin com sua teoria do poder moderador, teria sido o criador do mito que sustentaria ideologicamente a existência do Estado Militar. “Contudo, e apesar da evidência histórica, o mito do papel moderador proporcionou a racionalização para o controle militar autoritário do sistema político depois de 1964” p.82

Segundo Oliveira (2003), que também partilha da visão teórica marxista acerca de Gudin, o período de 1964 a 1990 correspondeu a uma época de intensa intervenção política no Brasil, e nesse contexto Eugênio Gudin teria sido um dos “patriarcas do liberal-autoritarismo brasileiro” (p.193). De acordo com a historiografia marxista, Gudin é repensado dentro da lógica da luta de classes e considerado o líder ideológico da classe burguesa.

Em contraposição à interpretação marxista, a Escola Austríaca não concebe as idéias de Gudin como sendo em defesa de uma classe, suas idéias expressariam princípios que fariam com que a sociedade caminhasse para um estado de maior liberdade para o desenvolvimento do mercado. O grupo que debateu diretamente com Gudin se constituiu de empresários, muitos dos quais envolvidos com a própria iniciativa privada, e não com um interesse de classe específica, mas de indivíduos como agentes da economia. Na oposição Austríaca ao marxismo, o que existiu foi um interesse individual de Gudin de expressar suas idéias, interesse de solucionar o problema de falta da liberdade econômica atuando no estímulo ao desenvolvimento econômico do Brasil.

1.5 O ENFOQUE DESENVOLVIMENTISTA SOBRE GUDIN

Existe um assentimento na literatura quanto a afirmar que Gudin era um importante expoente de idéias. Guido Mantega (1995) e Ricardo Bielschowsky (1995), representantes das idéias desenvolvimentistas, apontavam que Gudin compartilhava das idéias monetaristas neoclássicas, e consideravam-no como scholar da corrente liberal sendo, pois, um dos mais representativos devido ao seu rigor e profundidade de análise de cuja circunspeção englobava todo o escopo do que era o liberalismo no Brasil. Porém, de acordo com o enfoque desenvolvimentista, o liberalismo de Gudin era fundamentalmente uma repetição do liberalismo clássico europeu aplicado no contexto brasileiro.

Os escritos de Gudin desvelam sua desenvoltura sobre todas as grandes questões de economia e a política brasileira, problematizando-as com coerência e vivacidade; nesta concepção desenvolvimentista, ele foi o típico economista neoliberal, levado a reinterpretar os grandes enunciados das teorias liberais à luz da

problemática econômica revelada pela depressão cíclica do período entre as duas grandes guerras. Seu significado não foi senão um esforço de recuperação do princípio fundamental da economia clássica, isto é, uma defesa qualificada do princípio da não-intervenção estatal na economia, através de uma rica problematização analítica de sua aplicação ao caso dos países subdesenvolvidos. (BIELSCHOWSKY, 1995, p.40-41).

Como forma de contraposição à concepção desenvolvimentista acerca de Gudin, a Escola Austríaca trouxe elementos para uma oposição à noção indistinta de que Eugênio Gudin teria meramente reproduzido e aplicado as idéias do liberalismo clássico no Brasil. Embasado no liberalismo clássico, o economista acrescentou-lhe elementos novos ao lado de todo um arcabouço teórico original e orientado para a realidade brasileira. A grande discussão e crítica por parte da historiografia de cunho desenvolvimentista acerca das idéias Gudinianas acreditava que elas não se aplicavam ao contexto brasileiro.

1.6 O ENFOQUE DO MARXISMO REVISADO SOBRE GUDIN

O final do século XX conheceu um fenômeno teórico que se autodenominou de marxismo revisado⁴; trata-se de uma concepção que assinalava a idéia de que o socialismo implantado na prática era algo diferente do que foi apregoado pela teoria, o que seria então o marxismo revisado. Tributária natural do marxismo, esta concepção foi marcada pelo reaquecimento das idéias de Marx, apesar da queda do sistema socialista na maioria dos países.

⁴ O termo indica a grande influência das idéias e métodos marxistas de conceber a História. Parte desses historiadores rompeu com o aspecto determinista do materialismo histórico em suas análises, porém adaptaram o mesmo a seus novos conceitos e métodos. Para maior esclarecimento ver. HOBBSBAWN, Eric. Sobre História: ensaios. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

Dentre o rol de escritos filiados à matriz interpretativa do marxismo revisado, dois deles, datados do final do século XX, lograram perfilar da historiografia mais recente concernente ao pensamento Eugênio Gudín. O primeiro destes trabalhos Borges (1996), acentua em sua análise tratar-se de uma versão cabocla do liberalismo, buscando em Gudín uma idiosincrasia do liberalismo brasileiro e repensando a validade de suas idéias no contexto do final do século XXI. Sob a égide dessa fonte interpretativa, enfatiza-se também a concepção de “capitalismo naturalista”, que seria a defesa de Gudín do capitalismo enquanto um sistema natural de produção, independente do contexto, sendo esta a explicação para o tom consonante de seus argumentos ao longo de várias décadas. Diz Borges que:

O autor em tela abraça o estudo da economia para compreender as crises vividas pelo capitalismo e, a partir daí, propor a inserção brasileira na economia internacional, segundo uma lógica de equilíbrio que respeita a Lei das vantagens comparativas... (BORGES, 1996, p.22)

O segundo trabalho que ganhou relevância acerca de Gudín, e ainda dentro da visão do marxismo revisado, pertence a Abrahão (1998); que revisitou as reflexões e opiniões de Gudín acerca da condução da política econômica brasileira nos anos que vão de 1940 a 1960. Em suma, em Abrahão (1998) a figura de Eugênio Gudín representa a cristalização das idéias liberais. Referindo-se a Gudín, Abrahão (1998) expõe:

Frente ao desafio de conhecer o papel do pensamento econômico liberal no Brasil, surgiu a necessidade de destacar a atuação e as proposições do principal protagonista da corrente liberal, que pode ser tomado como uma espécie de guardião deste ideário a nível nacional... (p.7).

Essa perspectiva interpretativa, mesmo sendo de influência de uma nova esquerda, inspirada no chamado “marxismo revisado”, aponta, à despeito da discordância de Gudin, a contemporaneidade das suas idéias. Essa ótica historiográfica constrói o caminho das idéias de modo a formular a crítica, não só das idéias liberais, como também do próprio sistema econômico atual que vigora em grande parte do mundo que seria, para ela, o sistema capitalista carregado de contradições estruturais.

Ademais, a ressonância de suas idéias faz-se visível, ainda hoje, na proximidade da virada do século XX, quando o momento histórico tem privilegiado as posturas liberais que por muito tempo foram vistas com desconfiança no País. (ABRAHÃO, In: DANTAS, 1999, p.58)

Não escapou a essa linha interpretativa, portanto, que o novo cenário histórico, marcado pela queda do muro de Berlim e pela desestruturação do regime socialista em vários países soviéticos, representou um novo ambiente para o campo das idéias, dando espaço para o renascimento das correntes liberais, mediante uma espécie de absolvição da história. A conjuntura do pós-socialismo se expressa na historiografia e no pensamento econômico que registram uma retomada de Gudin.

As idéias de Gudin, aceitas ou não, foram analisadas ao longo dos anos, pois representavam grande importância para o entendimento da História das Idéias no Brasil. Estudiosos liberais, intervencionistas, esquerda e direita reconheceram a relevância da figura de Gudin no cenário das idéias e não só através do pensamento, mas também se observou a ressonância que suas idéias tiveram na ação de outros homens.

1.7 O ENFOQUE AUSTRÍACO SOBRE GUDIN

O enfoque da Escola Austríaca, o mesmo adotado por esta pesquisa, não concebeu Gudin como uma defesa da classe burguesa, nem mesmo como uma mera repetição de idéias européias. Antes de tudo, ele, Gudin é examinado partindo do ponto de que o trata-se de um homem de seu tempo, tomado por preocupações intelectuais com questões econômicas e políticas que lhes foram coevas, preocupações essas que o levaram a ter contato com as idéias liberais e a ver nelas as soluções para problemas sociais, econômicos e políticos da nação. Em suma, o enfoque austríaco enfatiza a contribuição de Gudin para a História das idéias a medida que constrói elementos teóricos que caracterizam o liberalismo da economia política clássica, a concepção da qual ele foi scholar no Brasil.

1.8 CONCLUSÃO

Revisitado, de acordo com o que foi exposto anteriormente, através da pesquisa de quatro enfoques diferentes e parcialmente divergentes entre si, precedidos de um balanço biobibliográfico de Gudin, observou-se o assentimento recorrente na literatura sobre a relevância de Gudin como scholar do pensamento liberal no Brasil. É forçoso, no entanto, concluir que Gudin foi controverso e lembrado sob as mais diferentes óticas de pensamento.

No próximo capítulo, serão tematizados o fundamento teórico desta pesquisa e sua identidade intelectual. Esta pesquisa não é senão uma aplicação de um conjunto de conceitos e pressupostos, agregados sob a égide de uma linha de pesquisa internacional denominada de como Escola Austríaca, para a explicação de Eugenio Gudin como um scholar da economia política clássica no Brasil.

CAPÍTULO I I - APORTE TEÓRICO

2.1 INTRODUÇÃO

Esta seção versa sobre o modo como se pode interpretar a história das relações humanas, a partir de sua expressão intelectual. Gudin, neste trabalho, é concebido como expressão de um confronto de grupos e interesses, em busca de afirmarem seus valores como sendo os mais vantajosos para a sociedade, o confronto se dá também entre as idéias. Aqui, são apresentados os principais interlocutores que deram razão de ser a este trabalho, bem como seu fundamento literário e identidade intelectual, mostrando que a metodologia proposta fornece instrumentos consolidados para a análise das idéias; os pressupostos e concepções gerais desta metodologia reúnem-se sob a denominação de Escola Austríaca, o fundamento essencial deste trabalho e tema desta seção, a qual é retomada sob diferentes aspectos que vão desde a sua origem, passando pela sua caracterização conceitual e ramificações teóricas até chegar ao cerne filosófico do seu pensamento.

2.2 PREÂMBULO DO CERNE DA ESCOLA AUSTRÍACA

Os interesses individuais imbricados pelo rol de condições quase que infinitas, se agrupam, ora divergem, ora convergem, e adquirem finalmente a forma de pensamento humano. É como em consonância com esses interesses que o homem opta pela adoção de determinadas idéias, buscando a melhor solução para as suas questões. O indivíduo na busca de seus objetivos pessoais utiliza um grande volume de conhecimento. A escolha desse conhecimento, dessas idéias, é fundamentalmente individual.

Em face do exposto, Gudin não se apropria de um ideário somente porque faz parte de uma determinada classe, ou segmento social, mas também porque essas idéias faziam sentido em seu contexto, respondiam suas questões pessoais, dentro de um rol de condições gerais.

A sociedade, essa era sua questão principal, seus estudos partem de uma questão pessoal, porém se direciona para uma outra, a social, o que se evidencia mormente quando suas discussões se concentram na explicação dos problemas brasileiros. Gudin disserta acerca das instituições políticas e econômicas do país, e se insere nesse debate concernente ao melhor caminho, a melhor idéia, que levaria o Brasil ao desenvolvimento. Tendo em vista essas questões, torna-se imprescindível um método de análise que tenha suas raízes nas idéias da Escola Austríaca, de cujo um dos mais importantes representantes no século XX foi Hayek.

2.3 CARACTERIZAÇÃO CONCEITUAL SOBRE A ORIGEM DA ECONOMIA POLÍTICA

A economia política clássica é uma forma de conceber a economia, esse pensamento surgiu nos séculos XVIII e XIX com Adam Smith (1776), David Ricardo (1817) e John Stuart Mill (1848) e se tornaram hegemônicos em suas teorias até final do século XIX, principalmente nos países anglo-saxões. Adam Smith, o maior representante dessa escola, no século XVIII, assinala que a riqueza das nações tinha sua origem na troca. O mercado livre, a liberdade de comércio e de troca possibilitaria o maior acúmulo de riqueza. Adam Smith se opunha a idéia fisiocrata de que a riqueza estaria ligada a atividade agrícola e também não compartilhou do protecionismo nacionalista do sistema mercantilista, elementos estes definidos pelo seu contexto. A partir dessas duas críticas, Smith constrói sua análise acerca da economia intimamente ligada com a política.

Na visão de Adam Smith o indivíduo é valorizado por ser capaz de tomar suas próprias decisões, baseado nos seus interesses, agindo com sua consciência. É a junção dos interesses individuais que determinam o caminho da sociedade, não há uma intencionalidade programada, mas o egoísmo espontâneo elegeria o melhor caminho para o desenvolvimento dessa sociedade.

Smith (1983) mostra os princípios básicos da teoria da política econômica clássica. Essa obra aponta que a credibilidade dada à eficiência do mercado, que funciona orientado pelo sistema de preços, é uma das bases dessa teoria, o Estado quando limita a liberdade dos indivíduos não possibilita o desenvolvimento natural das relações de mercado e corrompe a eficiência que o mesmo teria. Por isso o intervencionismo foi uma dos temas mais discutidos na obra de Smith e de outros economistas políticos. Assim Smith salienta as qualidades do sistema do mercado livre, sistema esse que não era senão uma ordem espontânea, eficiente, pois conseguiria alocar da melhor maneira os recursos produtivos da sociedade. A busca pelo interesse individual possibilita as trocas, a interação de mercadorias e serviços.

Tendo em vista essa interação de indivíduos, a propensão para troca favorece o estabelecimento do sistema de divisão do trabalho, outro cerne da teoria da economia política, elaborado por Adam Smith. Ao expor uma fábrica de alfinetes, Smith exemplifica ser mais produtivo quando o processo de produção é dividido, cada trabalhador ficaria responsável por cada parte da fabricação do determinado produto, isso resultaria em um maior empenho para a realização dessa tarefa em um menor tempo. Esse exemplo se aplicaria a todo o mercado internacional, pois quando uma nação propõe fazer tudo que ela necessita para sua sobrevivência, ela produz menos e com menor qualidade, porém a mesma concentrada em uma atividade pode se beneficiar da troca com outras nações, ou indivíduos.

A divisão do trabalho estaria ligada a propensão que o homem tem a troca, que gera a riqueza. A troca ocorre dentro do sistema de divisão de trabalho onde cada um pode escolher o que produzir e como produzir, o que trocar e como trocar, essa realidade só funciona em um sistema onde essas ações sejam livres. A riqueza assim surge naturalmente da troca, não é uma decisão, não é um plano, é baseada na escolha individual, onde cada indivíduo através de suas peculiaridades possui necessidades diferentes.

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles. (SMITH, 1983, p.50)

Sendo assim para que o sistema de mercado seja eficiente a liberdade torna-se elemento essencial, porém para Adam Smith o Estado limitava essa liberdade, seu papel deveria ser reavaliado, na obra Riqueza das Nações, ele expõe as três funções básicas nas quais a presença do exercício da autoridade política é necessária: a tarefa de estabelecer segurança interna e externa; a provisão de bens públicos e a administração normativa da justiça. O Estado tem a função de possibilitar o ambiente de liberdade para o mercado, sendo assim Smith não desconsidera a importância do governo, mas observa que quando o mesmo não pratica suas funções primordiais, ele obstaculiza o desenvolvimento natural do mercado.

2.4 PRINCIPAIS RAMIFICAÇÕES ULTERIORES DA ECONOMIA POLÍTICA POS-RICARDIANA

Principalmente no fim do século XIX a economia política volta a ser discutida, nos mais diferentes contextos, surgem então os chamados neoclássicos, uma escola que tem como principais representantes o austríaco Carl Menger (1887), Jevons (1887) e o Léon Walras (1883); posteriormente outros nomes vão se destacar como: Alfred Marshall (1882), Wicksell (1886), Pareto (1884). Essa escola se dividiu em tendências que em determinados pontos se divergiam; as três escolas oriundas da escola neoclássica foram: escola Walrasiana, a escola de Chicago e a escola Austríaca.

Desse grupo a Escola Austríaca representada por Friedrich August von Hayek (1889), a partir da década de 1920, se destaca com um caráter de resgatar a teoria da economia política clássica, baseada nos princípios de Adam Smith. Nesse contexto as diferenças entre a economia política clássica e as teorias da escola neoclássica vão ganhando notória visibilidade teórica.

A teoria neoclássica tem como base a idéia de que a economia tem seu ponto de equilíbrio, esse é previsível, através de estudos de sistemas de equações, através da matemática se encontra a resposta lógica para os problemas da economia. Trata-se de uma questão prática e racional, a teoria neoclássica parte do pressuposto de que a estabilidade depende da racionalidade.

Por outro lado para a economia política clássica, a história age de forma a possibilitar o ambiente de instabilidade e estabilidade, os resultados são imprevistos não existe o equilíbrio racional. Nesse ponto se observa a demarcação da diferença entre a economia política clássica e o pensamento neoclássico. A primeira prevê o inesperado que não pode ser anteriormente medido ou

equacionado, pois é influenciado pela história, pelas inúmeras dimensões do caráter humano que constitui a sociedade de indivíduos, pela sua ação inesperada. Porém o neoclássico concebe a economia como uma equação lógica, por isso tem em seu destino o equilíbrio. Esse equilíbrio seria resultado de estudos, de planejamento e execução; portanto o Estado tem maior papel na busca do equilíbrio econômico. A fórmula é dada pela economia e o Estado aplica essa equação através da sua ação. Esse fato propicia o surgimento de teorias que justificam a intervenção do Estado na economia, como é o caso do keynesianismo e, no Brasil, do estruturalismo desenvolvimentista. O ideário da Economia Política foi criticado e rediscutido principalmente por outras formas de análise da economia como: marxismo, escola keynesiana e escola neoclássica.

Leon Walras (1983)⁵ foi um economista que demarcou a diferença entre a escola neoclássica e o pensamento da economia política, quando este analisa e contesta Adam Smith e o seu conceito de economia política. Primeiramente Walras acredita ser a economia política clássica, pois se baseia nos clássicos como Adam Smith, Ricardo, uma teoria que não possui consistência científica.

Portanto, se a Economia Política fosse o que diz A. Smith e se não passasse disso, seria seguramente um estudo muito interessante, mas não seria uma ciência propriamente dita. Dessa maneira, é preciso afirmá-lo: a Economia Política é coisa diferente do que A. Smith diz. Ante de proporcionar ao povo um rendimento abundante e antes de ocupar-se em fornecer ao Estado um rendimento suficiente, o economista busca e descobre verdades puramente científicas... (WALRAS, 1983, p.8)

⁵ Um aprofundamento acerca das teorias de Leon Walras, ver. WALRAS, Leon. Compêndio dos elementos de Economia Política Pura. São Paulo: Abril cultural, 1983.

Para Walras a ciência observa, expõe e explica, o que A. Smith teria feito seria aconselhar ou apontar a direção, o que dava a sua teoria um aspecto de arte e não ciência. A Economia Política Pura e aplicada, esta sujeita a matemática e por isso se considera ciência. Tudo se explica a partir dos números, como a questão dos preços.

Assim age quando enuncia, por exemplo, que o valor das coisas tende a aumentar quando a quantidade procurada aumenta, ou quando a quantidade oferecida diminui e que esse valor tende a diminuir nos dois casos contrários; que a taxa de juros cai em uma sociedade progressiva; que o imposto lançado sobre a renda fundiária, fica inteiramente a cargo do proprietário das terras, sem afetar o preço dos gêneros. Em todos esses casos e em muitos outros o economista faz ciência pura... (WALRAS, 1983, p.8)

Assim o pensamento da Economia Política Clássica é fortemente criticado se ramificando em novas concepções quanto a economia; com isso inúmeros intelectuais se distanciaram dos pressupostos clássicos do liberalismo.

2.5 A CONCEPÇÃO AUSTRÍACA DA DINÂMICA DAS INSTITUIÇÕES

Auguste Von Hayek nasceu em Viena em 1899, seus estudos trouxeram contribuições importantes para os ramos da psicologia, teoria do direito e economia. Em 1974 ganhou o premio Nobel por seu trabalho acerca da teoria da moeda e flutuações econômicas. Foi um dos expoentes da Escola Austríaca, considerado um dos principais liberais do século XX, por trazer novas análises para as idéias liberais. As idéias de Hayek assumem suma importância por servirem como um contraponto teórico ao crescimento socialista, que propunha um modelo econômico pré-planejado.

Para Hayek (1983), as instituições são resultados da inter-relação de ações e intenções individuais convergentes. As instituições não são previamente elaboradas, não podem ser simplesmente planejadas, há uma rejeição do racionalismo cartesiano⁶, que vê nas ações dos homens o sentido inato para as escolhas. Sendo assim a razão pressupõe o planejamento, porém acredita-se nessa teoria que, as ações individuais são mais benéficas à sociedade que a ação racional, planejada de certos grupos.

Observa-se que o individualismo não se restringe ao hedonismo, mas vai além, quando se entende que esse individualismo está alicerçado no anteparo moral, existindo uma razão de ser, um objetivo social. O indivíduo descobre seus reais interesses, esse processo é social, as inter-relações influenciam no processo de formação do interesse individual. O conhecimento então é captado pelo indivíduo de forma intensa, quando esse é submetido às regras do mercado, competição que os leva ao aperfeiçoamento e a aquisição individual de conhecimento.

Em realidade, o conhecimento consciente, que orienta as ações do indivíduo, constitui apenas uma parte das condições que lhe permitem alcançar seus fins.

Em primeiro lugar, sabemos que a própria mente do homem é produto da civilização na qual ele cresceu quase sem se dar conta da experiência que a formou experiência da qual se utiliza e que esta incorporada nos hábitos, convenções, linguagem e princípios morais que a constituem... (Hayek, 1983, p.21-22).

⁶ O racionalismo cartesiano constitui na teoria de René Descartes, filósofo do Séc.XVI, onde o mesmo institui a dúvida como ponto de partida da análise racional, algo só é real se for provado e tudo tem uma prévia explicação sendo as conseqüências de uma reação imutáveis, predeterminadas pela razão.

Estes conhecimentos se desenvolvem na busca de respostas individuais, elas não são coletivas, partem do indivíduo, porém, podem ser convergentes. Mas nunca existirá um único conhecimento, uma idéia em comum para toda a sociedade, a distinção das idéias mostra claramente o caráter individual dos elementos componentes da sociedade e o conflito dessas idéias reflete o conflito dos interesses individuais, que muitas vezes convergentes se tornam interesses de grupos distintos.

Nesse momento observa-se um elemento importante para o entendimento do objeto desta pesquisa. Nos debates as idéias se desenvolvem, pois possuem objetivos e soluções diferentes. No caso de Gudin, suas idéias se desenvolvem em constante debate, conflito de idéias, demonstrando que no Brasil durante o período estudado, havia um intenso conflito de interesses, que expressavam diferentes soluções para os problemas brasileiros, fossem eles políticos, econômicos ou sociais. Analisar as idéias nesse momento nos traz a possibilidade de entender a ação dos homens, que vão optar por determinadas atitudes que expressarão a solução vencedora, a idéia que triunfará, revelando-se mais vantajosa para a sociedade ao longo do tempo.

O conhecimento existe apenas enquanto conhecimento individual. Falar do conhecimento da sociedade como um todo não é mais que uma metáfora. A soma dos conhecimentos de todos os indivíduos não existe, em parte alguma, como um todo integrado. O grande problema está em descobrir de que modo todos podemos aproveitar esse conhecimento, que se encontra disperso, na forma de idéias separadas, parciais e, às vezes, conflitantes, nas mentes de todos os homens... (HAYEK, 1983, p.22).

Ainda sobre o conhecimento é importante salientar que o mesmo não se restringe ao científico, mas também se constata como conhecimento toda forma de vivência, experiência e hábitos que foram se caracterizando conforme o passar dos tempos e se adaptando as necessidades do presente perfazendo uma miríade de tipologias de conhecimentos que podem ser uníssonos, ambíguos, etc., tão diversificado quanto e tão humano quanto os interesses que lhe dão razão de ser. Sendo assim esse conhecimento se preserva através de sua transmissão, o que se dá de três formas principais: através da vivência, do tempo e da troca de informações entre pessoas de uma mesma geração. Esse conhecimento, essas idéias só possuem razão de ser quando são relacionados aos problemas que os indivíduos de uma sociedade enfrentam, muitas vezes em situações semelhantes. Sendo assim o conhecimento ou idéia a ser acatada seria a que se mostrasse mais eficiente, no entendimento da sociedade, na resolução do problema.

Nesse momento observamos a figura de Eugênio Gudín como um porta-voz de um grupo segmentado, fazendo parte de um segmento minoritário desse grande grupo, o economista buscou mostrar que suas idéias eram vantajosas, que seu conhecimento era capaz de resolver problemas da sociedade brasileira como um todo.

Através desse método, entende-se a História, observando que os homens selecionam regras cada vez mais aprimoradas, para que haja melhores soluções de problemas, do qual resulta a maior produção de riqueza. Dentro desse contexto de busca por regras ideais, as instituições são formadas, ou destruídas, ao longo de um processo de amplo debate de idéias.

2.6 O ASPECTO INOVADOR LIBERDADE

A liberdade se torna essencial, pois se acredita que nenhum homem por si só consegue ter todas as respostas para os problemas da sociedade, mas a liberdade fornece opções que se fundem, muitas vezes, delineando as instituições e o futuro delas, possibilitando a existência do inesperado, do surpreendente.

Não existe certeza na ação humana e é por esta razão que, para fazer o melhor uso do nosso conhecimento individual, devemos seguir as normas indicadas pela experiência como as mais adequadas de um modo geral, embora não saibamos quais serão as conseqüências de sua observância em casos específicos. (HAYEK, 1983, p.29)

A liberdade possibilita a existência de novas idéias e de sua expressão e divulgação, essas idéias são a somatória de conceitos, hábitos e circunstâncias vividas pelo indivíduo; vivência essa propiciada pela própria sociedade. E essa ação de liberdade de vivência de novos conhecimentos fornece a possibilidade de elaboração de novos conhecimentos e de novas idéias.

Embora às vezes possamos identificar os processos intelectuais que conduziram a uma idéia nova, provavelmente nunca poderíamos reconstituir a seqüência e a combinação das contribuições que não levaram à aquisição do conhecimento explícito; provavelmente nunca poderíamos reconstituir os hábitos adequados e as aptidões que foram empregadas, os meios e as oportunidades utilizadas e o ambiente peculiar dos atores principais que permitiram aquele resultado. As nossas tentativas de compreender essa parte do processo não podem ir além de mostrar, em modelos simplificados, as forças que nele operam e de indicar o princípio geral e não o caráter específico das influências que atuam no caso. Os homens sempre se preocupam apenas com o que sabem. Portanto, as

características que, durante o processo, não são conhecidas ao nível da consciência costumam ser ignoradas e provavelmente nunca podem ser identificadas em detalhe. (HAYEK, 1983, p.32-33).

Infere-se de Hayek (1983) que a razão não tem utilidade se não estiver em um plano de liberdade, onde esta pode ser tida como possibilidade, o conhecimento como sugestão, alternativa, não como determinação de um agrupamento social. Assim uma sociedade não pode ser reformada em instantes, pois se deve conhecer seu funcionamento, sabendo que esse conhecimento nem sempre é totalmente correto, pois a civilização humana possui vida própria. O controle e os planos não se ajustam a forças que são independentes das vontades humanas do presente, o processo de estruturação da sociedade não se dá como algo a se dominar, muitas vezes é inconsciente.

Outro fator a ser observado é o peso do interesse individual na elaboração ou aquisição das idéias. Quando se analisa as idéias de Eugênio Gudín, torna-se possível identificá-las com seus interesses individuais. Gudín sempre estivera envolvido com a ação da iniciativa privada; vindo de família de comerciantes, sua tradição sempre estivera ligada a idéia de que as trocas geram riquezas. Cabe observar, que não se trata aqui de uma luta de classes, pois Gudín não pretendeu defender interesses do empresariado, pois esse geralmente divergia em seus interesses, mas pelo contrário o seu liberalismo respondia questões individuais de Gudín que se legitimava e se fortalecia ao responder questões sociais. Ele não milita para um grupo específico, mas defende interesses e propostas de solução para determinados problemas sociais.

Gudín se destacou, pois se enquadrou na condição de pensador que por sua posição social privilegiada logrou expressar com maior destaque suas idéias.

Como outros de seus coevos, Gudin e suas idéias se aliam ao seu tempo e espaço, representando outras vozes não ouvidas, mas que afirmaram suas idéias

2.7 O ANTI-RACIONALISMO AUSTRÍACO

Hayek, por outro lado opõe-se ao racionalismo cartesiano, como sendo a teoria que acredita ser a razão, ação do homem de pensar, elaborar sentido aos seus conhecimentos como forma de expressão da verdade, ser inata. Sendo assim só seriam legítimas as instituições baseadas na razão, na comprovação.

A partir disso, torna-se quase inevitável concluir que somente o que é verdadeiro nesse sentido pode levar à ação eficaz e que, portanto, tudo aquilo a que o homem deve suas realizações é produto de seu raciocínio, assim concebido. Instituições e práticas que não tenham sido criadas dessa maneira só por acaso podem ser úteis. Essa se tornou a atitude característica do construtivismo cartesiano, com seu desprezo pela tradição, o costume e a história em geral. A razão do homem, por si só, torná-lo-ia capaz de construir a sociedade em novos moldes. (HAYEK, 1985, p.4).

Essa idéia racionalista conclui que as instituições, hábitos, costumes, etc., derivariam de algumas pessoas que, munidas de razão, elaborariam sistemas perfeitos embasados em alguma forma de lógica ou razão. Essa seria a principal teoria histórica contestada pela escola austríaca, que rompe com a visão de um contrato social, previamente elaborado, planejado, encontrado em Hobbes (1979) e Rousseau (1989). Essa teoria legitimava a existência das instituições e buscava explicar sua dinâmica e formação, pautando-se na idéia de que se trata de um resultado lógico e único da verdade expressada pela razão. Ainda na visão racionalista, caberia salientar a não existência de possibilidades, a lógica traz a noção do exato, do certo, de uma única alternativa que seria a racional. Os

problemas sociais existem, porém a solução para ele é sempre precisa, nunca relativa e imprevisível.

O pressuposto básico da idéia de que o homem conseguiu dominar o seu meio, sobretudo através da capacidade de dedução lógica, a partir de premissas explícitas, é factualmente falso, e toda tentativa de restringir as ações do homem ao que pudesse ser assim justificado privá-lo-ia de muitos dos melhores instrumentos de realização que tem estado ao seu alcance. Simplesmente não é verdade que nossas ações devem sua eficácia apenas ou, sobretudo ao conhecimento que somos capazes de verbalizar e que pode, portanto, constituir as premissas explícitas de um silogismo. Muitas instituições da sociedade que são condições indispensáveis para a consecução de nossos objetivos conscientes resultam, na verdade, de costumes, hábitos ou práticas que não foram inventados nem são observados com vistas a qualquer propósito semelhante (HAYEK, 1985, p.5-6).

O que se tem na teoria da escola austríaca seria um “individualismo metodológico subjetivo”, a História é explicada pela ação individual dos homens sendo essa ação subjetiva, correspondendo à ação da sociedade que influencia nos interesses desse indivíduo.

2.8 O CONCEITO DE PROGRESSO À DESPEITO DO POSITIVISMO

A escola austríaca, através de Hayek, concebe a História de forma linear, porém não previsível. A teoria austríaca acredita ser evolutivo, o processo da História, porém o conceito de progresso guarda nexos estreitos com o âmbito das mudanças, inovações, adaptações e não possui a conotação determinista das tradicionais idéias positivistas de progresso, onde é possível prevê-lo e planejá-lo; nele o planejamento se torna um mapa para a construção de um determinado fim.

Por outro lado, Hayek (1983) é cauteloso ao tratar do progresso e o descreve como algo que faz com que a sociedade caminhe mesmo sem saber o caminho.

A história da civilização é a história de um progresso que, no breve período de menos de oito mil anos, criou quase tudo aquilo que consideramos característico da existência do homem. Depois de abandonar a vida de caçador, a maioria dos nossos antepassados diretos, no começo da era neolítica, começou a se dedicar à agricultura e, em seguida, passou à vida urbana, isto talvez haja menos de três mil anos, ou seja, há cem gerações...(HAYEK, 1983, p.39).

Não há leis que determinam o caminho para o progresso para o melhoramento da sociedade. Não é através da razão que se alcança o progresso; nesse ponto o pensamento austríaco rompe com o paradigma moderno, cientificista, positivista ou marxista, que vê na razão o poder de prescrever a fórmula para o desenvolvimento da sociedade.

Quando falamos de progresso em relação às nossas realizações pessoais ou de qualquer atividade humana organizada, entendemos um avanço em direção a uma meta conhecida. Não é neste sentido que podemos chamar de progresso a evolução social, pois ela não é realizada pela razão humana empenhada em alcançar um fim certo por meios conhecidos. Seria mais correto conceber o progresso como um processo de formação e modificação do intelecto humano, um processo de adaptação e de aprendizado, no qual não somente as possibilidades que conhecemos, mas também os nossos valores e desejos mudam continuamente.

Como o progresso consiste na descoberta de fatos ainda não conhecidos, suas conseqüências são necessariamente imprevisíveis. Ele sempre leva ao desconhecido e o máximo que podemos esperar é entender as forças que o torna possível. Porém, embora uma compreensão geral do caráter desse processo de evolução cumulativa seja indispensável à criação de condições favoráveis a ele, nunca poderemos fazer previsões específicas mediante ao conhecimento. (HAYEK,1983,p.40).

Hayek (1983) parte do pressuposto de que a ignorância humana, frente à complexidade das relações da sociedade e de seus elementos, é incapaz de elaborar regras que decifrem de forma clara e objetiva a sociedade. Para a teoria austríaca essa dinâmica seria impossível, sendo o progresso algo não conquistado pelo planejamento

Mesmo no campo em que é mais deliberada a procura de novos conhecimentos, isto é, na ciência, ninguém pode prever quais serão as conseqüências de sua investigação. De fato, cada vez mais o homem se dá conta de que até a tentativa de fazer com que a ciência busque conhecimentos úteis isto é, conhecimento cujo emprego futuro possa ser previsto provavelmente constitui um obstáculo ao progresso.

O progresso, por sua própria natureza, não pode ser planejado. Seria, talvez, justificável falar em planejar o progresso em um campo determinado no qual pretendemos a solução de um problema específico e já nos encontramos perto de uma resposta. Mas chegaríamos logo ao fim de nossos esforços se tivéssemos de nos limitar a lutar por objetivos visíveis em dado momento e se novos problemas não estivessem surgindo sempre. O que nos torna mais sábios é a descoberta do desconhecido. (HAYEK, 1983, p.41).

2.9 A ABORDAGEM ANTI-INTERVENCIONISTA AUSTRÍACA

Importa reiterar que esta pesquisa não buscou fórmulas para se entender a sociedade e suas idéias, mas entende as próprias leis como construtoras da sociedade e como elemento gerado por essa mesma sociedade, em um trabalho inconsciente, não planejado, que se dá no tempo e espaço sem predeterminações.

Contudo esse trabalho parte do pressuposto do pensamento da Escola Austríaca, pensamento este que observa as idéias e instituições como fruto da ação do homem, fruto de seus interesses individuais, que somados a outros interesses congruentes de outros indivíduos formatam e dão razão de ser as idéias e as instituições. Entendendo-se que as idéias são absorvidas, e apropriadas pelas necessidades, pelos interesses individuais.

[Sobre as instituições]) Não as escolhemos conscientemente pelas vantagens que nos trariam; mas elas se desenvolvem e sobrevivem porque de fato, proporcionam vantagens aos grupos de pessoas que as adotam... (BUTLER, 1978, p.20).

O presente trabalho é pautado pela noção geral de que a sociedade não poderia ser manipulada conscientemente pelo Estado ou por qualquer outro grupo. A idéia de que o progresso não pode ser planejado, formatado ou construído por simples vontade do ser humano, foi um dos pontos principais que motivou esta pesquisa.

Segundo Butler (1978) Hayek sustenta que as instituições sociais possuem um “conhecimento” que se constituem de valores e regras tradicionais. Esse “conhecimento” é acumulado com o tempo. Não se cria experiência, ela possui uma dinâmica histórica natural, porém ao se tentar refazer a sociedade e suas

instituições, há o abandono de toda tradição do “conhecimento”, acumulado com o tempo. O conhecimento é a somatória de habilidades, hábitos, gestos, atitudes elementos passados de geração a geração explicitando a experiência, constituindo o conhecimento.

A evolução de um sistema social baseado na observância geral de normas pelos indivíduos exige naturalmente que seja possível haver uma melhora e mudança gradual das próprias normas, diz Hayek... (BUTLER, 1978, p.35).

Criar as condições adequadas para o desenvolvimento da sociedade torna-se algo possível, porém criar o desenvolvimento apenas pelo planejamento executado destrói com leis naturais do desenvolvimento histórico social espontâneo.

O fato de que normas (...) existem e atuam sem ser explicitamente conhecidas por aqueles que obedecem a elas aplica-se também a muitas das normas que regem as ações dos homens, determinando assim a ordem social espontânea... (HAYEK, 1985, p.45)

A espontaneidade da sociedade tem seu alicerce na liberdade que, como mostra Hayek (1985), é um resultado da civilização e norteadora das regras morais geradoras de uma ordem social.

Ordem, em relação à sociedade, significa, portanto, especialmente que a ação individual é orientada por uma previsão eficaz; que os indivíduos não só usam eficientemente seus conhecimentos, mas também podem prever com um elevado grau de confiabilidade que tipo de colaboração é lícito esperar dos outros. (HAYEK, 1983, p.117).

A ação individual, as escolhas, as necessidades sociais determinam a forma e a existência das instituições, moldando as transformações históricas. Sendo assim as idéias, expressam essas escolhas, exprimem também o fator principal para o entendimento da dinâmica da sociedade, podendo assim se extrair delas a História das escolhas e ações dos homens e os caminhos que formatam as sociedades.

2.10 CONCLUSÃO

Vimos nesta seção o fundamento teórico-metodológico deste trabalho que conduziu esta pesquisa de natureza qualitativa do gênero da ciência pura. Em linhas gerais, foi mostrada a identidade intelectual desta pesquisa nos termos de revelar seu cunho circunspecto cingido por preciosos pressupostos que levam a compreensão da história dos homens observando, nos móveis da ação humana, o indelével matiz do jogo dos interesses individuais.

A próxima seção aborda a anatomia da análise econômica de Gudin, acerca de inúmeros aspectos que lhe foram contemporâneos da história do Brasil.

CAPÍTULO III – GUDIN E A PROBLEMÁTICA ECONÔMICA DO BRASIL

3.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo é abordada a parte econômica da obra de Gudin, o modo como ele concebeu a problemática econômica do Brasil coevo seu; nele, estarão presentes questões essenciais para o entendimento de Gudin tais como sua oposição ao nacional desenvolvimentismo e ao intervencionismo estatal de um modo geral. Será apresentada a análise gudiniana de vários Governos brasileiros, bem como a do grave problema da inflação.

3.2 A OPOSIÇÃO DE GUDIN AO NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO: ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

Uma economia baseada na agricultura, uma indústria nacional frágil e quase inexistente, uma instabilidade monetária e um alto nível de pobreza social, tais foram fatores que caracterizaram o Brasil como uma nação subdesenvolvida, nas décadas de 1930. Essa situação dava margem a diferentes explicações e possíveis soluções para os problemas nacionais que impediam o desenvolvimento. Essas explicações se cristalizavam em idéias, teorias defendidas por grupos de intelectuais que usavam de diferentes canais para exporem seus pensamentos. Duas dessas idéias que dominaram o palco de discussões acerca do subdesenvolvimento brasileiro fora o desenvolvimentismo e o liberalismo.

O desenvolvimentismo foi representado por intelectuais ligados a instituições de estudos ou até mesmo a setores do Estado. O liberalismo, por seu lado, foi representado principalmente por economistas ligados a FGV, dentre eles se

destacou Eugênio Gudín, considerado um dos maiores líderes do liberalismo no Brasil.

O Brasil viveu mudanças significativas no campo político, institucional e econômico principalmente a partir da década de 1930. Essas mudanças geraram controvérsias doutrinárias sobre os novos rumos que a sociedade deveria seguir nos campos político e econômico. Com isso, líderes intelectuais e intérpretes das transformações, se destacaram a partir da década de 1930 e 1940. As discussões que se levantavam não se limitavam a um cenário nacional, mas já existiam mundialmente e agora se consolidavam no Brasil. A controvérsia se dava pelo debate entre desenvolvimentismo e liberalismo. Nesse contexto cabe assinalar que o grande expoente das idéias desenvolvimentistas no Brasil era, na verdade, o próprio Estado, esse se tornou o principal opositor de Gudín naquele debate econômico.

Até 1937 o Brasil viveu uma política econômica conservadora que tinha seus objetivos voltados à estabilidade monetária e uma economia voltada para a agricultura. Porém dado as crises econômicas mundiais, a industrialização nacional começa a ser discutida como uma forma moderna de manter-se independente dos países mais fortes e isso geraria desenvolvimento e independência econômica. Havia um descontentamento quanto aos rumos da economia brasileira e iniciou-se o surgimento de propostas para se conter a falta de modernidade na economia brasileira, buscando assim maneiras para a conquista do progresso e o tão esperado desenvolvimento econômico do país.

Desde a década de 1920, vários cientistas sociais brasileiros analisaram a História do país para detectarem as causas que provocaram o baixo desenvolvimento do país. A busca pela modernidade era o alvo desses cientistas

que delegavam ao Estado a tarefa de trazer o esperado desenvolvimento para o Brasil. Na década de 1940, por outro lado, Caio Prado Júnior⁷ expressava o seu descontentamento com o atraso brasileiro, e buscava no passado respostas para a situação; diz ele:

Os problemas brasileiros de hoje, os fundamentais, pode-se dizer que já estavam definidos e postos em equação há 150 anos. E é da solução de muitos deles, para que nem sempre atentamos devidamente, que depende a de outros em que hoje nos esforçamos inutilmente. Um dos aspectos mais chocantes do Brasil e que alarma qualquer observador de nossas coisas, é esta atonia econômica, e, portanto, vital, em que mergulha a maior parte do território do país. (1942, p.11-12)

Essa “atonía”, a falta de energia da economia brasileira faria com que o Estado interviesse na economia. Assim se fortaleceu a idéia de que cabe ao Estado a função de ser o promotor do desenvolvimento nacional. Desde o governo de Getúlio Vargas, a partir de 1930, o Estado age com propostas voltadas para o desenvolvimento nacional principalmente com incentivo à industrialização. O Estado protege e decide os caminhos da economia brasileira. Observa-se que muitos presidentes regeram suas políticas governamentais buscando o desenvolvimento nacional, porém os governos mais marcantes, onde essas características se visualizaram de forma cristalizada, foram os de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. A política que ditou as ações governamentais desse período ficou conhecida como nacional-desenvolvimentismo.

Por trás do termo nacional-desenvolvimentismo, há concepções fundamentadas pelos interlocutores do pensamento denominado de desenvolvimentista, que foram teóricos deste e que acreditavam que o

⁷ Para maior detalhamento ver. JUNIOR, Caio Prado. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1942.

subdesenvolvimento do Brasil deveria ser combatido pelo Estado. Um dos economistas que contribuiu, na década de 1950, com estudos sobre o novo modelo econômico, contra o subdesenvolvimento da América foi o argentino Raul Prebisch (1964).

Como reafirma GOMES (1967), Prebisch (1964)⁸ atribuía o precário desenvolvimento não só da América Latina, mas do Terceiro Mundo como um todo, às determinações do sistema capitalista, na sua globalidade. Conclui ele que as relações de troca na periferia do mundo estavam declinando em relação ao centro e, nesse sentido, o crescimento era muito lento nas regiões de Terceiro Mundo, bem como na América Latina. Desse modo condenava a estrutura econômica mundial pelo sucesso da Europa e principalmente o dos Estados Unidos, por entender que essas regiões tinham a economia a seu favor, em detrimento dos países dependentes que, por sua vez, eram os fornecedores de matéria-prima. Ou seja, era a ordem mundial econômica global que mantinha essas regiões em um estado contínuo de desenvolvimento dependente, segundo ele.

Os interlocutores da teoria do subdesenvolvimento procuraram demonstrar que as relações de troca mundiais impunham aos países de Terceiro Mundo um desenvolvimento dependente e desequilibrado. Para obter o equilíbrio, a solução era encorajar a indústria local, impondo barreiras tarifárias contra as importações. A substituição das importações foi conseguida principalmente pela intervenção do Estado na economia, que passou a ser também um agente regulador da instabilidade econômica e social. A prática do planejamento foi incorporada pelo poder público e tornou-se um componente paulatinamente mais necessário ao Estado. Esse planejamento estava intimamente ligado a um projeto de planificação,

⁸ O pensamento e trajetória de Raul Prebisch é exposta de forma clara na obra : BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico de desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

um controle pré-determinado, ferramenta utilizada pelo governo para gerenciar o Estado.

A política desenvolvimentista resultou de pesquisas da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), que se refletiu no Brasil através de uma grande parte dos intelectuais afirma MANTEGA (1987, p.12):

[Os intelectuais] desembocaram na industrialização como meta prioritária para a situação brasileira naquele momento. Entretanto, a liderança do movimento ficou nas mãos de um grupo de intelectuais de centro esquerda denominado Grupo de Itatiaia... esse grupo se transformaria no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)... encarregado de discutir os grandes problemas nacionais e de auxiliar na elaboração dos programas de governo. (MANTEGA, 1987,p.12)

O ISEB reuniu nas décadas de 1950 e de 1960 os participantes da ideologia do desenvolvimento nacional. Suas diretrizes fundamentadas na CEPAL indicavam políticas econômicas de cunho nacional desenvolvimentista. Um dos representantes desse grupo na economia política desenvolvimentista foi Celso Furtado, um dos ministros do governo de Juscelino Kubitschek. Celso Furtado apresentou ativa participação na elaboração de projetos para os fins da modernização. A instituição teve destacada atuação ao longo do governo JK como centro elaborado da ideologia do desenvolvimento, promovendo cursos, conferências, seminários e pesquisas.

As concepções do ISEB, no campo da Economia, tinham como influência as idéias neoclássicas, as idéias dos economistas Keynes (1983) e List (1983). Os princípios básicos do ISEB se baseavam na idéia de desenvolvimento econômico ligado à idéia de progresso tecnológico que por sua vez resulta no acúmulo de

capital, com o aumento da produtividade do trabalho e nível de vida como aponta RODRIGUEZ (1981).

A corrente neoclássica era uma vertente do liberalismo clássico que objetivava um cientificismo para a economia política e assim procurava encontrar leis e linguagens para a ciência que tomaria o lugar da denominada economia política. Com esse pensamento os neoclássicos enquadraram a economia política como uma forma de pensar, onde o contexto histórico não faria diferença, como se existisse verdades que se adquiririam em qualquer época, como mostra Laurêncio Nascimento de Jesus (1994).

Os pensadores da economia política smithiana, acreditavam que era necessário o desenvolvimento das forças produtivas, essa idéia, consolidada especialmente por Adam Smith (1983), era uma concepção histórica em prol do desenvolvimento. Por outro lado, o pensamento estruturalista traz para a CEPAL a influência da noção da existência de uma fórmula ideal para o desenvolvimento.

Outra influência que a CEPAL recebeu foi o pensamento nacionalista de G. F. List (1983)⁹, fazendo com que as questões econômicas se centralizassem no âmbito nacional. Para List a nação é o ponto inicial, para Adam Smith, riqueza não provém da nação fechada, mas sim das que são abertas para o comércio. A CEPAL englobou os ideais nacionalistas e seu discurso fixando-se em torno desta questão.

Note-se que a tese estruturalista, cepalina, teve como contribuição direta a teoria de Keynes (1983) que acreditava que o desencadeamento da inflação se dava devido à ruptura entre os desenvolvimentos da renda monetária e da renda

⁹ Fredrich List (1789-1846) foi um economista que defendeu o protecionismo, baseado no nacionalismo. Para ele empresas nacionais não conseguem se desenvolver em um contexto de mercado externo, sendo necessária a tutela do Estado. Ver. LIST, F. Sistema Nacional de Economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

real. O aumento da procura geraria o desenvolvimento da produção, o que provocaria o aumento da renda real, aumentando assim a quantidade de moeda. MAKSOUD (1986) aponta que as teses de Keynes (1983) substituem a idéia de orçamento estatal equilibrado pela idéia de que as flutuações inerentes à economia poderiam se salientar pela formação de um desequilíbrio orçamentário, de modo a gerar déficits na recessão e superávits na inflação. Keynes rompe com a “Lei de Say”¹⁰ que aponta que o processo capitalista, naturalmente, faz com que a oferta crie sua própria demanda. Sendo assim o problema central para a crise de 1929, para Keynes (1983), seria a demanda efetiva que teria atingido um nível inadequado. A solução para este problema seria a ação do Estado no sentido do mesmo ampliar seus gastos como meio direto de estímulos de demanda, produção e emprego, assegurando o pleno emprego dos fatores de produção; a respeito disso, relembra Maksoud:

O aumento total da demanda global seria um múltiplo substancialmente grande do incremento no gasto do governo. Essa teoria gerou o ‘keynesianismo’, que deixou os governos completamente soltos para gastar mais e mais: financiados pelo aumento da oferta de dinheiro ou por empréstimos, os déficits dão-lhes condição de gastar sem ter de aumentar os tributos.... (1986, p.113).

De acordo com as idéias desenvolvimentistas, a moeda se expande passivamente, tendo sua origem na ordem estrutural, portanto, alterando-se, através da ação do Estado. A realidade estrutural da inflação poderia ser combatida por meio de um esforço para o crescimento econômico planejado.

¹⁰ Jean-Baptiste Say (1767-1832) foi um economista francês que elaborou a “lei de Say”, onde o mesmo defende que a oferta cria sua própria demanda e que não haveria maneira de existir crises de super produção, sua teoria fora fortemente contestada nas teses de Keynes. Ver: ARAÚJO, Carlos Roberto Viera. História do pensamento econômico. São Paulo: Atlas, 1995.

Essa teoria deu margem a criação de órgãos institucionais que facilitaria a ação do Estado na economia da nação, como ocorreu na Conferência Internacional Monetária de Bretton Woods¹¹ em 1944, que contou com a presença de economistas reconhecidos de várias partes do mundo, incluindo Keynes e o americano Harry Dexter Whiter. Essa conferência teve como objetivo remodelar as regras para as relações econômicas internacionais de financiamento. Como resultado delas, foram criados órgãos como o FMI (Fundo Monetário de Investimento) e o Banco Mundial. Visualizava-se então a queda do padrão ouro e uma nova ordem econômica mundial.

Em resumo, as concepções da CEPAL se refletem nos desenvolvimentistas brasileiros que visam o progresso do Brasil e buscam como principal meta a substituição do mecanismo do mercado, substituindo as importações pelo incentivo da produção nacional, através de um sistema de planificação dirigida, pelo esforço nacional para que se cumpram metas pré-definidas. Como ocorreu no governo de JK, com o Plano de Metas.

Assim, o projeto nacional desenvolvimentista caracterizou-se por uma política deliberada da CEPAL no sentido de estimular o processo de industrialização, cujos projetistas, principalmente, para os países da América Latina, foram Raul Prebisch (1985) e Celso Furtado (1985), entre outros.

Cabe agora observar-se como se perfilou o debate entre desenvolvimentismo e liberalismo.

¹¹ A Conferência de Bretton Woods também conhecida como Conferência Monetária e financeira das Nações Unidas, ocorreu em julho de 1944, em Breetton Woods, New Hampshire, EUA. A partir dessa conferência foram criadas as instituições financeiras, que tinha um caráter internacional: o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional), esse no qual Gudin foi representante entre 1951 e 1954. Ver ABREU. Marcelo de Paiva. Contribuições de Eugênio Gudin ao Pensamento Econômico Brasileiro. Literatura Econômica, 1984.

3.3 GUDIN X SIMONSEN: A FORMALIZAÇÃO DA CONTRAPOSIÇÃO ENTRE LIBERALISMO E DESENVOLVIMENTISMO

O debate entre as idéias liberais e desenvolvimentistas se expressa em um momento marcante para a história das idéias no Brasil; muitas vezes citado pela historiografia, ele se deu entre o empresário Roberto Simonsen (1978) e o economista Eugênio Gudin (1978). A discussão se concentra na questão da necessidade de incentivo estatal a industrialização no Brasil, sendo esse um dos cerne da teoria cepalina, que acredita ser a industrialização o elemento essencial ao desenvolvimento. No Brasil encontraram-se defensores, nos meios intelectuais e empresariais, que teorizaram sobre a importância da industrialização para o crescimento e independência da economia nacional. Porém, liberais como Eugênio Gudin não favoráveis a intervenção estatal vão se posicionar, não contra a industrialização, mas quanto ao caminho para que ela fosse encorajada.

Os desenvolvimentistas acreditavam que para se chegar à riqueza social interna através da industrialização, era necessário passar pelas medidas protecionistas, pelos motivos seguintes. Apontados por LIMA:

O protecionismo cerceia de alguma forma e por algum tempo a permuta entre as nações, mas produz uma grande liberdade de produção dentro do país que o adota. De fato, nos países que abraçam o protecionismo, qualquer cidadão pode montar a indústria que entender desde que repouse em sadio fundamento, certo de que está livre do esmagamento proveniente dos dumpings (inundar o mercado com produtos com preços abaixo do custo), ou manobras de poderosos concorrentes estrangeiros. (LIMA, 1978,p.162)

Um dos defensores dessa idéia, o desenvolvimentista Roberto Simonsen defende a ação do Estado para promover a industrialização desde a década de

1940. “A industrialização do país, sábia e cientificamente conduzida, com o melhor aproveitamento de seus recursos naturais é o meio que a missão aponta para alcançar o progresso desejado por todos.” (SIMONSEN, 1978, p. 26)

Esse projeto de planificação da economia brasileira expresso por Simonsen na década de 1940 deu origem a um debate entre dirigismo econômico e Liberalismo e teve como opositor à primeira concepção, o economista Eugênio Gudin. Esse debate clássico, lembrado por grande parte da historiografia que trata do período, sintetiza o grande confronto de idéias que norteava a agenda intelectual nas décadas 1930 à 1980. “...o surto de industrialização propiciou a ascensão dos representantes dos interesses da classe, passando os mesmos a ter peso crescente no centro das decisões políticas e econômicas ...” (SIMONSEN, 1977, p.7). Esses representantes se destacam em órgãos governamentais como, por exemplo, Conselho Federal de Comércio Exterior, Comissão de Política Industrial e Comércio, Comissão de Planejamento. Esses órgãos eram compostos pelos chamados “técnicos”, um corpo de especialistas que pesquisavam soluções para uma melhor política econômica para o Brasil, eram políticos e conselheiros.

Perseguindo essa orientação, o governo contava com o apoio decisivo dos mais destacados líderes industriais, tais como Roberto C. Simonsen e Euvaldo Lodi, seja no seio das associações comerciais e industriais, seja nos órgãos colegiados de política econômica ... esses ‘nadavam em favor da corrente’, ao contrário da oposição liberal ou conservadora. (SIMONSEN, 1977, p.7)

Mas as idéias de Simonsen apontavam a real necessidade de industrialização, os teóricos do subdesenvolvimento procuraram demonstrar que as relações de troca mundiais impunham aos países de Terceiro Mundo um desenvolvimento dependente e desequilibrado. Para obter o equilíbrio, a solução era encorajar a indústria local, impondo barreiras tarifárias contra as importações. A

substituição das importações foi conseguida principalmente pela intervenção do Estado na economia que, atuando inclusive como empresário, passou a ser também um agente regulador da instabilidade econômica e social.

Roberto Simonsen defende a ação do Estado para promover a industrialização desde a década de 1940, como se observa ele:

A industrialização do país, sábia e cientificamente conduzida, com o melhor aproveitamento de seus recursos naturais é o meio que a missão aponta para alcançar o progresso desejado por todos. (SIMONSEN, 1978, p. 26)

Eugênio Gudín acreditava ser a indústria, necessária para o desenvolvimento da nação, porém essa deveria estar atrelada a condição de ser uma atividade produtiva viável, sem a proteção das pesadas tarifas aduaneiras e do câmbio candente, e ela demonstraria dessa forma sua capacidade de competição no mercado internacional, justificando-se, sendo assim ser incentivada.

Uma idéia combatida por Eugênio Gudín era a planificação da economia, os desenvolvimentistas industrialistas acreditavam ser a planificação uma maneira rápida e eficiente de ordenar a industrialização nacional, dando ao Estado essa função de seu promotor. O “sucesso” dos planos quinquenais na União Soviética, com o governo de Stalin é usado como exemplo de eficiência do planejamento.

A aura de cooperação entre Estados Unidos e a União Soviética, em decorrência da guerra, facilitava a aceitação desse tipo de argumentação, aparentemente convincente face ao sucesso, conseguido pelo governo de Stalin na industrialização e na mobilização de guerra... (SIMONSEN, 1977, p.11).

Sendo assim, dado as propostas diversas para o caminho que o Brasil deveria traçar para o desenvolvimento econômico, o Conselho Nacional de Política Industrial e Comércio, subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1944, solicitou um estudo da situação em que se encontrava a economia brasileira.

Por sua vez, Eugênio Gudín fica como relator da Comissão de Planejamento, subordinada ao Conselho de Segurança Nacional. A análise de Roberto Simonsen (1978) é repensada por Gudín que emite outro documento a respeito das posições de Simonsen. O debate se deu com ambos os pareceres do Conselho Nacional de Política Industrial e Comércio, esses foram ainda publicados em 1945. Primeiramente Eugênio Gudín (1965) publica o artigo intitulado de “Rumos da Política Econômica”, em resposta ao texto de Roberto Simonsen sob o título de “O planejamento da Economia Brasileira”, que mereceu a tréplica de Eugênio Gudín (1968), o que se deu em um documento final chamado de “Carta à comissão de Planejamento”.

Observa-se então em um primeiro texto “A planificação da Economia Brasileira”, de 1944, que expõe o posicionamento de Roberto Simonsen ao Conselho, esse texto inicialmente não fora publicado. Neste texto, Simonsen mostra a partir do estudo da renda nacional que a mesma se observa muito abaixo do ideal que o necessário seria um aumento de quatro vezes o seu atual valor. Aponta ainda que o Brasil possui sérios problemas quanto a concorrência mundial e que seria necessário reduzir os riscos e custos da produção. A economia brasileira demonstrava debilidade, pois dependia da importação de bens como petróleo e carvão; possuíam uma forte carência de metais e apresentava uma indústria obsoleta com baixa produtividade.

Simonsen conclui que as iniciativas privadas não possuem condições de fazer a renda nacional crescer com rapidez e que esse setor é insuficiente. A planificação seria a solução central, pois através dela poderia haver a cooperação das classes produtoras, ensino, pesquisa tecnológica, formação profissional, incremento da atividade agrícola, industrial e comercial. O Financiamento para o planejamento viria através de empréstimos externos e emissão de papel moeda com a fixação de juros.

Em resposta a esse texto, Eugênio Gudín em “Rumos da Política Econômica” procura desmistificar a idéia de planejamento, apontando erros, segundo sua visão, da análise de Simonsen.

Primeiramente Gudín aponta o conceito de Ary Torres Conselheiro do Conselho sobre planejamento, que se alinha ao conceito de Simonsen:

Programa que seria a diretriz do Governo no fomento da economia, seja pela concessão de favores às iniciativas particulares que se entrosassem na estruturação delineada, seja pelo engajamento do Estado naquelas outras atividades reconhecidamente necessárias... previa também o tratamento a ser dado ao capital estrangeiro que nos rodeiam, de modo a que servissem igualmente ao interesses de seus portadores e do Brasil (GUDÍN, IN: SIMONSEN, 1977, p.49-50)

A planificação deveria para Simonsen abranger os setores da agricultura, transportes, a produção de energia, além da produção industrial, dentro de um período determinado para atingir a renda necessária esperada. Sendo assim Gudín mostra que para o conselheiro Ary Torres haveria necessidade de diversas comissões para atender os diferentes setores.

Gudín não diverge dos seguintes objetivos mostrados por Simonsen: mobilização dos combustíveis, reorganização dos transportes, modernização da

agricultura, incentivo a novas escolas de engenharias e ensino profissional e a tão aguardada real industrialização do país; entretanto ele assinala sua discordância do método demonstrado por Simonsen:

No tocante, porém, aos métodos a adotar, à análise da conjuntura econômica que se quer remediar e aos princípios gerais que deve obedecer a política econômica, não posso, como se verá deste parecer, acompanhar a orientação do ilustre Relator do plano econômico. (GUDIN, IN: SIMONSEN, 1977, p.54).

Gudin expõe erros de cálculos nas equações de Simonsen quanto à renda nacional e continua apontando de onde surgiria a “mística do Plano”. Gudín busca na História visualizar a origem e a crise do capitalismo, observando a maior potência mundial, Estados Unidos e conclui:

Não cabe assim à economia liberal a responsabilidade desses desastres. Originariamente, a Grande Depressão foi o resultado de um fenômeno político: a guerra mundial de 1914, que abalou profundamente o sistema que a Economia Liberal havia construído em um século.

Subsidiariamente, incumbe a responsabilidade aos desacertos praticados pelo grande, mas ainda inexperiente país devedor à posição do maior país credor do mundo e de líder da economia mundial. (GUDIN, IN: SIMONSEN, 1977, p.67).

Gudin ainda sinaliza a política de New Deal, em 1933, quando o presidente norte-americano Roosevelt, com práticas intervencionistas, trouxe conseqüências como à desvalorização do dólar.

O intervencionismo se tornara uma espécie de mística, entre capitalismo e dirigismo, como até mesmo Gudín observou em Stálin observou:

“... Stalin estava, pois coberto de razão, quando, em entrevista concedida ao famoso escritor inglês H. G. Wells, dizia-lhe, a propósito do New Deal americano, que é preciso saber-se o que se quer: ou economia liberal, respeito ao capitalismo e incentivo à sua aplicação, ou comunismo, capitalismo de Estado. Importa adotar um ou outro sistema e não qualquer mistura dos dois.” (GUDÍN, IN: SIMONSEN, 1977, p.67-68).

Na “New Deal”, obras públicas do Estado para combater a depressão visavam atingir a prosperidade a partir de um “Estado maior”, industrial e intervencionista. Para Gudín era inconcebível uma ditadura econômica dentro de uma democracia. Ele ainda critica Simonsen por usar o exemplo da planificação soviética como bem sucedida, o critica por não observar a condição paupérrima de vida do operariado russo quase “escravo”, e não visualiza os altos índices de impostos pagos ao regime, situação essa que não poderia ser tida como exemplo para o Brasil.

Outra crítica de Gudín seria quanto aos meios de financiamento para o projeto de planificação. Na visão liberal não seria com empréstimos que o problema seria resolvido, mas com a análise dos erros causadores dos problemas e a ação seria de correção dos mesmos. Alguns grupos estariam sim é interessados em um planejamento para a consolidação de seus interesses tais como os socialista-comunistas, a burocracia e por outro lado interesses reacionários em geral. O plano pode se servir de atalho a qualquer grupo para alcançar seus objetivos.

A emissão monetária também seria um grande erro, pois o Estado não pode gerar capital, somente produção e troca geram capitais, a emissão de moeda

geraria um surto inflacionário; a inflação, na visão de Eugênio Gudín, um monetarista, advém da emissão de papel moeda e títulos, efetuada para financiar e cobrir o déficit público. Isso gera um aumento dos meios de pagamento no mercado, enquanto a produção não se eleva. Assim o governo “fabrica” dinheiro como mostra Maksoud (1986, p.9), sem o lastro correspondente para cobrir suas despesas invés de diminuí-las. Tendo o Estado o poder de intervir de maneira direta na economia, ele se torna mais que um administrador, um empresário.

Os desenvolvimentistas chamados também de estruturalistas, acreditavam que a inflação era um resultado do projeto de desenvolvimento e que a mesma não influenciava no processo. Sendo assim a inflação viria acompanhada naturalmente do crescimento. Um ponto defendido pelos estruturalistas é de que a inflação não pode ser controlada através de medidas monetárias e fiscais sem provocar desemprego ou estagnação do crescimento devido à rigidez da oferta.

Para Gudín o Estado liberal tem a função de “estabelecer regras do jogo, mas não pode jogar”; ele deve, entretanto, se preocupar com a economia.

... No Brasil nunca precisamos tanto de uma colaboração inteligente e eficaz do Estado para o progresso de nossa economia como na atual conjuntura, em que é premente a necessidade de uma série de medidas legislativas e administrativas capazes de permitir e facilitar a expansão e o progresso econômico do país. (GUDÍN, IN: SIMONSEN, 1977, p.84).

Em contrapartida, como resposta ao relatório de Eugênio Gudín, Roberto Simonsen (1978) escreve “O planejamento da economia brasileira” que resgata seu posicionamento inicial e critica o liberalismo mostrando que os princípios do mesmo se mostrariam inválidos. Com tom de ironia, Simonsen critica Gudín por dar voz a Stálin.

Outro ponto analisado por Simonsen é que as taxas aduaneiras têm diminuído progressivamente no Brasil, com a desvalorização da moeda contribuindo para isso. Para Simonsen a intervenção do Estado se impõe onde se mostra falha a iniciativa privada e defende as medidas intervencionistas.

A regulamentação dos monopólios teve em mira encorajar e manter a concorrência entre as pequenas empresas, no interesse dos consumidores. A legislação trabalhista é uma intervenção para proporcionar um melhor segurança na vida dos assalariados. A fiscalização dos gêneros alimentícios e dos medicamentos foi uma forma de intervenção, objetivando a proteção para garantir a sua conservação, a sua continuidade e o seu uso inteligente e eficiente. Toda uma sucessão de serviços públicos foi criada em setores onde a ausência de probabilidades de lucros não despertava a iniciativa particular. (GUDIN, IN: SIMONSEN, 1977, p.182-183).

Por sua vez Eugênio Gudín (1978) em resposta e última consideração no documento “Carta à Comissão de Planejamento”, o economista reafirma seu posicionamento, dizendo não ser um adversário da indústria, mas um radical defensor da liberdade econômica.

Em face do exposto, tem-se neste debate um material riquíssimo para se compreender o debate que se estendera até meados das décadas de 1980 e que sempre surge em pauta de discussões nos dias atuais, debate desenvolvimentista (dirigismo) X liberalismo que se amolda a seu contexto, com diferentes situações, mas com os mesmos princípios.

A História elegeu um vitorioso pró tempore para o debate, Roberto Simonsen, pois as políticas governamentais das décadas de 1940 a 1980 se orientaram por intervencionistas, protecionistas e fortemente planejadores.

Ocorre, pois, que o debate demonstra o que Hayek aponta quanto ao interesse individual norteando as escolhas. Roberto Simonsen, um industrial, não

tinha no desenvolvimentismo apenas uma ideologia que lhe dava base teórica para seu discurso, mas idéias para a solução de seus problemas individual, como empresário nacionalista e monopolista. Como empresário industrial precisava ter o apoio do Estado a esse setor novo, visto que a indústria nacional se mostrava frágil frente à concorrência internacional, eram necessários privilégios, concessões e apoio estatal. A teoria desenvolvimentista era útil para a realidade de Simonsen. A idéia explicava e justificava seu interesse, mostrando que o mesmo poderia convergir para o interesse comum, social.

3.4 A ANÁLISE ECONÔMICA DE GUDIN CONCERNENTE AO GOVERNO DE JK

É em um contexto de debate de idéias que o nacional desenvolvimentismo se constitui num ideário base para as políticas do governo Juscelino Kubitschek. Acreditava-se que ser o grande momento em que o Brasil alcançaria o tão esperado desenvolvimento, as metas deste novo governo fariam com que o Brasil obtivesse em cinco anos o desenvolvimento de cinquenta anos, o Estado faria em cinco anos o que a história não fez em quase quinhentos de vida brasileira.

É necessário ter em conta que mesmo nessa fase final do período democrático o quadro político geral continuava a ser o do populismo. Do ponto de vista de uma política de desenvolvimento industrial nacional, como ponto de vista do processo de democratização social e política, as reformas de estrutura apresentavam-se como essenciais. Contudo, nenhum dos grupos dominantes se mostrava capaz de oferecer os suportes indispensáveis a uma política de reformas,

ainda quando se pudesse admitir que alguns deles retirassem proveito dela. Todos se voltaram para o Estado e, mais uma vez, as massas populares apareciam como a grande força social capaz de proporcionar bases a essa política e ao próprio Estado. (WEFFORT. 1980, p.77)

“Desenvolvimento” se tornou uma palavra mágica no quinquênio 1956-1959, o otimismo tomava conta de toda a sociedade. Logo após sua posse, Juscelino Kubitschek criou o Conselho de Desenvolvimento, primeiro órgão de planejamento instituído no Brasil, para atuar de forma permanente. Deste conselho nasceu o programa de Metas que constituía trinta objetivos básicos em cinco setores da economia: energia, transporte, indústria de base, alimentação e educação, além do maior projeto de todos, o da mudança da capital federal.

Por sua vez, Eugênio Gudin observava o desenvolvimento prefixado através de planos ou metas como um mito que atrai a massa popular, que se envolve crente no discurso manipulador e mistificado dos populistas.

Mas a mística do plano não é só o produto da metafísica mais ou menos manicômica desses sociólogos. Eles suprem o palavreado da nebulosa ideológica. Mas lá em baixo, bem junto a terra, há vários grupos sociais e econômicos para os quais a mística do plano pode constituir precioso instrumento para a vitória de suas doutrinas políticas ou de seus interesses econômicos. (GUDIN, 1978, p.78)

Eugênio Gudin combateu a política econômica do Governo de JK nos anos de 50 e 60. Nesse debate duas correntes se sobressaíram: a do próprio Eugenio Gudin, os gudinianos, corrente essa constituída por Otavio Gouveia de Bulhões, Bilac Pinto e outros e a segunda, o grupo desenvolvimentista, da qual, entre outros, faziam parte Celso Furtado, Hélio Jaguaribe e Candido Mendes.

Foi frente a esta discussão que Gudin escreveu uma série de artigos entre os anos de 1959 e 1964, que foram publicados no jornal O Globo. Esses artigos foram análises que ele fez sobre os principais problemas econômicos do Brasil no período em questão. A análise desses artigos traz a discussão do nacional desenvolvimentismo a partir da ótica liberal, observando o dirigismo econômico de Juscelino Kubitschek e João Goulart, destacando seus problemas e as conseqüências que atingiram drasticamente o Brasil.

Em um período onde quase todos acreditavam e apostavam nas idéias nacionalistas, Gudin, soergue-se contra o nacional desenvolvimentismo. Ele procurava mostrar como a política econômica praticada por Juscelino Kubitschek produzia seus efeitos colaterais como a inflação, que atingiu índices antes nunca vividos na História brasileira. Gudin mostra o preço que custou para o Brasil as políticas desenvolvimentistas; e numa perspectiva liberal mostra o quanto pode ser danosa a intervenção do Estado na economia, principalmente quando este se propõe a agir contra o desenvolvimento histórico e natural das forças produtivas. Portanto, forçando um desenvolvimento artificial através da ação do Estado.

Nas décadas de 1950 e 1960, os debates econômicos passavam por uma fase de intensa agitação. Em um momento de mudanças e de grande euforia pelas idéias desenvolvimentistas, os liberais são taxados de pessimistas por apontarem os erros da política governamental de seus opositores. É nesse momento que economista Eugênio Gudin se insere como líder intelectual e propagador do ideário liberal. A figura de Gudin, uma das matrizes do pensamento liberal brasileiro, marcou a história desse pensamento.

A história da vida intelectual e profissional do professor Eugenio Gudin se confunde com a história do pensamento liberal no Brasil, tanto em função de sua imensa e ativa participação na vida política brasileira, como no fato de que em seus 100 anos de vida, grande

parte deles foram dedicados às reflexões acerca dos problemas brasileiros... (ABRAHÃO 1999.p.49).

O raciocínio econômico de Gudin pautava-se sobre os princípios clássicos que se fundamentava na idéia de que a economia capitalista tendia a um equilíbrio para máxima eficiência na medida em que os mecanismos de mercado funcionassem livremente. Sua teoria econômica se ocupava com os problemas brasileiros, considerando a dinâmica de países subdesenvolvidos.

O economista Roberto Campos (1994) expõe claramente características marcantes que resumem o discurso existente nos artigos de Gudin aqui analisados. “Pessoalmente sou imensamente grato a Eugenio Gudin, pela sua insone luta contra três deformações de nossa mentalidade: o ‘pseudo-nacionalismo’, o ‘pseudo-igualitarismo’ e o pseudo-liberalismo’.” (p.243)

Roberto Campos (1994) argumenta mostrando que o nacionalismo para Gudin está além do discurso populista, mas se visualiza na prática, que o igualitarismo não é algo concedido diretamente pelo Estado assegurando o sucesso; mas este somente pode facilitar a todos o acesso aos meios que possam garanti-lo. E por fim Gudin buscava desmistificar a idéia de um liberalismo que trabalha com o intervencionismo estatal, sendo que a concentração de poder econômico no Estado acaba por limitar a ação do mercado.

Fica claro, portanto, nesta pesquisa que Gudin não era contra o crescimento ou desenvolvimento, ele apenas via outro caminho para esse crescimento, via um caminho mais longo e mais árduo, que constituía na construção de bases para que esse desenvolvimento ocorresse.

O governo JK, entre 1956 e 1960, praticamente inverteu as diretrizes que haviam sido impressas pelo curto período da gestão Café Filho. Pode-se dizer que Gudin, embora tenha permanecido no Ministério

por um curto período de tempo, expressou a tendência mais conservadora assumida ao longo do interregno Café Filho. Suas críticas se sustentavam no fato de que os alicerces para o crescimento econômico não estavam constituídos, e não na oposição ao crescimento em si. (ABRAHÃO,1998,p.198)

O governo de JK é lembrado pela História como um período de grandes construções, de muitos investimentos em infra-estrutura sendo uma política de desenvolvimento baseado na construção material. Gudin frente a essa realidade acreditava ser a educação a base para o desenvolvimento; seria necessário um incentivo para o desenvolvimento humano. As obras materiais seriam importantes, porém a educação provocaria o incentivo para o avanço tecnológico, um investimento na inteligência e essa vai ser base para grande parte de suas críticas contra o governo JK.

3.5 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOB A ÉGIDE DO ESTADO

O desenvolvimento deveria ocorrer, mas a via escolhida para se chegar a esse destino era polêmica. Gudin acreditava que a iniciativa privada seria o meio mais adequado para promover o desenvolvimento e praticar justiça econômica para a população. Para ele o protecionismo estatal era um meio de conceder privilégios para certos segmentos da economia em detrimento da sociedade como um todo. Na medida em que se obstaculiza o livre curso da inversão de capital, com a aplicação de normas restritivas e taxações, o estado premiava setores ineficientes e penalizava os demais segmentos da economia que tinha a obrigação de arcar com os ônus. Essa política intervencionista fundamentava a idéia de um desenvolvimento rápido e visível, sendo comum o investimento no material e não no humano.

Frente a esse discurso, Gudin se posiciona frontalmente contra o governo de Juscelino Kubitschek e os desenvolvimentistas do período que fomentavam a idéia da presença estatal na economia, como meio para promover o desenvolvimento. Um dos principais desenvolvimentistas criticado por Gudin, chamado ironicamente de “romancista”, é o economista Celso Furtado, cepalino que influenciou o governo de Juscelino Kubitschek, principalmente com o planejamento que se consolida no “Plano de Metas”.

Em uma série de artigos de 1962, intitulados “Economia Política e Literária”, Gudin faz críticas diretas ao economista Celso Furtado e ao intervencionismo que ele defende. Para os desenvolvimentistas é mediante a ação do Estado que se promove o desenvolvimento, pois o mercado não pode trazer o progresso: o mercado é considerado débil e incapaz de controlar e suprir as necessidades do país, por seu próprio mecanismo.

Gudin discute o planejamento, no contexto do modelo de governo intervencionista. Neste período o planejamento é uma medida característica que a CEPAL propõe para uma esquematização dos problemas nacional a serem resolvidos. Gudin não descartou a necessidade de planos de trabalho. Deve-se planejar para se orçar os recursos necessários para cobrir as demandas por parte do Estado, porém é questionada a posição e a função do órgão planejador. Para Gudin, a comissão de planejamento não pode servir de pretexto para que haja a ação do Estado no campo da iniciativa privada.

Para Gudin, o Estado era ineficiente, não tinha condições de suprir todas as necessidades do país. Mas tinha dever de agir em áreas como educação, saúde, o incentivo a pesquisa e disseminação de técnicos agrícolas que estavam sob sua responsabilidade.

Mas o que se observa no Estado desenvolvimentista é o desejo de incentivar e implantar o processo de industrialização no Brasil. A indústria significava o progresso e modernidade. O Estado intervém diretamente na economia para promover a tão esperada industrialização. “O desenvolvimento... é o projeto de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio de planejamento e decidido apoio estatal.” (BIELSCHOWSKY, 1995, p.33)

No período de governo de JK, como mostra Carone (1985), o crescimento que se deu nos setores industriais ligados a extração mineral, do cimento, vidro, da siderurgia foi conseqüência do desenvolvimento das diversas usinas siderúrgicas, das indústrias automobilísticas, resultantes também do crescimento urbano. O setor industrial na década de 1960 cresce 35% em relação à década de 1950.

É só nos fins da década de 1950 e começo de 1960 que há modernização e multiplicação das estradas de rodagem, num momento em que a indústria automobilística é implantada no Brasil. As estradas de asfalto facilitam a conquista dos mercados regionais pelas grandes empresas, o que as torna mais poderosas e concentradas... (1985, p, 56)

Porém a indústria brasileira ainda convivia em certos setores com métodos primitivos e antiquados. Havia falta de mão-de-obra especializada e muitas vezes a produção não alcançava a eficiência que permitiria a prática de preço baixo e produto com boa qualidade.

Apesar de todos os problemas, a industrialização se configurava dentro do plano de metas e o maior crescimento se dava no setor da indústria de base, como mostra Hélio SILVA (1975, p.51):

... A produção de aço passou de 1365000 toneladas em 1955 à 2200000 toneladas em 1960 (...) As metas de produção de cimento,

álcalis, celulose, papel, chumbo, cobre(...) foram quase todas alcançadas. A exportação de minérios de ferro (...) duplicou em 1955 à 1960... (SILVA, 1975, p.51)

Para Gudin o desenvolvimento industrial está na elevação da produtividade, porém ele acredita que o instrumento de desenvolvimento industrial é a livre movimentação das forças ativas de mercado. O economista previa uma industrialização leve para o futuro, dependente de um progresso técnico na agricultura. Para ele, foi necessária uma série de medidas, como crédito seletivo à agricultura, políticas de estabilização econômica e controle da intervenção governamental nos mecanismos de mercado, visando a elevação da produtividade.

Gudin critica a falta de articulação entre os setores da indústria e agricultura, requisito importante para o desenvolvimento industrial.

Nos Estados Unidos a redução da população agrícola de mais de 50% a menos de 10% em 70 anos se processou por um enorme aumento da produtividade per capita do trabalhador rural, o que liberou dezenas de milhões de operários para as indústrias e os serviços, enquanto que no Brasil, em que o Ministério da Agricultura é inexistente como elemento de ajuda técnica ao agricultor em que a melhoria da produtividade agrícola per capita tem sido insignificante, a migração da mão-de-obra do campo para as cidades importa em queda da produção agrícola. Donde a carência de feijão e farinha e a facilidade com que até os favelados compram televisores no regime das prestações e da inflação desabrida. (Gudin, 1965, p.427)

Gudin acreditava que o incentivo a indústria muitas vezes prejudicava a agricultura, como se observa com Roberto CAMPOS:

A diferença é que Gudin insistia em que o processo industrializante deveria observar as linhas de vantagens comparativas e deveria caber principalmente ao setor privado, sem se relegar a agricultura à posição de vaca leiteira para financiar a industrialização. E criticava a

combinação de tonas cambiais sobrevalorizadas (que privilegiava a indústria). (1994, p.240).

O principal ponto defendido por Gudin é o conceito de riqueza, ligado as idéias liberais de que a mesma provém da produtividade tanto a industrial como agrícola. Por outro lado, os desenvolvimentistas acreditavam que a exportação de produtos agrícolas significava uma posição humilhante de país subdesenvolvido, e que a modernidade e o desenvolvimento só poderiam ocorrer com a industrialização do país.

Todas as complexidades do problema do desenvolvimento econômico de um país como o nosso, desprovido de educação e de técnica, desaparecem diante de uma palavra-síntese e mágica-industrialização.(GUDIN, 1965, p.200).

Gudin não crítica a existência da indústria, mas a forma com que esta pode ser administrada, sustentada. O processo de industrialização criticado por ele é aquele que nasce e se mantém por meio de subsídios do Estado. Por trás dessa crítica está novamente o descontentamento com o intervencionismo, que cria monopólios, impõe altas taxas aduaneiras de proteção, limitando a livre concorrência, atingindo o consumidor que paga mais por produtos de baixa qualidade.

Quem foi que estabeleceu tarifas aduaneiras não simplesmente protecionistas (de 20% a 30%) e sim proibitivas (de 100%), de forma a conceder o monopólio dissoluto no mercado interno aos produtores e negociantes nacionais ou nacionalizados, que disso se aproveitaram em conjunção com a demanda inflacionária para elevar seus preços? Haverá escândalo maior do que obrigar o consumidor nacional a pagar por um automóvel utilitário um preço duas ou três

vezes mais caro do que o que cobram “os mesmos fabricantes” em outros países?(GUDIN, 1965, p.206)

Para que essa interferência do Estado na economia nacional ocorra de fato são necessários mecanismos que são criados pelo próprio governo, numa dessas ferramentas esta inserida na idéia do planejamento, metas estipuladas que já prevêem essa intervenção. Para Gudin esse fato é sempre desastroso; quando a indústria ou qualquer outro setor se “desenvolve” fomentado pelo Estado esse “desenvolvimento” não se dá realmente, pois o governo não cria, só desloca recursos. Gudin critica o governo de Juscelino Kubitschek por deslocar recursos para fins desnecessários como Brasília enquanto outros setores careciam deles.

Ainda do mesmo gênero foi o “programa de metas” do famoso Sr. Kubitschek, em que se relacionaram as obras necessárias ao surgimento de energia elétrica e aos transportes terrestres. Se ele não tivesse praticado a loucura da construção de Brasília, não tivesse caído na inflação desbragada estivesse apoiado seu ministro Lucas Lopes, o programa de metas poderia ter sido executado com proveito para o país.(GUDIN, 1965, p.448)

A crítica de Gudin está na tentativa do Estado se tornar mais que um administrador, mas um empresário através da intervenção. Não acreditando que a iniciativa privada traria riqueza para a nação e assim haveria o desenvolvimento. Ele expõe que com o aumento da produtividade, aperfeiçoamento de novas técnicas, com a livre concorrência, ausência do Estado diretamente na economia, o produto final teria um menor preço sendo de maior acesso para o consumidor, sendo possível o acesso a produtos antes inacessíveis, isso seria o desenvolvimento centrado no cidadão que constitui a nação. Essa idéia da economia política já se

observava em suas gêneses com Voltaire¹² e Turgot¹³ no século XVIII, que visualizava a riqueza da nação no indivíduo, idéia essa que se cristaliza na obra de Adam Smith, “A Riqueza das Nações”, onde mostra que a riqueza advém do trabalho, da produção individual que traz benefícios para a nação, enriquecendo-a. Como mostra Voltaire:

Não sei o que é mais útil a um Estado: um senhor empoado que sabe a que horas o rei se levanta e se deita, com ares de grandeza fazendo papel de escravo na anticâmara de um ministro ou negociante que enriquece seu país, dá ordem a sucata e ao carro sem sair de seu gabinete e contribui para a felicidade do mundo. VOLTAIRE (1978, p.22):

Gudin, sendo um pensador liberal acredita que o intervencionismo limita a liberdade do indivíduo de produzir para si, o que conseqüentemente não enriquece a nação. O Estado deve dar condições para o desenvolvimento do mercado e não travar o avanço delas. A riqueza somente é gerada pela iniciativa privada e é em favor dessa que Guadin se expõe.

No setor privado, o que o Estado pode e deve fazer é criar as condições propícias ao desenvolvimento e ao progresso. Por exemplo: paz política e social, moeda estável que permita realizar previsões e orçamentos sólidos por vários anos, estímulos à poupança nacional como ao afluxo de capital estrangeiro, etc. (GUDIN 1965, p.449)

¹² François-Marie Arouet (1694-1778) conhecido com Voltaire, filósofo e historiador, iluminista francês. Sistematizou sua teoria crítica ao Antigo Regime, e aponta a necessidade de uma lei que normatize a ação desse Estado. Ver. VOLTAIRE, F. M. Cartas inglênsas; método da metafísica; dicionário filosófico; o filósofo ignorante. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

¹³ Jacques Turgot (1727-1781) economista francês tem em sua obra a ligação das idéias fisiocráticas a Economia política clássica inglesa. Defendeu o livre comércio e a interdependência entre as classes. Ver. SMITH, Adam, et al. Economistas Políticos. São Paulo: Musa editora, 2001.

Porém esse Estado não age sem consentimento da sociedade, pelo contrário, a própria população acredita na ação salvadora do Estado que sustenta essa tese através de discursos populistas que dariam plenos poderes ao Estado para que o mesmo interviesse na economia. O populismo é um nome historicamente dado ao conjunto de práticas políticas que visam manipular massas através da introdução destas no processo político, sendo tuteladas sob controle do Estado. Desta forma, algumas reivindicações das massas eram atendidas, ao passo que eram também amplamente manipuladas no jogo político. Os discursos desenvolvimentistas, de cunho populista, pregavam a ampla participação do Estado na economia, um exemplo seria a as indústrias estatais. Exemplos de indústrias criadas pelo Estado foram a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) implantada na cidade de Volta Redonda, além de outras como a Petrobrás, Eletrobrás. Indústrias de base que surgiram no Brasil em um período desde Vargas, onde o Estado promove grandes empreendimentos que se consolida com Juscelino Kubitschek. O populismo fundamentava-se em idéias nacionalistas, o protecionismo a indústria nacional, e outras medidas visavam a contenção do envio de capitais de lucro para o exterior por empresas estrangeiras fixadas no país.

Frente ao discurso populista de JK e seus sucessores, até 1964, difundiram a idéia de que aqueles anos seriam os melhores anos do avanço do Brasil. Foi em um discurso eleitoral que, pressionado pela massa, JK afirmava estar nos seus planos a constituição da nova capital. Assim a própria massa popular, crente de que o Estado era habilitado para promover o desenvolvimento, delega a ele a função de tirar do Brasil o título de subdesenvolvido.

É necessário ter em conta que, mesmo nessa fase final do período democrático, o quadro político geral continuava sendo populismo [...] Contudo, nenhum dos grupos dominantes se mostrava capaz de oferecer os suportes indispensáveis a uma política de reformas,

ainda quando se possa admitir que alguns deles pudessem retirar proveito dela. Todos se voltavam para o Estado e, mais uma vez, as massas populares apareciam como a grande força social capaz de proporcionar bases a essa política e ao próprio Estado. (WEFFORT, 1980, p.77)

Uma forte característica de governos populistas é promover obras que possam ser vistas, como obras públicas. Assim, visualiza-se a busca pelo desenvolvimento material. Neste ponto as críticas de Gudín se centralizam contra os investimentos estatais direcionadas para obras desnecessárias e de grandes custos. A construção de uma nova capital era um projeto antigo, inscrito na Constituição republicana de 1891, mas que nenhum presidente se dispunha a realizar, para Gudín não era o momento para essa construção, visto existir necessidades mais urgentes a serem resolvidas.

Em Janeiro de 1956 estava o Brasil assoberbado pelos mais sérios problemas: inflação, desequilíbrio de balanço de pagamentos, desordem cambial, transportes marítimos em frangalhos, ferrovias quase idem, correios e telégrafos mais que idem, etc, etc. o que fez o governo? Largou tudo isso de mão e foi construir uma floresta de palácios!. (GUDIN, 1965,p.327).

Juscelino Kubitschek promoveu seu grande feito material que deixou marcado na história seu nome, a cidade de Brasília foi construída no centro do país, em um lugar praticamente desértico. Em apenas um ano se fez o Palácio da Alvorada, inaugurado em Junho de 1958, do mesmo ano são o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional, os edifícios, os edifícios dos ministérios e a Praça dos Três Poderes.

Brasília assim, se tornou “a menina dos olhos de Juscelino”, uma cidade projetada para ser a grande nova capital do Brasil. Através dela todos poderiam ver o “desenvolvimento” que se materializava com Brasília. “Meta faraônica” como disse Roberto Campos (1994 p. 313). Brasília foi uma meta ousada para o governo de Juscelino. Quando alguém lhe perguntar de onde virão os recursos, JK dizia: “Eles viram de minha cabeça”. (Veja, 25/08/76, p.31).

Na realidade os recursos teriam que surgir, pois os custos da obra eram grandes. Os recursos surgiram então através de emissões de papel-moeda que geravam, mais tarde, um dos maiores problemas econômicos do período, como mostra Roberto Campos (1994). Nesse momento as críticas de Gudin se materializam na realidade, não é somente a da defesa das idéias liberais que estão em jogo, na realidade é o futuro das contas do Estado que preocupam o economista, torna-se uma questão prática que mudaria a vida diária da população. Os altos índices inflacionários, que marcaram décadas da História brasileira, nasceram de políticas desenvolvimentistas.

As conseqüências inflacionárias seriam óbvias. Estima-se que a construção de Brasília tenha custado entre 2,5 e 3 % do PIB da época, mas nunca se chegou a uma avaliação completa dos custos, porque além de verbas orçamentárias, foram usadas também contribuições da Caixa Econômica, de autarquias, dos Institutos de Previdência, isso desviou somas destinadas anteriormente à construção de habitações populares, e um empréstimo do Export Import Bank. Frente a esses gastos do governo, levantaram-se muitas críticas as ações do Estado, além de Gudin crítico contundente da criação de Brasília, outros também se expressaram sobre o assunto como o escritor Gustavo Corção:

O escritor Gustavo Corção, um dos mais irritados críticos de Brasília, lembrou-se de São Petesburgo, a atual Leningrado, cidade

construída sobre um pântano aos custos de 30000 vidas a fim de sofisticar aos caprichosos do czar Pedro, o Grande. (VEJA 1976, p. 31-32).

Para Gudin, Brasília foi uma obra desnecessária, recursos que deveriam ser empregados nas áreas de maior urgência, foram desviados para obras sem funcionalidade. Observando que esses recursos não existiam até serem expropriados da população de maneira violenta através da inflação.

O que poderíamos ter realizado em termos de saúde, de alfabetização, de ensino de primário e médio, de estradas de rolagem, etc. com as centenas de bilhões de cruzeiros desperdiçados na construção, não só perfeitamente desnecessária, mas altamente danosa para o interesse nacional, de uma nova cidade para a sede do governo. (GUDIN, 1965, p.98)

Eugênio Gudin acreditava que a meta síntese, a criação de Brasília, teria atrapalhado o desenvolvimento e conclusão das principais metas do governo de Juscelino Kubitschek. A criação de Brasília gerou necessidade de vias que ligassem a nova capital a outros locais. Só para ligar Brasília ao resto do país, foi preciso construir 69000 quilômetros de estradas. Juscelino Kubitschek mandou abrir a Belém- Brasília corte em linha reta na selva, ligando dois vazios. O gasto previsto para a construção e pavimentação de estradas era de 31,8 milhões de cruzeiros nos cinco anos de governo, porém os custos atingiram 66 bilhões de cruzeiros. Nos cinco anos de governo, Juscelino Kubitschek estabeleceu a construção de 12000 quilômetros de rodovias. Essas construções também estavam ligadas a necessidade de pistas para a nascente indústria automobilística. (VEJA, 1976, p.31-32).

Para Eugênio Gudin, o nacional desenvolvimentismo apoiava sua idéia de desenvolvimento nas obras materiais, pois eram visíveis, principalmente para o eleitorado. Para ele a existência de Brasília não fez do Brasil mais desenvolvido.

Constata-se que para Gudin, o desenvolvimento real não estava contido nas obras, estradas, no material que o país possuísse; o progresso se equaciona com a somatória de dois fatores, o fator natural e o mais importante, o humano. Para Gudin, o Brasil possuía grandes riquezas naturais, mas elas não eram determinantes e por outro lado eram limitadas para servirem de fundamento para o desenvolvimento.

Sendo assim, Gudin mostra exemplos de países que não possuíam grandes riquezas naturais, no entanto pelo fator humano conquistaram o desenvolvimento da nação, como era o caso da Alemanha. O fator preponderante para o seu progresso, pós-guerra, além das ajudas dos Estados Unidos, foi o próprio alemão. Os recursos naturais, quando existentes, somados a capacidade humana resultam no desenvolvimento nacional. Quando o desenvolvimento se fundamenta no fator humano, o investimento não está focalizado em obras de cimento, mas esta na civilização e educação do homem, como enfatiza Gudin, ao mostrar que a educação é um dos meios para se alcançar o desenvolvimento nacional.

Um país que tenha, durante vários anos, investido, eficientemente boa parte de seus recursos em educação estará, certamente preparando para a nova geração um futuro melhor, tanto econômica como social e politicamente. (GUDIN, 1965, p.87).

Até quando teremos de esperar pelo advento de um estadista que compreenda que a educação e a saúde devem ter a primazia e a maior cota de recursos no plano de desenvolvimento econômico do País? (GUDIN, 1959, p.140)

A chave para o progresso para Gudin estava na educação, no fim da corrupção estatal. Ele entendia que a resposta para o desenvolvimento é de se tentar obter o maior proveito das disponibilidades para investir e de impor à

população o menor sacrifício compatível com o desenvolvimento. “O subdesenvolvimento não é, pois, das coisas. É dos homens.” (GUDIN, 1965, p.85).

A falta de recursos do Estado não serviu de entrave para que o mesmo investisse em obras como Brasília. A questão era que Gudin acreditava que o Estado não tinha poder de criar recursos para suas ações, mas sim de deslocá-los. Assim o prejuízo final de qualquer maneira afetaria a sociedade, duas situações mostram isso: Primeiramente com o deslocamento de recursos para grandes obras muitas vezes desnecessárias, outros setores mais urgentes como saúde e educação não recebiam o investimento devido, prejudicando a população. Outro fato é o dano que uma política inflacionária produz ao consumidor que perde seu poder de compra frente à desvalorização do seu dinheiro. Todo o entusiasmo do desenvolvimento não se sustenta frente às crises inflacionárias que resultaram em grandes conseqüências pela busca do desenvolvimento material. E assim o resultado da soma de um Estado altamente intervencionista com ações imediatistas, investimentos materiais caros e inapropriados para a realidade econômica do país, causam o resultado de um dos maiores problemas elaborados com as políticas desenvolvimentistas, a inflação.

3.6 CASTELO BRANCO E A ORTODOXIA LIBERAL

O governo militar se caracterizou pós-golpe, de forma a salientar o intervencionismo estatal. A política econômica se comportou ao modo de privilegiar os grandes investimentos, grande parte deles subsidiados pelo Fundo Monetário Internacional, que se expressavam nas áreas de telecomunicações, construção de estradas, ampliação do sistema de geração e distribuição de energia. Observa-se uma maior abertura para o mercado externo. No âmbito da agricultura, aumenta-se o investimento em forma de crédito, sendo que o Banco do Brasil torna-se um dos

maiores bancos rurais do mundo, que privilegiava a produção alimentícia destinada a exportação. Nesse momento o Brasil torna-se o maior produtor mundial de soja.

A partir de 1968, a indústria automobilística e de eletrodomésticos se destacam contribuindo para o aumento do PIB, com o aumento da produção de bens duráveis. Nesse período se nota a diminuição dos índices de desemprego urbano. No governo de Castelo Branco (1964-1967), a política econômica se focalizou no combate a inflação e na busca pela restauração da capacidade do investimento público e privado.

Para isso o governo instituiu um plano de estabilização econômica o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). O PAEG tinha como objetivos principais: o combate a inflação, aumentar os investimentos e conseqüentemente o emprego e corrigir a tendência ao desequilíbrio externo, tendo em vista o desenvolvimento econômico nacional. Como resultados do PAEG observaram-se, o saneamento das finanças do estado, a recuperação da credibilidade nacional visto a negociações internacionais, o aumento da capacidade de investimento do Estado, o aumento da participação do Brasil no mercado internacional, com o estímulo a exportação e o controle razoável dos altos índices de inflação. Esses foram elementos que fomentaram um pequeno crescimento econômico nesse momento. Porém cabe salientar que para os militares depois de três anos de plano, esses ainda estavam insatisfeitos com os resultados, pois os índices de inflação continuavam altos e ações para seu controle com o aumento da taxa de juros em 1966 representavam a rigidez da política monetária. Esse plano teve apoio do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e do governo norte-americano e foi a expressão do ideário da ortodoxia econômica militar.

Ainda em 1967, o discurso de Gudin mostra certo nível de satisfação ao ver que a ortodoxia que estava no ministério da fazenda, caminhava na lógica de diminuição dos gastos públicos a fim de conter os altos índices orçamentários.

Vinha eu clamando em artigos sucessivos pela necessidade de despletorizar o setor público. E é com prazer agora que vejo, no recente e belo artigo de Roberto Campos em O Globo, a recomendação de 'baixar o nível do dispêndio público..., cortar investimentos,... Tudo mais é ilusão (Gudin, 1970, 338)

Gudin elogia as idéias de Roberto Campos que representava grande parte do ideário de Gudin, grande parte da historiografia e o próprio Roberto Campos (1994) assinalavam a influência que as idéias de Gudin tiveram em seu modo de ver a economia e em suas práticas enquanto estava no ministério. Roberto Campos foi o então ministro do planejamento do governo de Castelo Branco, juntamente com Octávio Bulhões no ministério da fazenda, implementaram as idéias liberais em praticas do governo, levando a se observar nessa fase uma política econômica com base em idéias monetaristas e em um liberalismo ortodoxo.

Roberto Campos criou o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNH), o salário-educação, o cruzeiro-novo, a indexação de preços na economia brasileira através das ORTNs e também liberalizou a lei de remessas de lucros. Criou a lei das sociedades anônimas, a lei do inquilinato, o FGTS, o Estatuto da terra e o Banco central do Brasil. Foi o autor dos artigos econômicos da Constituição de 1967 para ele a constituição de 67 seria então a que se apresentava menos inflacionista do mundo. Após Joaquim Murinho, Eugênio Gudin, Roberto Campos e Octávio Bulhões foram os únicos liberais a assumirem cargos ministeriais ligados a economia nacional até então.

Roberto Campos (1994), que fora fortemente influenciado por Hayek (1983) e Schumpeter (1982), fez parte da ortodoxia liberal e esteve a frente de muitas das decisões na política econômica, mas se fixou no governo apenas no governo de Castelo Branco, sendo essa linha substituída em 1967 por Delfim Neto e suas práticas desenvolvimentistas.

Em artigo de 1967 se observa certo conformismo de Gudin, ao analisar o governo de Castelo Branco de forma a concluir ter sido um bom governo, tendo em vista a crise que o país vivia em 1964, demonstrando sua opinião quanto as práticas que a ortodoxia liberal estava implementando no governo.

As dívidas com o exterior foram reescaloadas e os novos compromissos cumpridos à risca. No plano doméstico, a inflação catastrófica de mais de 140% ao ano foi reduzida a um ritmo de 20 ou 30%. Não pode fazer tudo, mas fez muito. Restabeleceu assim a ordem econômica. (GUDIN, 1970, p.81)

Em 1968 Gudin faz uma crítica ao Governo militar, pela sua ineficiência em resolver o problema da inflação, que mesmo com a diminuição das taxas ainda se visualizava a mesma como um problema crônico da economia brasileira. O economista reconheceu a melhoria principalmente com a diminuição dos índices de inflação, mas ainda acreditava ter sido possível eliminá-la.

Se eu fosse governo(o que para a felicidade geral da nação não é o caso) teria adotado a outra opção. É de certa forma uma vergonha para os governos da Revolução, em seu conjunto, não terem ao fim de 4 anos eliminado a inflação. Mas não é por defesa dos brios da Revolução que eu optaria pelo combate à Inflação e sim porque sua excessiva persistência exerce um efeito de perigosa erosão não só sobre o Sistema Econômico, como sobre a Conjuntura Social e Política do País.(GUDIN, 1970, p.342)

A contenção da inflação ocorreu com medidas que buscaram reduzir o desequilíbrio orçamentário, reduzir a expansão monetária e creditária e reprimiu reajustes salariais. Entretanto cabe salientar que para os militares, depois de três anos de plano, esses ainda estavam insatisfeitos com os resultados, pois os índices de inflação continuavam altos e ações para seu controle como o aumento da taxa de juros em 1966 representavam a rigidez da política monetária.

3.7 COSTA E SILVA E O DESENVOLVIMENTISMO DE DELFIM NETTO

Em março de 1967 as condições existentes, para permitir a obtenção de resultados mais favoráveis nos campos da inflação e do desenvolvimento, não eram mais favoráveis que no passado.

A economia encontrava-se deprimida e os níveis de demanda bastante reduzidos. Primeiramente porque os investimentos privados haviam declinado em razão da própria estagnação da economia. Os salários reais, por outro lado, declinaram em razão da aplicação inadequada do resíduo inflacionário às fórmulas de correção salarial e o nível de emprego, apresentava-se mais reduzido que nos anos anteriores, diminuindo ainda mais o volume da folha real de salários. Finalmente, a demanda no interior apresentava-se bastante deprimida em função das quedas no volume de produção ocorridos ao longo do ano (Delfim Netto, 1968,p.7).

No governo de Artur da Costa e Silva, a partir de 1967 o foco da política econômica passa do controle da inflação para o crescimento rápido da economia. Ele rompe com a ortodoxia, que se orientava por uma política econômica que programava medidas a longo prazo. Nesse momento se visualiza medidas que

possibilitam maior liberdade na política monetária, tendo em vista expansão de moeda e crédito, justificada com o argumento de que a velocidade de renda da moeda tende a declinar com a desaceleração da inflação. O combate a inflação continua, mas se toma outras providências para esse controle. Rompendo com a política ortodoxa do PAEG, a emissão nesse momento foi utilizada principalmente para cobrir o déficit orçamentário.

O economista Delfim Neto, escolhido como ministro da fazenda é visto por Gudin com grande expectativa, principalmente para que houvesse a resolução do problema da inflação. Gudin expressa esperança na administração de Delfim Netto visto que o mesmo acreditava ser a causa da inflação a emissão, sendo essa intimamente relacionada proporcionalmente ao aumento dos preços. Gudin faz alguns conselhos a Delfim; em um artigo datado de 10/02/69, ele expõe a necessidade de se dar uma maior liberdade a iniciativa privada, tendo como argumento o conceito de lucro. Para Gudin lucro não é a transferência de riqueza de um para outro, mas é o resultado da iniciativa e investimento do empreendedor. Citando Schumpeter, diz que o empreendedor é o dinamizador do sistema econômico.

O lucro é, ou se espera que seja, o resíduo de uma operação, que por aumentar a produção favorece tanto a consumidores, como a assalariados e a capitalistas, estes que pouparam para financiar o investimento. Grave erro é o conceito do Lucro-confisco, que importaria no enriquecimento de uns à custa do empobrecimento de outros. Nada do que se contem neste artigo deve ser interpretado como apoio, ou mesmo tolerância. (Gudin, 1970, p.313)

Havia um problema que para Gudin seria o maior problema da economia do Brasil desde a década de 1950. Defensor árduo da política monetarista, o

economista não visualiza de início a mudança de rumo das práticas do governo, que não priorizaria o combate a inflação; para Gudín, Costa e Silva seria um presidente que atentaria de forma mais consistente ao problema dos altos índices de inflação.

No discurso de posse do presidente Costa e Silva, Gudín analisa a idéia de inflação que o então presidente possui e mostra que o mesmo não concebe desenvolvimento com inflação, pelo menos isso se visualizava no discurso. Gudín ainda expõe que o combate a inflação poderia continuar no processo paralelo ao desenvolvimento econômico da nação.

“Isso não quer dizer que o combate à inflação exija ou importe no abandono do desenvolvimento econômico. Essa dicotomia, assim expressa, não existe. Começa porque um Governo que esta combatendo e debelando a inflação inspira confiança e conseqüentemente estimula os investimentos de capitais privados, estrangeiros e nacionais, sinônimo de desenvolvimento econômico.” (Gudín, 1970, p. 336).

Gudín frisa a única maneira de conter a inflação sendo essa a ação de sanear as contas do Estado, continuando com sua posição monetarista, o economista repete sua fala tratando a inflação da mesma maneira que a via anos anteriores, como já se observou no primeiro capítulo do presente trabalho.

“A política de combate à inflação exige, sim, superávit orçamentário (com referência ao ‘grande orçamento’) como exige déficit e não saldo do balanço de pagamentos. Por serem dois fatores indispensáveis ao alívio da demanda monetária sobre mercadorias e serviços.” (Gudín, 1970 , p.336)

Delfim Neto, o então ministro da fazenda, não acreditava ser o controle monetário, o agente que iria conter a inflação, sendo assim observa-se uma

medida que conotam uma influencia das tendências do pensamento estruturalista, principalmente com o PED (Programa Estratégico de Desenvolvimento) em 1968.

Através do AI-5, de 1968, determinou-se o fechamento do congresso, dando ao Estado poder de julgar e prender, restringindo liberdades individuais, tornara-se mais fácil controlar as regras da economia nacional como declara o Delfim Neto, em entrevista à Isto é dinheiro (2003): “Usei as condições dadas pelo AI-5 para baixar um decreto-lei com praticamente toda a reforma tributária que eu queria fazer e mais uma porção de medidas importantes.” (2003,p.1)

Quanto a isso Gudin se expõe de forma clara, criticando o excesso de poder, que orientava e mudava as regras do mercado que para ele eram regras do mercado e não do Estado. “O Ato nº5 pode muito, é verdade. Mas não pode tudo. Pode revogar muitas leis. Mas não a ‘lei’ da Oferta e da Procura que, até nova ordem, é a que regula os preços...” (GUDIN, 1970,p.305). O economista não acusa diretamente o AI 5, mas quando esse influencia nos preços, permite a inflação, e age de forma a dar liberdade de intervenção estatal na economia, o economista levanta a possibilidade desse ser um abuso de poder. Ainda sobre o controle de preços Gudin mostra que:

A idéia, ora em voga, de ‘tabelar preços em função de custos’ é uma das maiores barbaridades que se podem perpetrar em teoria econômica. Começa porque custo não é um ponto; é uma curva. Essa curva começa pelos custos da empresa de maior produtividade (isto é, de custos mais baixos); mas como sua produção não dá vazão à demanda, entram no mercado outras empresas de custos mais altos do que a primeira (a curva dos custos vai subindo) e por fim outras de custos ainda mais elevadas, até que a curva ascendente esbarre na curva da demanda... (GUDIN, 1970,p.309).

Gudin volta a criticar o poder de legislar e aponta o risco dos decretos muitas vezes inesperados.

A liberdade de legislar por decreto não deve degenerar em Fúria Legiferante. Há de ser usada com prudência e parcimônia. A lei do Inquilinato, que acaba de ser promulgada, é a sétima de sua espécie desde novembro de 1964! As 'regras do jogo' mudam por decisão unilateral, do dia para a noite. (GUDIN, 1970,p.311).

Ele critica a existência de decretos leis que acaba por trazer uma instabilidade enorme nas normas de contratos etc. Esse fato prejudica a iniciativa privada.

Ninguém pretende que a legislação seja imutável. Mas isso não colide com o fato de que a estabilidade da estrutura política, social e econômica de um país haja de ser preservada. Sem o que, o estrangeiro não aventura seus capitais e o nacional não se conforma em assumir riscos ilimitados. O que seria o fim da iniciativa privada.

Decreto Lei, instrumento específico das ditaduras, é odioso por não dar a menor oportunidade a quem quer que seja de levantar as mais elementares_ e não raro Justas_ objeções. A insegurança que daí advém é muito mais danosa para a economia do país do que o mal que possa advir de um pequeno retardamento da providência. (GUDIN, 1970, p.122).

A emissão de decretos-lei seria uma forma de intervencionismo, apontada por Gudin, um dos poucos artigos que o economista denuncia esse fato, sendo que esses decretos-lei influenciavam não somente em decisões quanto às finanças do Estado, mas a economia nacional sendo um entrave para o desenvolvimento o intervencionismo que nesse momento desarticulava a intenção de investimento da iniciativa privada. Nesse momento Gudin fala de "ditadura disfarçada" ao observar o grande grau de influência do governo nos rumos da economia.

Os anos de Delfim Neto no ministério da fazenda trouxeram uma maior força a influência do pensamento desenvolvimentista, principalmente na questão de se formatar o desenvolvimento de maneira rápida e intervencionista. Essa idéia é a contradição das idéias de Gudin, e de seu liberalismo que acredita no processo, a médio ou longo prazo, porém esse tipo de política monetarista não gera resultados rápidos; sendo desconsiderado principalmente no governo de Costa e Silva, em um artigo de 1969, Gudin expressa implicitamente a idéia da impaciência que determinava caminhos mais curtos mas nem sempre mais seguros.

Outra manifestação da 'Civilização da Impaciência' é a de um sentimento, mais ou menos indefinido, de que 'tudo deve mudar'. Essa forma de pensamento (se pensamento é) apresenta-se sob várias gamas. Uma delas é a de simples 'Negação'.

Acredito que o tempo, mas só ele, venha corrigir os excessos.
(GUDIN, 1970, p.56-57)

Com isso em 1968 o Brasil viveu um aumento em suas taxas de crescimento econômico principalmente no setor industrial, porém a eminência de uma nova crise ainda era real, pois a inflação ainda era um problema real.

A política econômica nesse momento, visivelmente se comporta de forma desenvolvimentista apoiada no capital internacional, as ações de expansão de crédito e moeda, o incentivo a exportação e a indústria, foram fatores importantes para a diminuição do desemprego, frente ao crescimento econômico mostrado por índices esse período vai ser reafirmado por parte da historiografia por "milagre econômico". Entretanto cabe observar-se que esse crescimento econômico não se visualizou em toda a sociedade mas em algumas camadas sociais Outro fator a se

frisar foi o endividamento externo que seria cobrado principalmente anos depois com a crise mundial do petróleo, no início da década de 1970, que se tornara um grande problema para a economia nacional.

Haja vista a tendência estruturalista de Delfim Neto, que via o crescimento econômico como algo desvinculado da existência ou não da inflação, nesse momento apesar de no discurso ser professado a necessidade de se combater a inflação será relegada a segundo plano, principalmente para que os níveis de desemprego não subissem. Gudín através de sua tese sobre o “pleno emprego”, teoria essa já outrora defendida, mostra que o desemprego é um fato do sistema capitalista e ele sempre vai existir, quando o sistema não estiver inflacionado.

... não é possível chegar-se a um total aproveitamento dos fatores de produção, sem inflação. Uma taxa mínima de desemprego e de capacidade ociosa é indispensável no combate à inflação. A começar porque há em todos os países uma taxa de desemprego normal, resultante não só dos empregados que se estão transferindo de uma para outra ocupação, como porque a qualidade ou espécie do trabalho oferecido não coincide com a do trabalho procurado. Pode haver uma grande procura de mecânicos, eletricitas ou contabilistas, que permanece insatisfeita por falta de oferta, como pode haver excesso de disponibilidade de mão-de-obra despreparada, para a qual não há procura. (GUDIN, 1970, p. 343).

A inflação se apresentava, para Gudín, um grave problema, e sua opinião não mudaria com o tempo, o economista ainda acreditava que não haveria crescimento e desenvolvimento com inflação, expondo que as conseqüências da inflação, eram percebidas ao longo dos anos e não imediatamente por isso se aceitava a condição de inflação com altos índices de crescimento.

A inflação do ano 1 vai repercutir no desenvolvimento econômico dos anos 3,4,5 ou mais. As recessões que tivemos de enfrentar em

princípios de 1965, e que contribuíram para a queda da taxa de desenvolvimento nesses dois anos, são debitáveis aos Kubitscheks e aos Goularts, que fizeram a inflação de 1957 a 1964. Não há portanto como procurar correlações 'de ano a ano', ou de um ano para outro. (GUDIN, 1970, p.340).

O problema da inflação ainda continua sendo um dos maiores problemas da economia brasileira para o autor e era abordado em vários artigos no período, pois a causa da mesma advém da emissão de papel moeda ou expansão de crédito, essas ações explicitam a intervenção do Estado na economia, demonstrando o problema central para a falta de desenvolvimento nacional, na visão liberal. Nesse aspecto o economista não abre mão de seus princípios monetaristas que o acompanhou durante toda a sua trajetória intelectual; suas idéias influenciaram, de certa forma, as ações que Roberto Campos e Bulhões tiveram em seus ministérios, no início do regime, a medida que esses buscavam o controle orçamentário estatal.

O intervencionismo, portanto, voltava a ser criticado nos artigos de Gudin, sendo que o mesmo gerava os frutos que representavam os problemas da economia do Brasil, como foi o caso da inflação.

Por ser um Estado autoritário e centralizador, os anos que se seguiram o governo militar, foram marcados de intenso intervencionismo. Apesar de Gudin defender a existência do regime, explicando até a não existência da democracia, o economista continuou crítico, e em vários artigos demonstrou seu descontentamento com o regime principalmente por seu caráter de grande intervenção na economia, isso se expressou no grande número de empresas estatais criadas nesse momento como mostra Scantimburgo (1996).

Os cinco presidentes militares deixaram na atividade econômica a herança de 667 órgãos dentre empresas, fundações, sociedades

civis e limitadas a verdadeiros tonéis de Danaides de déficits. O Brasil só perdia em número de empresas estatais para as nações comunistas. Todo o petróleo, toda a geração de eletricidade, todos os transportes ferroviários, todo o transporte metroviário nas capitais de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, todas as comunicações, toda a distribuição de água, a indústria aeronáutica, o transporte marítimo, os portos, a maior percentagem da siderurgia, o subsolo, as quedas d'água, o controle do tráfico aéreo, as tarifas dos serviços públicos, a educação dirigida. O Estado estendeu seus rizomas até mesmo dentro dos lares, pois foi burocratizada em grau elevadíssimo a vida dos brasileiros.(SCANTIMBURGO, 1996, p.349).

A estatização se prolongou, portanto, por todo o período em que os militares estiveram no poder, Gudín critica essa prática desde 1968, mas principalmente ao longo da década de 1970 sua crítica a estatização vai se atenuar.

A idéia de nacionalismo se alia e justifica a estatização e a intervenção. Em um trecho de um artigo de 1968, onde Gudín escreve uma série de artigos sobre o funcionamento da Petrobrás, mostrando o quão mal administrada a mesma estava sendo, compara a ação do governo brasileiro com outros governos como o da Argentina, com Juan Carlos Onganía, que criava facilidades para a entrada de investimentos estrangeiros no país, e através de números aponta a eficiência dessa prática principalmente no setor petrolífero, onde a produção aumentou em mais de 100% de 1959 a 1965, quando que no Brasil nesse período a produção aumentou em pouco mais de 20% , o caso do Japão também é observado por sua preocupação em importar “know how”, para o aprimoramento da indústria petrolífera. Sendo assim Gudín conclui:

Veja-se a diferença entre a mentalidade de um país progressista e descomplexado e o nosso nacionalismo tacanho, em que tudo parece girar em torno de espectros fantasmagóricos de ameaça à Segurança Nacional!!

O pior é que as caraminholas dos nossos ‘nacionalistas’ causam um dano imenso ao país. (Gudín, 1970, p.429)

Apesar desses apontamentos em forma de crítica, o economista ainda defende a forma institucional do regime, suas críticas são quanto a forma não quanto ao Estado, como conclui-se com Borges.

Gudin não faz uma análise profunda, de conteúdo, com relação à política econômica da ditadura. Ele simplesmente comenta os pontos de concordância e discordância em relação à execução técnica desta política, principalmente a monetária. Neste sentido, ele repete o comportamento analítico econômico; mais uma vez é a razão técnica o parâmetro para o entendimento do que está acontecendo, e não há motivo__ nesta visão metodológica__ para içar o econômico ao todo social. Portanto, a análise restringe-se ao comentário técnico e à recusa em reconhecer outro caminho que não seja este... (BORGES,1996, p.234).

Observa-se nos artigos analisados nesse período que Gudin não rompe com seus pressupostos, aceita a existência de um Estado autoritário e ditador em troca da garantia de liberdade econômica, e critica, pois, o mesmo Estado quando age de forma intervencionista, planejadora, de forma a não praticar a teoria liberal que é fornecer maior liberdade para o desenvolvimento da iniciativa privada. O economista acredita ser imperfeito o sistema empresarial, mas constata ser o melhor meio de geração de progresso e riqueza, citando Adam Smith(1983) e Milton Friedman (1989). É importante observar o discurso de Gudin sempre buscando ressaltar os valores da livre iniciativa e contraponto a uma economia controlada pelo Estado.

3.8 INTERVENCIONISMO E INFLAÇÃO NO BRASIL

Grande parte dos artigos de Gudin se preocupou em tratar da questão da inflação. De forma veemente, ele demonstrava a tese monetarista que apontava a inflação como o “grande mal” que impediria qualquer espécie de desenvolvimento econômico a longo prazo. Frente a um projeto político de ordem estruturalista, onde o que fomentaria a máquina administrativa seriam a emissão de papel moeda em larga escala e o aumento do crédito, que desencadeava um processo inflacionário crônico e desestabilizador da economia nacional, ele buscava demonstrar, através da análise da teoria econômica monetarista, o quanto a tese estruturalista acerca da inflação era inconsistente na prática e como essas ações governamentais baseadas nesse ideário trariam sérias conseqüências para o sistema econômico brasileiro.

O Brasil sofreu um grave processo inflacionário que fez com que a economia entrasse em crise que se consolida no ano de 1962 se agravando nas vésperas do golpe de 1964. Altos índices inflacionários conviveram com altos índices de crescimento da produção nacional, porém a inflação se tornou crônica frente à desestabilização desse crescimento ao longo da década de 1960, o crescimento se mostrava concentrado em determinados setores da economia, não havendo distribuição de riqueza, os setores privilegiados eram escolhidos pelas ações de proteção e subsídio do Estado intervencionista.

A inflação era um fenômeno real e tanto desenvolvimentistas quanto liberais a observavam como fator de prejuízo para a sociedade. Visualiza-se assim um debate ideológico, onde as duas teses se chocam, acerca da questão central: causas e conseqüências da inflação. Colocando de um lado os desenvolvimentistas, estruturalistas e de outros liberais, monetaristas.

O jornal se torna um dos palcos deste debate, e ao se analisar as críticas ao Estado desenvolvimentista encontradas sucessivamente nos artigos de Gudin no período que se acentuou as políticas desenvolvimentistas, 1958-1964, a forte crítica e consideração acerca do posicionamento dos desenvolvimentistas mostram indícios do que foi esse confronto de idéias.

As idéias estruturalistas se cristalizam em instituições de pesquisa e estudos como a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), no Brasil ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Em diversos momentos essas instituições tiveram intimamente ligadas a setores políticos do Estado Brasileiro. As idéias que se divulgavam através dessas instituições defendiam a tese de que, a moeda se expande passivamente, tendo sua origem de ordem estrutural, portanto, alterando-se, através da ação do Estado, a realidade estrutural a inflação poderia ser combatida por meio de um esforço para o crescimento econômico planejado.

Segundo Bielschowsky (1995) a economia agrária atrasada gerava, para os estruturalistas, problemas como: a não expansão de exportações; um crescimento de demanda lento; problemas de insuficiência dos serviços públicos, por causa da inadequação do sistema tributário. Todos esses problemas resultariam altos índices inflacionários, pois, com uma economia agrária cria-se uma situação de estagnação em que forças do crescimento são obstruídas. Sendo assim somente com o aumento da produtividade, através de uma economia industrial fomentada pelo Estado, seriam geradas transformações na estrutura detendo as causas da inflação. A solução para que o país vencesse o subdesenvolvimento estaria em um planejamento de políticas de crescimento envolvendo transformações estruturais.

Observa-se, ainda, com Bielschowsky (1995) que o alvo desejado para um país desenvolvido seria um sistema econômico independente de importações, o

que somente se alcança através de um grande esforço industrializante. A ação do Estado para fomentar os estímulos industriais do Brasil foi uma realidade constante que gerou um processo inflacionário inevitável. A necessidade de investimentos públicos em áreas de infra-estrutura era essencial para o cumprimento dessa meta.

Cabe observar que a política desenvolvimentista é altamente planificadora, onde o agente é o Estado, com analisa Sonia Mendonça:

Por seu intermédio integravam-se pela primeira vez no país, sob controle do governo, as atividades do capital público e privado, mediante o estabelecimento das prioridades de investimento e das estratégias adotadas e para dirigir os recursos privados para estas últimas. Segundo alguns autores ocorria, neste momento, uma 'estatização formal' da economia que tinha por fundamento um Estado importante produtor em setores estratégicos e controlador indireto de faixas expressivas de decisão privada. A balança do poder alternava-se em favor do setor público. (1994, p.91).

Tendo como controlador da economia nacional o Estado, a decisão de compartilhar de uma política inflacionária foi do próprio governo que não visualizava outra saída. Os recursos só poderiam surgir de empréstimo e emissão.

Para o Brasil, porém, país subdesenvolvido passando por um rapidíssimo processo de industrialização, o desenvolvimento inflacionário era praticamente a única alternativa (...) Isso porque a inflação consistiu-se em uma válvula de escape para o desenvolvimento do país, na medida que possibilitou o financiamento do aumento das despesas e investimentos governamentais...(PEREIRA, 1985, p.58).

Ao tratar do desenvolvimento econômico, imperativo nacional, manifesta o Sr. Celso Furtado sua admiração pela eficácia do marxismo-leninismo, 'como meio de alcançar rápidas e profundas transformações sociais, causa eficiente de um desenvolvimento econômico etc..(GUDIN,1965, p.451).

Fica marcado o debate ideológico entre estruturalistas e liberais, na análise de uma série de dez artigos de Eugênio Gudín intitulados: "Economia Política e literária", nos quais o mesmo critica diretamente um dos maiores planejadores da política nacional desenvolvimentista e defensor das ações inflacionárias do Estado, o então ministro do planejamento Celso Furtado. Gudín critica Furtado alegando que as teorias do mesmo não tinham fundamentos na teoria analítica econômica e estavam mais próximas da literatura.

O que a meu ver torna o Ministro Furtado inapto para as funções que lhe foram confiadas, de Ministro da Economia, é de um lado o excesso de imaginação que quase o leva a uma economia romanceada e, de outro, a notória deficiência de sua vocação para a Análise Econômica em geral e dos dados da economia brasileira, em particular. (GUDIN, 1965, p.437).

Celso Furtado não acredita na existência e na utilidade de princípios científicos fundamentais de Análise Econômica, 'independentemente de julgamentos de valor.' De sorte que as teorias fundamentais do valor, do capital, do consumo, dos salários, a geometria das curvas de custo e de suprimento etc., todo esse arcabouço da Análise Econômica fica condicionado 'aos princípios de convivência social e aos julgamentos de valor'. Os estudos econômicos passariam assim a ter um caráter muito mais político, histórico e até literário e opinativo, do que analítico... (GUDIN, 1965, p.423).

Furtado acreditava que ao se combater a inflação haveria a geração de desemprego. Visto a essa alegação Gudín se posiciona mostrando que o trabalho passava por problemas como mão-de-obra mal paga e sem qualificação, o emprego

não garantia prosperidade, pois esse emprego proporcionava péssimas condições ao trabalhador.

Em seu discurso ao Conselho Interamericano Econômico e Social, diz o ilustre Ministro Celso Furtado:

É uma ingenuidade pensar que para diminuir a inflação brasileira bastaria controlar os gastos públicos e adotar uma atitude corajosa para pôr a casa em ordem'. Visto o grande crescimento da população urbana, essas providências dariam lugar, diz o ministro, a uma crise de DESEMPREGO. (GUDIN, 1965, p.428).

Tal é o quadro do problema do desemprego no Brasil, com que não parece estar familiarizado o ilustre ministro do Planejamento.

Fora isso não há país que escape de algum desemprego, a que se poderia chamar de estrutural, isto é, de excesso de um fator de produção em relação aos demais. Nunca há complementaridade perfeita (...). No nosso caso, o desinteresse de todos os governos para o problema da educação deu lugar a uma superabundância de trabalhadores braçais a por de uma grave deficiência de operários habilitados, desequilíbrio que o atual governo só faz agravar elevando os salários dos primeiros muito mais do que dos segundos, fazendo desaparecer o estímulo para a formação de operários. (GUDIN, 1965, p.429).

Quando, portanto, o Sr. Celso Furtado recorre ao argumento e ao espectro do desemprego como pretexto para não enfrentar a inflação pelos únicos métodos capazes de dominá-la, esta praticando não só um erro de política, mas um erro de Análise Econômica. (GUDIN, 1965, p.430).

A tese defendida por Furtado mostra a necessidade de alta produtividade, para que se diminuíssem os índices inflacionários com o aumento de bens de consumo no mercado atendendo o aumento de demanda causado pela inflação.

Porém Gudin desmistifica a idéia defendida por Furtado, mostrando que a produção, mesmo com o desenvolvimentismo, não cresceu mais que 5% ao ano, por outro lado o dinheiro em média aumentou 50% em dois anos. Ele ainda aponta que

o crescimento da produção em outros países desenvolvidos, fica na média anual de 5%, no máximo 7%. Para se obter a qualidade, que faz com que a produção aumente, requer tempo e condições adequadas. Assim o aumento da produção teria que mais de 30% para deter a inflação, coisa essa impossível. Sendo assim o que cessaria a inflação seria “redução do incremento da quantidade de dinheiro”. Para ele qualquer aumento de produção, pode gerar um aumento de quantidade de dinheiro. Para pagar a produção muitas vezes torna-se necessário meio de pagamentos, sob forma de créditos bancários. Esse fato não gera a inflação, mas tampouco geraria a desinflação. O economista acreditava que a restrição de créditos bancários seria uma medida que colaboraria para o controle do processo inflacionário.

Quanto ao papel do Estado, ficam claras as posições de Gudin ao criticar a concepção de Estado planejador e centralizador, de Furtado. Para Gudin a iniciativa privada pode contribuir para o Estado na medida em que a mesma consegue atrair novos recursos para a expansão e melhoramento de serviços, sem a necessidade de recorrer-se para a emissão de papel moeda ou empréstimos.

Porém com a gravidade da inflação, ao longo dos anos que antecederam o golpe militar, até mesmo os desenvolvimentistas reconheceram a necessidade de se combater a mesma, frente à recessão econômica. Celso Furtado foi o então ministro que em 1962 elabora o Plano Trienal, plano este desenvolvido para amenizar a crise econômica através de medidas de controle da inflação. O período do projeto nacional desenvolvimentismo teve seu auge e declínio. O auge se compreende no que já se expôs anteriormente, se deu a partir de 1955 com então presidente da república Juscelino Kubitschek no poder. O projeto de industrialização;

plano de metas; altos índices de crescimento; inúmeras construções públicas; predomínio da ideologia desenvolvimentista; apontavam a conjuntura do auge do nacional desenvolvimentismo. Porém se inicia um surto inflacionário a partir de 1958 que se soma à crise de balanço de pagamentos. Observa-se também que com o passar do tempo as reformas planificadoras não atingiram a melhoria de vida da população, culminando em recessão econômica, como expõe Bielschowsky (1995):

...reconhecia-se cada vez mais que, salvo por uma reforma na estrutura de propriedade rural e de uma alteração no padrão de distribuição de renda, o desenvolvimento industrial não conseguiria resolver, conforme se havia pensado, o problema do desemprego e da pobreza da maioria da população e de vastas regiões do país. A recessão econômica iniciada em 1963 ampliaria o pessimismo, ajudando a minar a perspectiva desenvolvimentista tradicional e aprofundando sua crise. (p.409-410).

Há um consenso entre as diferentes versões historiográficas que analisam o período, quanto à crise econômica entre os anos de 1962-1964, que teria se formatado com a quebra do dinamismo da acumulação do país que se observa no início da década de 1960, quando declinou o volume dos investimentos industriais como aponta Mendonça (1994).

... a crise econômica iniciada em 1962, com o registro da primeira taxa de crescimento negativo do produto industrial, brasileiro, inviabilizava o atendimento às demandas populares por mais empregos e melhor qualidade de vida. No imediato pré-golpe de 1964 eclodiam os sintomas de uma crise que, a rigor, era de consolidação e crescimento do capitalismo no país. (p.93)

A inflação seria uma das causas mais graves que causariam a crise do desenvolvimentismo. "... o início da crise brasileira é marcado por um processo de mudança das causas da inflação que antes se definia essencial, ainda que não exclusivamente, como uma inflação de custos." (PEREIRA, 1985, p.145).

É importante salientar que a crise se deu devido a inúmeros fatores, porém fica claro o destaque e peso que o fenômeno causado pelo processo inflacionário causou na estrutura da economia do país. Surge então com o governo João Goulart a tentativa de recuperar a dimensão planificadora do Estado e a crise, através do Plano Trienal, desenvolvido pelo então ministro Celso Furtado. A necessidade de uma reforma financeira era evidente no plano de Furtado, visto que a inflação deveria ser detida.

... No exame da questão inflacionária, no Plano Trienal, Furtado fazia uma segunda importante associação entre comércio exterior e inflação, ou seja, dizia que as reformas cambiais de 1957 e 1961, ao abolirem a receita fiscal proveniente das diferenças entre as taxas de câmbio de exportações e importações, contribuíram em muito para a ocorrência de déficits orçamentários federais e, conseqüentemente, para a inflação. (BIELSCHOWSKY, 1995, p.418).

A pesar do Plano Trienal não ter sido executado, fica evidente que com a crise econômica, a tese de que a inflação não acarretaria prejuízos para o desenvolvimento, é vencida pela própria conjuntura e necessidades de reformas. Visto a crise a CEPAL se formatou e mudou seu discurso em fins da década de 1960, seria o declínio significativo de teses importantes do desenvolvimentismo.

O pensamento cepalino__ que, além de ideologicamente afinado com a corrente desenvolvimentista nacionalista, era seu principal sustentáculo__ passava por importante reformulação analítica, inspirada, em termos ideológicos, no reconhecimento de que a industrialização não resolvia, por si só, o problema do desemprego e da pobreza... (BIELSCHOWSKY, 1995, p.442).

Em suma a crise, ocasionada pela busca do desenvolvimento material, evidenciou muito do que Gudín acreditava ao mostrar que a inflação, a instabilidade

monetária, era um grande obstáculo para o desenvolvimento e que a industrialização fomentada pelo intervencionismo estatal não trouxe melhoria de vida para a população. No entanto a crise econômica e política prepararam o palco brasileiro para o golpe militar de 1964, que marcaria os próximos anos com o autoritarismo e repressão. O Estado democrático nacional desenvolvimentista cria as condições perfeitas para a queda da democracia. A crise econômica acarreta crise política, a esquerda se articula rumores de um possível golpe de esquerda, mobiliza os militares a tomarem o poder e suspender a democracia que ressurgiria apenas décadas mais tarde.

3.9 CONCLUSÃO

Viu-se nesta seção a retomada da problematização da economia brasileira sob o enfoque de Gudin como um economista político smithiano. Vimos os contornos da sua análise econômica que trouxe clareza meridiana sobre a atuação de muitos de seus influentes coevos que participaram de governos, sobre a política econômica dos presidentes que lhe foram contemporâneos; outrossim, foi visto o problema da inflação relacionado com diferentes pontos de vista sobre ela, bem como foi resgatado o leitmotiv do debate desenvolvimento e estruturalismo revisitando seus principais interlocutores.

No próximo capítulo, é focalizada a problematização propriamente política de Gudin acerca de seu período.

CAPITULO IV - GUDIN E A PROBLEMÁTICA POLÍTICA DO BRASIL

4.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo aborda especialmente o cenário político dos governos da década de 1960 em estreita relação com a formulação dos conceitos e análise política de Gudín acerca dos idos de então. À luz de um cenário eivado de conturbações políticas, Gudín apresenta seus conceitos de democracia em relação com suas concepções gerais. Aqui, pois, será apresentado em linhas gerais a análise política de Gudín acerca da realidade brasileira, bem como será também retomado os fundamentos do seu pensamento político.

4.2 O CENÁRIO POLÍTICO E A QUESTÃO DA DEMOCRACIA

Há um consenso de que o período de 1961 a 1964, em que João Goulart esteve no poder, fora marcado como um período em que a luta de classes no Brasil alcançou um de seus momentos mais intensos, dinâmicos e significativos. Gorender compartilha da idéia que vigorou em grande parte do cenário acadêmico influenciado pelas escritos marxistas, de que nunca houvera na história do Brasil um momento mais propício para o acontecimento da revolução socialista.

Segundo penso, o período 1960-1964 marca o ponto mais alto dos trabalhadores brasileiros neste século, até agora. O auge da luta de classe, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária preventivo. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse.(GORENDER, 1987, p.66-67).

Gorender aponta que 1963 representou o ano em que PCB viveu um momento de grande força, provavelmente nunca visto em sua história. Porém a

liderança do partido, aliando-se ao governo de Goulart, negligencia os aspectos de seu do governo, que outrora a esquerda acreditava serem negativos. Havia uma grande esperança no governo de João Goulart, visto acreditar-se que as reformas de base: reforma agrária, reforma tributária, reformas fiscais e a implantação de uma legislação antitruste, prometidas em sua campanha, seriam implantadas.

Trata-se de um movimento de organização de várias frentes de protestos, que se aglutinaram em forma de frentes. Era um momento de unificação das forças de esquerda. A diversidade de movimentos antiimperialistas e democráticos levou à constituição da Frente de Mobilização Popular (FMP). Esta se tornou o centro de encontro, debate e aglutinação de partidos políticos e frações partidárias, sindicatos e organizações intersindicais, entidades setoriais de estudantes, mulheres, profissionais liberais, etc.

A bandeira unificadora do movimento organizados e informais era a luta pelas reforma de base. Não se chegou a um programa único aprovado pelas várias correntes, porém havia pontos de consenso reiterados. Falava-se em reformas econômicas, tributária, administrativa, universitária, urbana.” (GORENDER, 1987, p.50).

A falência do Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado, que tinha como objetivo principal diminuir a inflação e seus efeitos, sem interferir no desenvolvimento nacional, apontou o agravamento das crises que o país vivia tanto no campo econômico quanto político. O Plano significava um elemento que fortaleceria a restauração do presidencialismo. Esse plano fora combatido pelo PCB e CGT, pois não correspondia com o plano de reforma de base. Mas o aumento do índice de inflação fora um dos elementos que deflagraram o fracasso do mesmo. Neste contexto de crise estes movimentos políticos se articulavam de forma crescente. Segundo Toledo (2004), o sindicalismo entre 1961-1963, alcançava um

de seus momentos de intensa atividade. Observa-se que enquanto de 1958 a 1960, no governo de Juscelino Kubitschek, ocorreram cerca de 180 greves, no período de 1961 a 1963, com Goulart foram mais de 430 greves. Destaca-se o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), criado em 1962, no IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, em São Paulo, com o propósito de organizar e dirigir os sindicatos nacionais.

Os contatos entre os líderes da CGT e do PCB, sendo Prestes um deles, com João Goulart eram constantes, havia um apoio mútuo durante todo o governo. Ideologicamente ambos partilhavam das idéias do nacional-desenvolvimentismo. Nesse momento o caráter populista do governo de Goulart se afirma em praticas como essas. Tinha-se então uma hipótese de golpe de esquerda pacífico, através do apoio de Goulart que representava uma elite progressista. Por outro lado, Leonel Brizola, cunhado do presidente, propunha um golpe abertamente.

Porém as articulações de protestos também aconteceram na zona rural; as Ligas Camponesas, institucionalizadas em 1955 como Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), mais tarde foram conhecidas como ligas, marcavam os protestos de agricultores por reforma agrária. Esses protestos se davam através de comícios, passeatas e manifestações.

Uma das reformas mais esperadas e reivindicadas pelos movimentos de contestação, fora a reforma agrária. A reforma agrária foi uma das propostas mais polêmicas, várias vezes os projetos eram barrados no congresso, a coesão oposicionista das bancadas do PSD e da UDN chegava a 90%.

Outro elemento de agravamento da crise política fora os movimentos que acontecera, no seio do poder militar, em 1963 sargentos da Aeronáutica e Marinha se revoltaram, o motim fora controlado, porém em março de 1964 greves e

manifestações de marinheiros fizeram com que outros desobedecessem às ordens do Ministro da Marinha de prender os revoltados haja vista a resistência no cumprimento das ordens, o presidente escolheu exonerar do cargo o ministro e substituí-lo por um dos três nomes apresentados pelos rebelados.

Na tentativa de um auto-golpe com a proposta de Estado de Sítio a realidade era diferente, o próprio Prestes, afirma Jarbas Passarinho (2007), não apoiara aquela ação no momento tendo dúvidas da aliança com o presidente. Porém nesse momento, 1964 as forças que apoiavam o presidente buscavam uma maior coesão e se mostravam de várias frentes. Goulart contava com o apoio do PCB, da CGT e uma pequena, mas importante parte, do corpo militar.

Jarbas Passarinho, senador do regime militar em 1967, afirma que anteriormente a esses eventos envolvendo elementos das Forças Armadas, existia um forte movimento anti-golpista, porém vendo suas bases sendo atacadas, disciplina e hierarquia, o golpe militar passa então a ser encarado como realidade e como uma medida de contra-golpe. Para muitos, certas reformas culminariam a um cenário propício a uma Revolução de cunho socialista, porém todas as propostas mesmo vindas da esquerda eram sutis e não possuíam um caráter de destituir o capitalismo no momento, porém dava aval a outras interpretações.

A luta pelas reformas de base não encerrava, por si mesma, caráter revolucionário e muito menos socialista. Enquadrava-se nos limites do regime burguês, porém o direcionava num sentido progressista avançado. Continha, portanto, virtualidades que, se efetivadas, tanto podiam fazer do Brasil um país capitalista de política independente e democrático-popular, como podiam criar uma situação pré-revolucionária e transbordar para o processo de transformação socialista. (GORENDER, 1987, p.51)

Desde o parlamentarismo, Goulart, defendera a existência da reforma agrária, na visão teórica do nacional-desenvolvimentismo, a reforma agrária tinha a função de possibilitar ao capitalismo industrial o acesso a um nível superior de desenvolvimento. Aumentando a produção agrícola e ampliando o mercado interno para os bens industrializados.

Nos anos que antecederam o Golpe de 1964, o governo de Goulart fora várias vezes acusado de organizar um futuro golpe esquerdista comunista. Em março de 64, jornais noticiavam boatos de haverem articulações entre o PCB, CGT e outras forças políticas nacionalistas, para uma preparação para um golpe. Esse boato nunca fora confirmado, porém o perigo de uma revolução de cunho socialista fora fomentado por diversos fatores antes expostos e somaram na equação que levou ao resultado de 30 de março de 1964.

Quando o golpe militar aconteceu em 1964, acreditava-se ser temporário, como medida de emergência; essa ação foi justificada no momento como um meio de não se deixar a crise política se agravar com a suspensão de alguns direitos para que ocorresse a organização e reestruturação do sistema político que entrava em colapso no fim do governo de Goulart. Durante 20 anos de regime militar sucederam se cinco diferentes governos todos empossados sem eleição popular. Os candidatos eram submetidos ao crivo do Congresso que articulado aprovava o novo governo

Após a instauração do regime militar, através do golpe de março de 1964, a estrutura política brasileira muda, se redireciona, a Revolução militar foi concebida como uma reforma, que tinha como objetivo trazer ordem para o contexto de crise política e econômica que o país vivia nos últimos anos. Frente ao perigo real de um Estado mais próximo as tendências comunistas, o que se acreditava do governo de Goulart, a ação dos militares fora rápida e forte para impedir qualquer ameaça ao

Estado vigente. A democracia se tornava então um luxo para nações que detinham condições para a mesma, e a alegação para a existência do regime autoritário vinha da inadequação e despreparo da nação brasileira para o desenvolvimento e funcionamento da democracia.

Nesse momento, grande parte dos intelectuais liberais se posicionou defendendo a ação militar vendo nela uma solução para se cessar o avanço do movimento ideológico marxista, que tomava vigor em grande parte da América Latina, principalmente após a instauração do Regime comunista em Cuba, em 1959.

Nesse contexto, Eugênio Gudin mantém seu discurso com a mesma base liberal que tinha desde as décadas de 1920, 1930, 1940 e 1950, continuava a defender o combate a políticas inflacionárias, e a intervenção do Estado como também expõe Borges (1996), ao falar de Gudin.

...É como se desenhássemos um círculo com os seus textos e reencontrássemos sempre o mesmo ponto de partida, de percurso e de chegada. Decorre disto uma defesa uniforme do capitalismo encaixável em qualquer período, inspirada no século XIX, no mundo regido pela Inglaterra. Estamos diante de um modelo_ um tipo ideal_ que molda todo o seu pensar. (BORGES, 1996, p.240).

Para Gudin a iminência de uma revolução socialista era real, o “perigo era real”. Os Estados marxistas, na concepção de Gudin, não reconhecem o estado de direito e suas atribuições para a organização das instituições, não reconhecem o Direito Internacional, mas se utilizam do mesmo quando ele lhes convém.

Gudin constata no comunismo em Cuba as pretensões de se instaurar em toda a América Latina. Para Gudin a sociedade brasileira era fundada em princípios cristãos e democráticos e não seria de forma conivente que esta iria aceitar um Estado comunista no Brasil.

Foi na crista de uma onda de confusão, de balbúrdia e de anarquia como essa que João Goulart e seus cúmplices tentaram há cinco anos levar-nos ao caos pré-comunista. Quanto aos verdadeiros desígnios de Goulart e de seu grupo, ninguém sabe exatamente quais eram __ e é possível que eles também não soubessem__, mas é bem certo que em poucos meses estaríamos perfeitamente integrados no mais autêntico Fidel Castrismo. (GUDIN, 1970, p.51).

Sendo assim, o economista em questão se posiciona como um dos invocadores da revolução, e seu instrumento para essa ação era a imprensa, seus artigos jornalísticos, e diz isso com suas palavras.

Numa idade em que as aspirações já não existem, digo pois, sem falsa modéstia, que não me arrependo um só instante da violenta campanha jornalística com que nos anos de 62,63 e 64 procurei conclamar as Forças Armadas à Revolução que ora comemora seu 5º aniversário. (GUDIN, 1970, p.106).

Em um de seus artigos, em 1969, Gudin faz uma retrospectiva de seus artigos e do que eles apontavam antes do regime militar.

... Em artigos que se prolongaram de 1962 a março de 1964, procurei alertar a Nação, em linguagem contundente e angustiada, para o abismo em que ela se projetava. Exemplo: em 3 de janeiro de 1964, eu escrevi:

Temos tido governantes inertes e governos incapazes, que pecaram largamente por omissão, deixando de aproveitar belas oportunidades para agir em benefício do país. Mas nunca tivemos, de meu conhecimento, na república ou no império, um governo tão encarniçadamente decidido a destruir, desmoralizar e até prostituir tudo quanto neste país existe de organizado.. (GUDIN, 1970, p.108)

Assim seus artigos, que refletem seu discurso, ganham um “tom” diferente, Gudin não se vê mais como um oponente, ou adversário, como muitas vezes se posicionava ao criticar os governos desenvolvimentistas, agora Gudin se coloca como uma figura de “conselheiro” que adverte seus companheiros, como observa Maria Angélica Borges (1996).

No trecho a seguir, de um artigo de março de 1968, observa-se claramente o conceito que Gudin tinha do Golpe de 1964 e sua utilidade.

A Revolução de 1964 foi uma medida de salvação pública, promovida pela avalanche da opinião do país e apoiada nas Forças Armadas, contra a subversão de poderes e valores humanos, contra o solapamento sistemático da hierarquia, contra o caos econômico e financeiro e contra a desordem social. O objetivo primordial da Revolução foi portanto o da restauração da Ordem, ordem social, ordem militar, ordem econômica. (GUDIN, 1970, p.84).

Grande parte da historiografia defende a tese de que Gudin fora um dos grandes intelectuais da revolução militar, como se visualiza com Carneiro.

Foi Eugênio Gudin um dos mais destacados pregadores da revolução de 31 de março de 1964. Os artigos que escreveu sobre a situação em que se achava então o país exerceram forte influência na opinião pública, alarmada com a desordem que dia a dia se acentuava. Os índices de uma inflação galopante e a indisciplina generalizada levaram-no a apoiar a instituição de um governo militar... (CARNEIRO IN KAFKA, 1979, p.15-16)

Após o golpe militar há o rompimento com a democracia, sendo Gudin um liberal, que tem como um dos pilares de sua teoria a democracia, como esse tratará essa questão torna-se um elemento importante para que possa ser analisado o ideário Gudiniano frente a essa situação que aparentemente pode ser vista como contraditória.

O conceito de democracia em Gudin guardava estreita relação com a idéia de liberdade e de causa de longo prazo: “... Um Estado democrático tem, portanto, a liberdade dos cidadãos como causa final, não podendo ter em vista outro objetivo mais nobre que a garantia e a manutenção das liberdades e franquias dos cidadãos.” (TORRES, 1949, p.9)

4.3 A DEMOCRACIA, NA VISÃO DE EUGÊNIO GUDIN, APÓS O GOLPE MILITAR DE 1964.

No contexto do militarismo uma frase vai ser focalizada de forma contundente, “ordem e progresso”. A democracia vai se perder nesse contexto onde o controle ganhara uma maior importância, demonstrando o antigo duelo da ordem e do progresso, e nesse momento a ordem vence, pela realidade que demonstrava a desordem, sendo privilegiada pela idéia de que sem ordem não haveria o progresso e nem a conquista da democracia através da razão.

Nos primeiros tempos do liberalismo, quando os parlamentos se abriam, após a vitória dos governos legítimos contra Napoleão, dois partidos principais se formaram: o da ordem e o do progresso. De um lado os que achavam indispensável a defesa dos princípios tradicionais da autoridade, do poder legítimo, da religião de nossos país e outras coisas no gênero. Eram pessoas que mostraram os horrores da revolução e da anarquia. De outro lado havia os que falavam na liberdade, na razão, nos direitos do homem e coisas semelhantes. Havia naturalmente posições intermediárias e casos semelhantes ao de Augusto Conte, que pretendia conciliar o progresso com a ordem: o progresso é o desenvolvimento da ordem, a ordem por base e o progresso por fim, etc. (TORRES, 1947, p.14)

Primeiramente, é importante salientar que Gudin traz às suas análises um fator inovador para seu contexto, seu liberalismo era tido como um liberalismo “tupiniquim”, pois partiria das idéias clássicas de Adam Smith (1983), mas explicava a realidade peculiar do Brasil. Sendo assim, ele sempre em suas análises tinha o cuidado de não comparar o Brasil a realidades diferentes, como de países que possuíam pré-condições para o estabelecimento e sucesso das instituições liberais. Com isso ele acreditava ser o Brasil um país despreparado para o desenvolvimento bem sucedido da democracia, e isso o economista mostra em vários artigos, após 1964.

A crise econômica que o Brasil vivia no momento não escondia, ou deixava de forma secundária, os problemas da estrutura política, ao contrário todos os outros problemas e crises advinham da mesma fonte, problemas políticos. Em seus artigos Gudin utilizava a História para defender a tese de que, no período imperial o Brasil não possuía uma educação política, sendo assim necessitava de um poder moderador que controlasse os demais poderes.

Já na República a partir de 1889 se visualizou uma oligarquia que governou o país durante 40 anos, tendo em vista o vasto território brasileiro e a falta de educação política, esse sistema resolveu seu problemas e se constata na visão do economista, que nenhum presidente deixou de exercer seu mandato, visto seus objetivos, Gudin acreditava que o regime não fora falho.

Ao salientar a falta de educação para o estabelecimento da democracia no Brasil, Gudin esboçava ser a demagogia, o voto emocional e a pobreza fatores que destruíam a possibilidade da existência bem sucedida da democracia, fatores esses disseminados pela mídia, principalmente a televisão, que multiplicava os efeitos da demagogia.

E nesse contexto, cabe salientar a posição de Gudin de criticar os meios de comunicação enquanto aparelho ideológico para insuflar os jovens ao protesto. O economista descreve o desrespeito e desordem, a grande liberdade que obtinha a presente geração. Comenta hábitos que existiam quando o mesmo era jovem e aponta as diferenças, de forma que se pode observar a normal indignação e choque de gerações. “Parece-me, entretanto que seja qual for o tipo de civilização, há de prevalecer o princípio geral de educação de que a liberdade do indivíduo não pode invadir os limites da ordem social.” (GUDIN, 1970, p.42).

Ainda expõe o movimento de aparelhos de informação na luta ideológica no momento, principalmente teatro.

Tudo isso contribui para propagar e generalizar o descontentamento das massas, largamente explorado pela demagogia. O “efeito de demonstração” deu lugar assim a um “efeito de demolição”. Todos são contra, sem que ninguém apresente qualquer sugestão construtiva digna de exame.” (GUDIN, 1970,p.43).

Em uma seqüência de artigos se observa a crítica de Gudin a juventude revolucionária que marcou as décadas de 1960 e 1970 através de atos de contestação da ordem. Inflamados pelo discurso marxista e apoiados também pela chamada “Igreja Nova” que contestava as ações repressivas do Estado militar.

Ao tratar da desorganizada educação que concedia maior liberdade para os jovens, ele se posiciona apontando o erro de não se impor limites a essa juventude que de forma imoral, para o mesmo, extrapolavam em seus direitos atingindo os direitos de outros. A crítica marcava essa geração, que para Gudin não tinha um plano ou idéias que serviriam como solução para os problemas criticados.

Outro setor criticado pelo autor foi o movimento de contestação do regime que surge no seio da Igreja Católica, Scott Mainwaring comenta o contexto desse movimento apontando uma grande força vinda da igreja católica, através de várias frentes, que vão apoiar diretamente a esquerda nesse período é o caso da JUC (Juventude Universitária Católica).

Em 1960, a JUC estava ativamente envolvida com a esquerda brasileira. Os católicos progressistas se inseriam no mesmo contexto histórico que o restante da esquerda e, apesar de suas críticas aos grupos leninistas, mantinha-se em constante contato com as organizações de esquerda e por elas eram influenciadas. Os católicos exerceram influência sobre o movimento estudantil e sobre vários movimentos pela educação e cultura populares. Também foram importantes na organização dos camponeses e algumas associações de bairros. Nesses anos, em menores proporções, a esquerda católica competia com os dois partidos comunistas, o PCB e o PC do B. Sobre esse envolvimento da igreja com a esquerda, escreve Gudin, apontando a influência do marxismo no catolicismo:

E fico a perguntar perplexo: se os padres descem dos altares para vir formar partidos políticos na rua ou instigar guerrilheiros nas montanhas, como é o caso desse padre belga que anda por ai blasfemando (Fidel Castro de batina, como o chamou Teóphilo de Andrade), a quem vai caber, dora em diante, a missão de suprir a preciosíssima assistência espiritual de que tanto precisam os homens? (GUDIN, 1970,p.45).

Em alguns artigos Gudin ataca diretamente um influente clérigo do movimento contestador da igreja, Dom Hélder.

O que tudo decorre do fato de querer Dom Hélder abordar questões de caráter econômico com argumentos de origem religiosa ou emocional, com o resultado de incidir na doutrina que eu tenho chamado de 'comunismo com Deus Nosso Senhor', tal como a prega o padre Leuret e outros. (GUDIN, 1970, p.185-186).

Para ele a contestação, os protestos estavam fora de hora, o momento de protesto fora o momento em que Kubitschek levantava Brasília desviando recursos que seriam importantes para sanar a miséria do povo brasileiro.

A pergunta que cabe dirigir então aos congressistas, aos homens públicos do Brasil, ao clero, e a todos os que não gritaram contra o crime de Brasília, é a do que se poderia ter feito, neste país de penúria e subdesenvolvimento, em termos de habitação, de escolas, de hospitais, de alimentação e de outras formas de alívio à miséria, com cinco mil bilhões de cruzeiros. (GUDIN, 1970, p.367)

Sendo grande parte dessas contestações, direcionadas a crítica do poder autoritário e não democrático do regime militar, se observa como um dos temas principais dos artigos de Gudin, nesses anos de regime, a insistência em dissertar-se acerca da democracia, como já visto um dos pilares da teoria liberal. Sendo assim ele utiliza-se da História e defende a necessidade da existência e funcionamento do poder Moderador.

Gudin aponta que ao fim, as Forças Armadas, fora a grande herdeira do poder Moderador. E essa deveria intervir em momentos de existência de casos de salvação pública, como os de 1930, 1945, 1954 e 1964.

A mudança de forma de governo, de monárquico para republicano não tivera, como não podia ter, o efeito mágico de melhorar subitamente os costumes e a educação política. A República não podia, portanto dispensar, nas horas de crise, o recurso ao Poder Moderador. Mas com o desaparecimento do monarca, a quem

poderia passar o exercício desse poder? As forças armadas ou ao Poder Judiciário, únicos que se devem conservar alheios às lutas políticas. (GUDIN, 1970, p.69).

Para o sucesso da Democracia haveria de se ter pré-condições para a consolidação desse sistema, a educação, conhecimento e habilidade com elementos da ciência política seriam essenciais. No Brasil mesmo após a proclamação da República, o poder não estava no voto, as oligarquias demonstravam que de fato a Democracia não existia enquanto prática. Aponta ainda que ao longo da história, no Brasil, se visualiza inúmeras tentativas frustradas, ao longo de dez anos de 1954 a 1964 quatro presidentes foram expulsos ou renunciaram demonstrando o caos político do país.

...o grande problema político dos países da América Latina reside na incapacidade e na inexperiência para o pleno exercício do sistema democrático. A falta de ideologias definidas dos partidos, o caráter mais personalista do que público das divergências e dos debates, fazem com que as disputas, agravadas pelas paixões e os interesses, conduzam por vezes esses países a situações que põem em perigo a ordem pública civil e militar... (GUDIN, 1970, p.67).

Gudin denuncia a falta de investimento na educação, no Brasil, e o que isso acarreta para a nação em termos de desenvolvimento intelectual da sociedade, elemento essencial para o fortalecimento das instituições democráticas. É o que o mesmo chama de “educação política”.

O economista compara as duas realidades distintas, períodos de governos democráticos e o contexto que o regime militar estava desenhando em seus dias. Comenta a experiência democrática que o Brasil vivenciou:

Essa experiência foi a princípio desastrosa e por fim catastrófica. Na ordem política desaparecera a dignidade e com ela a autoridade do

Governo; no setor militar a subversão da hierarquia. O naufrágio da ordem econômica caracterizava-se, externamente, pelo endividamento e pela falência; internamente por uma inflação galopante. Na ordem moral quebrou-se toda a tradição brasileira, pela desmoralização dos próprios presidentes da República, cujos sinais exteriores de enriquecimento, ao deixarem o poder, eram evidentes. (GUDIN, 1970, p.80).

A democracia apesar de ser um dos pilares da teoria liberal, se torna dentro do discurso de Gudin um elemento a ser agregado, mas não o principal, o fim era o desenvolvimento nacional, os meios poderiam passar pela democracia ou não. O importante para ele era que os meios estivessem norteados pelo ideário da liberdade de comércio, que desenvolveria a riqueza em toda a nação, para um único propósito, o desenvolvimento do Brasil uma nação subdesenvolvida, pobre e com uma economia frágil, na visão de Gudin. Para o economista o desenvolvimento não dependia da democracia, com ela o Brasil não havia conquistado o avanço, portanto sacrificá-la não impediria o cumprimento do fim desejado. É importante salientar que o conceito de liberdade nesse momento ganha uma conotação carregada por seu contexto.

Essa concepção de liberdade entende que a democracia só pode ter sucesso se for com base na liberdade maior, que seria a liberdade econômica.

Ora, Locke sabiamente sustentou seu argumento liberal no respeito à propriedade privada. Dede Burke, os Pais da Pátria americanos, Tocqueville e Weber, até Aron e Hannah Arendt, para só citar alguns entre os mais eminentes pensadores políticos, sabemos que toda 'revolução' democrática conduz a um democratismo populista e à geração de uma nova aristocracia, isto é, de uma Nomenklatura burocrática, se não estabelecer em sólidas bases morais e legais os fundamentos sociais e econômicos que 'institucionalizem a liberdade' e firmem o direito de propriedade privada... (PENNA, 1994, p.82).

A liberdade estava sendo ameaçada por um perigo real, como já fora observado aqui. A liberdade aqui ganha um conceito de Regime de Estado de Direito, por mais que o Brasil, para Gudin, estivesse longe de ser um país com um Estado Liberal de fato, sua base constitucional era pautada na segurança da propriedade privada, dando vida e ação a livre iniciativa base para uma sociedade liberal. O perigo de uma revolução socialista ameaçava a base dessa sociedade, era essa a liberdade mais estimada por Gudin, pois sem essa liberdade para ele não haveria possibilidade de desenvolvimento nacional. A democracia expressava liberdade, porém nesse contexto a liberdade mais necessária era o direito de propriedade privada, a liberdade de “ter”. A democracia sempre fora defendida por Gudin, porém no momento a necessidade de medidas extremas era a única forma de defender a liberdade ainda existente, pois sem ela não haveria outras liberdades, a liberdade econômica se tornava essencial.

Não pode haver liberdades civis nem democracia onde o governo é economicamente onipotente. Capitalismo, diz muito bem o articulista, é apenas o nome de um sistema de liberdade econômica. Em regime predominantemente socialista, não pode haver liberdade econômica, nem liberdade política. (GUDIN, 1970, p.19).

4.4 O GOVERNO DE CASTELO BRANCO E A CONSTITUIÇÃO DE 1967

Gudin se coloca com um defensor e conselheiro do regime militar, porém em nenhum outro momento acreditava veementemente naquele regime, tanto como durante o governo de Castelo Branco e interpreta a constituição de 1967, como legitimadora desse novo momento. Em seus artigos, ele explicitamente elogia

Castelo Branco, mostrando a necessidade dos militares no poder, para recuperar o respeito do Estado e salvar as instituições em crise, alegando ser essa medida temporariamente necessária. O governo de Castelo Branco foi eficaz para Gudin, pois:

As dívidas com o exterior foram reescaladas e os novos compromissos cumpridos à risca. No plano doméstico, a inflação catastrófica de mais de 140% ao ano foi reduzida a um ritmo de 20 ou 30%. Não pode fazer tudo, mas fez muito. Restabeleceu assim a ordem econômica.” (GUDIN, 1970, p.81)

Seremos tão cegos, tão obtusos ou tão incapazes para não ver onde nos levou a chamada “democracia intergral”, só praticada de 1956 a 1964? É a isso que queremos voltar? Queremos outro Kubitschek, outro João Goulart ou outro Ademar de Barros legitimamente eleito e reeleito no maior estado do país? (GUDIN, 1970, p.98).

Gudin enfatiza a não existência no regime em questão desvio ilícito de capital, apontando o não enriquecimento dos governantes, diferentemente do que acontecera com João Goulart. “... não se aponta no Brasil um só militar enriquecido no Poder. Não há aqui um Perón, um Rojas Pinilla, um Perez Jimenez e outros.”(GUDIN,1970,p.108).

A nova constituição e os Atos Institucionais preservaram e legitimaram o governo militar, suas propostas e objetivos cercearam direitos e principalmente coagiram a contestação. A constituição de 1967 tem como principais medidas, além da centralização do poder Executivo, a militarização do Estado dando grande poder as Forças Armadas, estabelecer a pena de morte para crimes de segurança nacional, proibir a existência do direito de greves etc. Fica claro que nesse período a constituição foi paralelamente acompanhada por decretos, chamados Atos Institucionais, que foram freqüentes no regime militar.

Após o ato institucional nº2, ficara proibida a existência de partidos. O Brasil outrora vivera uma realidade de pluripartidarismo, onde se observava

diferentes partidos em grande parte do território nacional que defendiam distintas ideologias, esses partidos se desenvolveram ao longo da década de 1950.

O presidente Castelo Branco governou de 1965 a 1967 reorganizou o sistema partidário existindo assim dois únicos partidos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que representava a oposição.

Tinha o novo presidente o culto da democracia. Procurou de todos os modos governar com a colaboração de um congresso, evitado de grave vício de origem. Tendo a eleição para governadores por sufrágio direto demonstrado, em outubro de 1965, que persistia o domínio eleitoreiro dos partidos 'carcomidos', PSD e PTB de Kubitschek e de Goulart, a pressão militar, oriunda dos redutos da revolução, forçou a promulgação de um Ato Institucional nº2, que conferia ao presidente poderes excepcionais, de cassação de mandatos e outros. (GUDIN,1970, p.109)

Gudin continua expondo que o governo teve grandes dificuldades com o congresso, sendo assim necessária a promulgação, em 1968, de um Ato Institucional nº5 que colocava em recesso o Congresso Nacional e aumentou os poderes do Estado para a cassação de mandatos.

A constituição de 1967 legitimava o regime militar e aumentava o controle hierárquico do poder Executivo sobre o Legislativo e o Judiciário. Para Gudín a nova constituição se tornava uma arma contra a oposição que ameaçaria a ordem, que segundo ele era necessária para o desenvolvimento do Brasil. A nova constituição instituía a eleição indireta para presidente, medida essa defendida por Gudín.

Existe, além do mais, um argumento de senso comum em favor da eleição indireta: a necessidade de delegar a outros, mais preparados, as tarefas humanas que exigem especiais conhecimentos, experiência e sabedoria. Se temos uma pessoa enferma, delegamos a um médico o tratamento; se queremos fazer uma estrada ou uma ponte chamamos um engenheiro; se queremos organizar o ensino

recorremos a um grupo dos maiores mestres. Entretanto, quando se trata da tarefa, muito mais delicada, de escolher um homem com os extraordinários predicados necessários à difícil missão de Presidente da República, julgamos que ela pode ser entregue ao homem da rua, que em sua grande maioria é, por culpa nossa e de nossos antepassados, lamentavelmente despreparado. Despreparado para escolher, como, para resistir às pressões da demagogia, da corrupção e da emoção. (1970, p.72).

Esta citação se remete ao comentário da medida que fora incluída na nova constituição art.74, que declarava legítima a eleição indireta do Presidente da República. Um ponto interessante é o comentário que Gudin faz acerca do art.10: “a faculdade de intervenção federal nos Estados que adotarem medidas ou executarem planos econômicos ou financeiros em contrário às diretrizes estabelecidas pela União” (GUDIN, 1970, p.74)

Acerca disso Gudin argumenta ser necessária a intervenção da União nos estados para o bem da União e para que o Brasil se desenvolvesse em um mesmo sentido. Esse seria um tipo de intervenção necessária. Apesar de aprovar grande parte da nova constituição Gudin, sempre alertava para o perigo de se dar excessivo poder econômico ao Estado, a intervenção excessiva sempre impedia a maior liberdade econômica, condição essencial para o desenvolvimento nacional.

Haveria também algumas restrições a sugerir: conquanto seja necessário dar grande autoridade ao Executivo em matéria econômica e financeira, parece-me que o projeto foi longe demais conferindo ao Presidente a faculdade de expedir ‘Decretos leis’ (sempre perigosos) sobre economia e finanças públicas, indiscriminadamente. Enquanto que a iniciativa do Executivo em matéria econômico-financeira é uma providência salutar e a rápida tramitação no Congresso também o é, a expedição ‘indiscriminada’ de decretos-lei parece-me uma evidente demasia.

É que o decreto-lei, instrumento específico das ditaduras, é odioso por não dar a menor oportunidade a quem quer que seja de levantar as mais elementares__ e não raro justas__objeções. A insegurança que daí advém é muito mais danosa para a economia do país do que o mal que possa advir de um pequeno retardamento da providência. É um caso em que ‘a poda’ se impõe. (GUDIN, 1970, p.77).

É importante observar que Gudin criticava a falta de liberdade individual na constituição proposta, sendo que os direitos individuais não poderiam ficar condicionados a expedições de leis ordinárias e elementos como a inviolabilidade do domicílio deveria ser preservada independente de qualquer legislação. Ele ainda apontava a necessidade de se ter uma economia livre, pois isso seria preliminar para a democracia, tão desejada no momento.

Isto tem, preliminarmente, um sentido político, da maior relevância, porque onde o Estado é onipotente em matéria econômica, ele também o é em matéria política; no Estado Leviathan, não há lugar para as liberdades políticas nem para a democracia.

A nova constituição dava maior espaço para a iniciativa privada, sendo assim fora criticada por bacharéis e literatos que defendiam a constituição de 1946. (GUDIN,1970,p.74)

Desse modo, Gudin acreditava que a primeira constituição feita para ser cumprida no Brasil foi a constituição organizada no governo do Presidente Castelo Branco em 1967. Aqui novamente ele assinala a necessidade de se tratar os problemas políticos do Brasil, pois a autoridade acarretava responsabilidade. Apesar de apoiador, Gudin nunca deixa de ser crítico do Estado apontando sempre os problemas na ação do governo, independente de a quem ele pertencesse.

4.5 CONCLUSÃO

Neste capítulo foram mostradas as inferências desta pesquisa sobre a problemática política brasileira segundo Gudin; viu-se, ainda, o cenário dos

movimentos políticos e, de acordo com isso, como Gudin, ao mostrar sua deferência ao Golpe Militar, desvela a flexibilidade de suas concepções sem, no entanto, abrir mão do seu pressuposto fundamental, a liberdade.

No próximo capítulo encontrar-se-á a abordagem da obra de Gudin focalizando sua natureza de ser uma expressão da economia política clássica e, como tal, de um pensamento anti-conservador e inovador.

CAPÍTULO V – GUDIN: A ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA BRASILEIRA DO SÉCULO XX

5.1 INTRODUÇÃO

Grande parte das análises produzidas pela historiografia acerca de Gudin caracterizam-no como um economista conservador. Esse termo sempre estivera associado até mesmo com o liberalismo de Gudin. Porém a análise feita nesse trabalho, com base nos fundamentos teórico-metodológicos já expostos, leva-nos a estabelecer uma reflexão divergente de grande parte das abordagens até então realizadas acerca do tema. Sendo assim cabe agora resgatar o conceito de conservadorismo, bem como de contextualizá-lo em Gudin. Esta retomada histórica tem em vista fundamentar as afirmativas do presente trabalho quanto a caracterização de Gudin como representante da economia política clássica e aquilatar suas contribuições inovadoras no pensamento econômico no Brasil

5.2 EUGÊNIO GUDIN COMO ECONOMISTA POLÍTICO CLÁSSICO

Tendo em vista as características da teoria da Economia Política clássica, podemos então apontar Eugênio Gudin, o foco de nossa pesquisa, como um dos representantes dessa teoria. Os fundamentos clássicos do liberalismo sempre estiveram presentes em suas análises acerca da economia brasileira.

O caráter clássico de Gudin é identificado em dois momentos de suas análises: quando ele assinala sua crença na mão invisível do mercado, que seria a questão da subjetividade da economia guiada pelo mercado, negando as correntes neoclássicas que buscam a objetividade científica; e quando o mesmo concebe as inter-relações entre a economia e política.

A “mão invisível” foi um termo criado por Adam Smith em sua obra “A Riqueza das nações”. Esse termo expressa os fundamentos do conceito de Economia política Clássica, encontrada nos clássicos e em Gudin. Existe uma ordem no mercado, que movimenta os interesses divergentes e comuns dos indivíduos de determinada sociedade, mas essa ordem é subjetiva, não se materializa, não pode ser prevista nem controlada por teorias ou planos, ela simplesmente existe, como um produto da subjetividade humana, algo invisível, mas existente, que seria a força do mercado.

Gudin acredita na força do mercado, na “mão invisível”, na possibilidade de que o mercado tem de, em condições de liberdade, propiciar uma alocação de recursos eficientemente que distribua a riqueza naturalmente. Sua forte crítica ao Estado intervencionista e planejador demonstra que o mesmo acreditava no poder da ordem econômica que o mercado poderia gerar e que esse processo não seria hábil se houvesse a oposição do Estado.

O economista visualiza a ação de planejar, na concepção do desenvolvimentismo, uma ação que cerceia as ações humanas. O planejamento que impunha determinadas condições, tarefas ou caminhos, estipulando metas e regras, que buscavam projetar o futuro desenvolvimento para o país, era norteado pela idéia de que elementos complexos da vida social, como a economia poderia ser simplesmente quantitativamente medida e previsível. Isso não tira o caráter do economista de se fundamentar na economia analítica, pelo contrário Gudin expõe a necessidade de se seguir princípios básicos da economia, aponta que não era uma questão meramente de contexto, mas existia leis da economia que são inquestionáveis e de profunda importância para se compreender o próprio mercado, e são essas leis que fundamentam a crença da política econômica nesse mercado.

De sorte que as teorias fundamentais do valor, do capital, do consumo, dos salários, a geometria das curvas de custo e de suprimento etc., todo esse arcabouço da Análise Econômica fica condicionado 'aos princípios de convivência social e aos julgamentos de valor'. Os estudos econômicos passariam assim a ter um caráter muito mais político, histórico e até literário e opinativo, do que analítico. O que teria a vantagem de poderem os problemas econômicos ser abordados sem o conhecimento da Ciência Econômica... (GUDIN, 1965, p.423)

Assim a economia teria uma função para Gudin, a função de através de suas teorias auxiliarem a política, para que uma oriente a outra em busca de que o processo natural do mercado aconteça. Gudin não tem um plano, ou simplesmente uma solução, não tem uma estratégia com início, meio e fim, na sua visão de economista político, o liberalismo clássico não possui um plano ou projeto, mas seus princípios se fundamentam na economia. Essa fornece elementos para se compreender que a complexidade do ser humano só permite ao mesmo fazer estimativas, através dos estudos da ação do homem e sua ressonância, estimativas que acreditam ser a liberdade da iniciativa privada, o melhor caminho para o desenvolvimento.

Gudin parte do princípio da economia para observar a política, por mais que analisa conceitos referentes às duas dimensões, política e economia, ele sempre as vê atreladas. Esse caráter é visível em grande parte de suas discussões.

As idéias de Gudin ao longo do tempo mostraram ser reflexos do seu contexto, como um homem do seu tempo o economista trabalhou as questões que circundavam seu cotidiano, assim como outros economistas em outros momentos na História. Eram as questões de seu presente que o faziam refletir sobre os problemas nacionais, e isso foi marca em toda sua trajetória como economista, professor e

homem público. Em momentos de crise econômica seus artigos buscavam explicações para os fatos de seu presente, como ocorreu principalmente entre 1962 e 1964, período pelo qual, os altos índices de inflação fez com que vários de seus artigos dissertassem acerca do problema, e nessas análises mostrava suas crenças no mercado e apontava como consequência de políticas de um Estado intervencionista, corroborando assim para a inflação.

Observa-se que em momento de crise política, 1963-1964, seus artigos tratavam de assuntos concernentes a política, o conceito de democracia era apresentado (visto o Brasil viver um golpe militar em uma conjuntura de possível revolução social), eram questões políticas que estavam em pauta. Porém até mesmo quando Gudin trata da questão política sempre a mesma esta ligada com a economia, a necessidade de um Estado forte naquele momento impedindo uma possível revolução de cunho socialista, preservava a existência da propriedade privada. Mesmo falando de conceitos da política, Gudin a via interligada com a economia, e esse aspecto é percebido ao longo dos artigos e escritos do economista. Era seu contexto que ditava seus pensamentos, que buscavam decifrar os acontecimentos, e a base para que ocorresse essa tentativa de entendimento de seu presente eram os fundamentos da Economia política.

A essência dos artigos de Gudin se constitui na tentativa de mostrar o caráter restritivo e limitador do Estado, para o desenvolvimento natural do mercado. Nesse ponto reside a base para o entendimento da Economia Política em Gudin. Para que o mercado funcionasse de forma eficiente promovendo o desenvolvimento era necessária a liberdade, ou seja, essa liberdade tão discutida e requerida por Gudin e de outros tantos liberais era o elemento que faltaria para que o sistema gerasse resultados positivos, porém isso dependeria diretamente do Estado, do

campo político. Por isso os artigos de Gudin são direcionados para um público alvo, o próprio Estado, seus governantes, é deles que ele requer a liberdade e critica a falta da mesma, a liberdade é pré-requisito para o funcionamento de sua teoria.

O alvo é o Estado, um exemplo é a própria a FGV (Fundação Getúlio Vargas), uma instituição que tem como base dos fundamentos de sua escola de economia, elementos da Economia Política, foi criada para preparar os futuros possíveis governantes ou assessores de ministérios, pessoas que se preparavam para ocuparem cargos públicos ou privados de relevância nacional, na prática isso realmente aconteceu. Essa característica institucional advém dessa ligação da economia com a política, uma dependendo da outra para que de fato o sistema liberal funcione.

Gudin dialogou com o Estado, em toda sua trajetória de idéias, comopositor, no caso de JK ou até mesmo conselheiro e apoiador como foi com Castelo Branco, seu discurso tinha um: alvo o Estado. Ele acreditava ser o Estado um representante de interesses de grupos que não atendiam aos interesses de toda a sociedade, por simplesmente ser impossível essa tarefa. A complexidade da sociedade com seus diferentes indivíduos, com interesses divergentes apontam uma tarefa impossível, a aglutinação dos interesses comuns em um único grupo de pessoas que representariam a sociedade. O Estado é importante e tem sua função, porém no âmago de sua teoria Gudin discute com o governo por ser ele limitado para fazer as transformações que acreditava poder fazer.

Hayek (1983) cristaliza esse princípio existente na Economia Política; para ele as circunstâncias em que um indivíduo vive levam o mesmo, de forma inconsciente, a ter determinadas ações que colaboram para o seu bem estar. Sendo assim a racionalidade que o mesmo aplica para pensar seu contexto não é

cartesiana, exata, perfeita, pois nenhum indivíduo possui todas as informações ou conhecimento que possibilite o mesmo planejar e predeterminar os fatos. Seu conhecimento é limitado, sendo a confiança no inesperado sua opção mais coerente.

Tendo em vista a sociedade ser composta por inúmeros indivíduos com um complexo universo de sentimentos, características, ambições diferentes, torna-se impossível alguém ou até mesmo um grupo deter o conhecimento que explicaria ou manipularia as ações desses indivíduos.

Não há um universo de informações que possa prever o controle das relações sociais, que possa avaliar a necessidade dos indivíduos, suas carências e desejos. Um determinado grupo no controle do Estado não têm condições de determinar o que a sociedade necessita ou não, isso só é revelado pela própria sociedade, pela busca individual que ocorre quando esses indivíduos estão em condições de liberdade para seu desenvolvimento. Quem valoriza determinado caminho a seguir, quem escolhe determinada ação é o indivíduo, e a soma dessas ações convergentes ou não expressam a vontade comum e seleciona as melhores direções que possibilitem o bem estar da maioria.

O erro característico dos racionalistas construtivistas a esse respeito é tenderem a fundamentar sua argumentação no que foi chamada de ilusão sinótica, ou seja, na ficção de que todos os fatos relevantes são conhecidos por alguma mente e que é possível construir, a partir desse conhecimento dos fatos particulares, uma ordem social desejável. Às vezes essa ilusão é expressa com tocante ingenuidade pelos entusiastas de uma sociedade deliberadamente planejada, como ocorre quando um deles sonha com o desenvolvimento da arte do pensamento simultâneo: a capacidade de considerar ao mesmo tempo um número imenso de fenômenos correlatos e de compor num único quadro os atributos qualitativos e quantitativos desses fenômenos... (HAYEK, 1985, p.8)

Desta forma, os fundamentos da Economia Política estiveram presentes em toda a trajetória das idéias de Gudin no período analisado, demonstrando seus fundamentos e sua coerência ao tratar de diferentes assuntos, porém com a mesma base argumentativa. Com isso observa-se que Gudin foi um representante da Economia Política Clássica, no Brasil principalmente na segunda metade do século XX. Por preservar os princípios do liberalismo clássico e por aplicá-lo em seu contexto de forma a mostrar que sua teoria era global, que não se tratava de apenas um projeto político econômico, mas uma ótica sobre o desenvolvimento econômico da sociedade e das ações do homem.

5.3 A CONTRIBUIÇÃO DE GUDIN PARA A ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

A depressão que abateu a economia brasileira na década de 1930 criou uma nova realidade. Até esse momento, o Estado não intervia diretamente, mas apenas garantia a operação do mercado. Com essa nova conjuntura houve um aumento do interesse privado de controlar ou influenciar as ações do Estado que agora acumulava mais uma tarefa, a de administrar a economia nacional. O rumo que o governo deveria tomar beneficiaria determinados setores e interesses da economia. Por trás desses interesses, grupos de economistas, empresários e intelectuais se formavam e munidos de suas teorias, buscavam o apoio estatal para a implantação de suas idéias. Nesse cenário surge a chamada tecnocracia, técnicos no poder, seria uma nova forma de organização da sociedade, se admitia que a economia pudesse passar a ser dirigida por técnicos através de teorias da

economia. Assim Gudin conseguiu influenciar economistas, que quando no poder, puseram em prática as suas idéias liberais.

Um economista contemporâneo a Gudin que não somente foi influenciado por Gudin, mas juntamente com ele, consolidou as idéias liberais no Brasil fora Octávio Gouvêa de Bulhões. Desde 1926 já estava ocupando cargos administrativos no governo, mas se destacou no ministério da Fazenda nos governos de Café Filho em 1954 e Castelo Branco 1964. Nesses dois momentos Bulhões implantou em grande parte de suas medidas, ações que se fundamentavam no ideário liberal de Gudin, como uma política monetária equilibrada e controle da inflação suas grandes preocupações.

Ao falar de Gudin, para a revista *Digesto Econômico*, Bulhões diz que o economista se dedicou ao ensino de Economia no Brasil sendo um dos responsáveis pelos seus avanços, mas como grande lição Gudin deixara suas idéias acerca do perigo da inflação. “A lição de Gudin sobre os subsídios deve ser rememorada. O desconhecimento do custo inflacionário dos subsídios, muito superior ao de sua supressão, conduz à insistência em mantê-los.” (*DIGESTO ECONÔMICO*, 1986, p.6)

Alexandre Kafka (1979) foi assessor de Gudin quando esse fora ministro da Fazenda em 1954. Kafka participou do IBRE (instituto Brasileiro de Economia) que reunia economistas ligados a FGV que teve como fundador Gudin. Kafka foi representante do Brasil no FMI por mais de três décadas iniciadas em 1949.

Alexandre Kafka concordou com grande parte dos economistas brasileiros acreditando que Gudin fora o grande responsável pela modernização dos estudos em Economia no Brasil. Pois o mesmo buscou em outras partes do mundo

influências que poderiam enriquecer e dar solidificação ao ensino em Economia. Gudín foi um dos fundadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV), uma das mais tradicionais universidades de economia que formou muitos dos economistas que ocuparam e ocupam cargos importantes no governo e em setores de destaque na economia brasileira.

A contribuição de Eugênio Gudín para o ensino moderno da economia em nosso país tem sido múltipla e decisiva. Cabe mencionar, em primeiro lugar, sua contribuição como professor da Faculdade de Economia da (atual) Universidade Federal do Rio de Janeiro e como autor, especialmente do livro sobre economia monetária. Foi um dos primeiros livros de ciência econômica moderna publicada no Brasil e, além de refletir o desenvolvimento científico em outros países, trouxe contribuições teóricas e institucionais originais. (KAFKA, DIGESTO ECONOMICO, 1986, p.19)

Outra contribuição de Gudín assinalada por Kafka se visualiza na prática que o economista teve de conselheiro da economia brasileira, estando em algum cargo público ou não, a luta contra a inflação através de medidas ou de seus artigos que criticavam as ações intervencionistas do Estado. Gudín sempre se posicionara de forma ortodoxa e com o passar dos anos a influência do mesmo sobre a economia nacional aumentou principalmente na década de 1980, quando medidas contra a inflação começam a ser pensadas de forma mais contundente.

Eugênio Gudín teve uma contribuição tanto de conselheiro quanto de executor para a economia nacional, mas talvez sua função principal tenha sido como crítico que se impôs à opinião pública do país, e através dela à política governamental. (KAFKA, DIGESTO ECONOMICO, 1986, p.19)

Kafka também assinala o grande aporte que Gudín forneceu no quadro internacional, em que teve importância destacada quando fora delegado brasileiro

na conferência de Breeton Woods, revelando-se posteriormente também um grande negociador internacional, amenizando o problema da dívida externa que o país ostentava na época. Nesse ponto Gudin influencia diretamente Kafka que ocupou um dos cargos mais importantes para a política econômica internacional no Brasil, representante do país no FMI (Fundo Monetário Internacional), Kafka demonstra em suas ações elementos de influência Gudiniana.

Um dos economistas liberais de maior destaque apontado pela historiografia também foi fortemente influenciado por Gudin, Roberto Campos foi um dos mais relevantes discípulos das idéias Gudinianas, e isso foi demonstrado quando Campos ocupou o Ministério do Planejamento em 1964 onde teve como principal ação a contenção da inflação através da diminuição dos gastos públicos.

Para Ignácio Rangel, Gudin teria influenciado diretamente a elaboração da Instrução 70 da Sumoc¹⁴ de Oswaldo Aranha que eliminava o câmbio subvencionado com um sistema de taxas múltiplas, facilitando assim as exportações brasileiras, desencorajando as importações protegendo a indústria e a balança comercial.

Sendo assim esses economistas que estavam intimamente ligados com a vida política do Brasil foram uma amostra do grupo de economistas que fora criado a partir da FGV¹⁵, uma instituição que salientou a história da Política Econômica no Brasil e teve como um dos fundadores do curso de Economia o próprio Gudin.

A instituição que nasceu em 1944 no Rio de Janeiro fez da Economia uma ciência respeitada no Brasil. Tendo como professores Eugênio Gudin, Octávio Bulhões e Mario Henrique Simonsen a Fundação Getúlio Vargas (FGV) se tornou

¹⁴ Para aprofundamento da questão ver. BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

¹⁵ Para detalhamento sobre a Fundação Getúlio Vargas e sua ressonância no cenário político do Brasil, ver. LOUREIRO, Maria Rita. Os economistas no Governo. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

referência nacional para pesquisas, medição de índices, números da economia nacional e formação de quadro profissional para a setor administrativo público e privado. A fundação tinha muitos dos princípios que norteavam as idéias de Gudin, princípios ortodoxos que se preocupavam com o controle das contas públicas, estabilidade de preços, respeito pelos contratos e propriedade privada e liberdade de mercado.

A FGV se tornou referência para o Estado principalmente após o golpe militar, quando vários de seus alunos e professores assumiram cargos de responsabilidades que determinaram os rumos da economia nacional. Ações como: a criação do Banco Central, a instituição da correção monetária, a diminuição de crédito ações que contribuíram para a diminuição da inflação demonstravam os princípios da FGV. Outro economista que esteve no cenário político foi Mario Henrique Simonsen que assumiu ministérios na década de 1970 e chegou a ser conselheiro do presidente Fernando Henrique Cardoso. A FGV portanto formou vários ministros, assessores, administradores que ocuparam cargos em grandes empresas públicas e privadas, importantes economistas. Uma escola que se tornou um centro de debate sobre os problemas nacionais; nela, Gudin teve sua grande contribuição para a sua formação e desenvolvimento.

5.4 A CONTRAPOSIÇÃO DE GUDIN AO CONSERVADORISMO

Observa-se em Hayek (1983) o conceito de conservadorismo, pois o mesmo representa uma escola de pensamento da qual também fez parte Gudin, e não só por essa razão, mas também por ser Hayek um dos mais relevantes estudiosos das questões filosóficas e conceituais do liberalismo. Na sua obra Hayek (1983) focaliza as incompatibilidades entre o termo conservadorismo e as idéias do liberalismo clássico, expondo então o seu conceito de conservadorismo.

Para Hayek o conservadorismo não oferece nenhum objetivo alternativo, a primeira faceta desse conceito aponta que o conservador tende a optar pela situação presente, não acreditando em mudanças. "... o verdadeiro conservadorismo é uma atitude legítima, provavelmente necessária, e com certeza bastante difundida, de oposição a mudanças drásticas." (HAYEK, 1983, p.467).

Historicamente até o surgimento do socialismo, o oposto ao liberalismo era o conservadorismo. O liberalismo surge de revoluções no pensamento, no modo de conceber a economia e a política, sua gênese teve base na mudança. O conservadorismo por sua vez, avesso a mudança, trabalha no sentido de barrar os desdobramentos indesejáveis, muitas vezes naturais.

O sentido de estagnação também faz parte do conceito de conservadorismo, que seria conservar algo já existente. O liberalismo pretende tomar um caminho, avançar e não estagnar, e para que isso aconteça os obstáculos a essa evolução espontânea precisam ser tirados, pois sua defesa se pauta no caminho natural da sociedade e do mercado. Nesse sentido reside uma grande confusão acerca de Gudin, o mesmo trabalha, através de seu discurso, no sentido de barrar as forças revolucionárias socialistas que ganhavam expressão no Brasil, no início da década de 1960, portanto sua ação não fora de conservar algo que já existia, mas ter condições para que as mudanças continuassem ou pudessem de fato existir. Sem a liberdade econômica não seria possível obter a evolução espontânea do mercado que geraria o desenvolvimento.

Hayek ainda aponta que algumas instituições antigas não são descartadas pelos liberais, só pelo fato de serem antigas, mas como no caso dos Estados Unidos, essas instituições possuem uma razão de ser coerente aos princípios da Economia Política clássica; igualmente, para Gudin era importante a conservação do direito de propriedade privada, instituição necessária para a evolução do mercado.

5.5 A CRENÇA NO PODER DAS MUDANÇAS

Outro elemento existente no conservador e que não se encontra no liberal é o fato de que o liberalismo pressupõe a existência de coragem para se acreditar nas mudanças não planejadas e de certa forma imprevisíveis. Na medida em que o mercado funciona sob a influência da cadeia de valores e interesses de diferentes indivíduos que formam a sociedade, o mesmo está alheio a mudanças que muitas vezes não podem ser quantificadas por ser espontâneas, a certeza que se tem é que há o aumento de capital com um mecanismo eficiente de distribuição de riqueza, porém não se tem um projeto para isso e sim acredita-se em determinadas ações.

Com isso, chegamos ao primeiro ponto no qual as atitudes liberais e conservadoras diferem radicalmente. Como muitas vezes os escritores conservadores reconheceram, uma das principais características da atitude conservadora é o medo da mudança, uma desconfiança tímida em relação ao novo enquanto tal, ao passo que a posição liberal se baseia na coragem e na confiança, na disposição de permitir que as transformações sigam seu curso, mesmo quando não podemos prever aonde nos levarão. (HAYEK, p.469).

Os conservadores tendem a utilizar os poderes do governo para impedir as mudanças ou limitar seu âmbito, a medida de impor regras e planos que ditam a vida econômica, aponta a busca de racionalizar o desenvolvimento, o que ocorreu nos governos desenvolvimentistas tanto no momento democrático quanto após o golpe militar. Gudín ressalta o caráter do liberalismo clássico de ser um

pensamento que não se apresenta como uma ideologia, pois não tem um plano ou projeto.

O chamado 'capitalismo' não é ideologia e muito menos mística. Nunca foi planejado. Cresceu e se desenvolveu à medida das necessidades, formando sistema através de uma longa série de instituições, como preços de mercado, sistema bancário, letra de câmbio, sociedade anônima, venda a prestações etc.

Do ponto de vista ideológico, tudo o que se pode dizer é que o capitalismo tem conotações históricas e lógicas com a Democracia. Ambos se filiam ao liberalismo, um pelo lado econômico, outra pelo lado político. Sem liberdade não há livre iniciativa, nem, portanto capitalismo. Sem liberdade não há evidentemente democracia. "No Estado economicamente onipotente não há lugar para as liberdades políticas." (GUDIN, 1970, p.49).

O conservador carece de ordem, de regras que aponte o caminho ou a maneira. Não acreditam que o inesperado movimento do mercado e seus reflexos podem trazer a ordem, não acreditam nas forças espontâneas. Sendo necessário um grupo ou indivíduo que determine o caminho que a sociedade deve trilhar, sendo assim o Estado o único munido de possibilidade racional para pensar as escolhas de toda a sociedade.

Em última análise, a posição conservadora baseia-se no princípio de que, em qualquer sociedade, há indivíduos reconhecidamente superiores, cujos valores, padrões e posições, sua herança espiritual, precisariam ser protegidos, e que deveriam exercer maior influência nos assuntos públicos do que os demais. Obviamente, o liberal não nega que existam pessoas superiores; ele não é um defensor do igualitarismo. O que ele nega é que qualquer um possa ter a autoridade de decidir quem são essas pessoas superiores. Enquanto os conservadores tendem a defender uma determinada hierarquia estabelecida e pretendem que a autoridade proteja o status daqueles que eles prezam, os liberais acreditam que não haja respeito por valores estabelecidos que justifique o recurso ao privilégio ou ao monopólio ou qualquer poder coercitivo do Estado para proteger estas pessoas das forças da transformação econômica. (HAYEK, 1983, p.472)

5.6 A ÓTICA CONSERVADORA DO INTERVENCIONISMO

Uma das idéias principais existentes nos escritos de Gudin fora sua discussão acerca do intervencionismo, o economista acredita que esse excesso de autoridade dada ao Estado, que privilegia certos setores da economia, muitas vezes não beneficia toda a sociedade. Por outro lado a iniciativa privada é movida por seus interesses e por isso conhece bem suas necessidades, portanto detém o conhecimento para fazer as mudanças para seu bem estar, o novo estaria intrínseco ao caráter humano, as possibilidades aumentam, visto cada individuo buscar suprir suas necessidades.

Este contraste se manifesta mais claramente nas diferentes atitudes de ambas as tradições em relação ao avanço do conhecimento. Embora o liberal não considere toda a mudança um progresso, ele encarava o avanço do conhecimento como uma das metas principais do esforço humano e confia em que lhe proporcione uma solução gradual para os problemas e dificuldades que esperamos poder resolver. Sem preferir o novo apenas por ser novo, o liberal está consciente de que é da essência da realização humana produzir o novo; e está preparado para conviver com o novo conhecimento, goste ou não de seus efeitos imediatos. (HAYEK, 1983, p.474)

Tendo em vista o conceito de conservadorismo em Hayek, as idéias desenvolvimentistas se encaixam mais a esse conceito do que as idéias liberais, pois o desenvolvimentismo tributava ao Estado ser um grupo que detinha o conhecimento o suficiente para decidir o melhor para uma sociedade.

O liberalismo concebe a realidade de não ter respostas para todas as coisas e não busca explicações para todos os problemas sociais. A própria teoria se

baseia na idéia de que as instituições humanas são demasiadamente complexas, para serem explicadas e entendidas através de uma serie de teorias e equações, por isso as ações desse sistema liberal muitas vezes são invisíveis, como a chamada “mão invisível do mercado”, pode-se compreender seus resultados, mas não mapear seu processo, por ser espontâneo e natural.

Além disso, o liberal não se recusa a buscar o apoio de quaisquer hábitos ou instituições não racionais que se revelaram válidos. O liberal difere do conservador na disposição de aceitar esta ignorância e de admitir que sabemos muito pouco, sem reivindicar uma autoridade de origem supranatural do conhecimento sempre que sua razão falhar. Deve-se admitir que o liberal, em alguns casos, é fundamentalmente um cético - mas aparentemente é necessário certo grau de desconfiança para deixar que os outros busquem sua felicidade à sua maneira e para defender com coerência esta tolerância, que é uma característica essencial do liberalismo. (HAYEK, 1983, p. 476)

Sendo assim o liberal não impõe uma ideologia, não há militância por uma causa, há sim uma defesa há liberdade, uma busca a oportunidade e possibilidade de funcionamento eficiente do mercado. “... A tarefa do filósofo político é influenciar a opinião pública e não organizar o povo para a ação...” (HAYEK, 1983, p.482)

Partindo do pressuposto conceitual de Hayek acerca do conservadorismo, é importante observar-se a visão da historiografia acerca de Gudin, que concebe o mesmo como um conservador, e como a conclusão do presente trabalho possibilitou uma ótica divergente a respeito das idéias do economista. Alguns pontos nas idéias de Gudin deram margem para que a historiografia apontasse-o como conservador.

5.7 LIMITES DO CONSERVADORISMO IMPUTADO A GUDIN PELA HISTORIOGRAFIA

Uma obra que fora muito lida nos últimos anos, de Elio Gaspari, “A Ditadura derrotada”, aponta Gudin como conservador, por se aliar aos governantes do Estado militar, após o Golpe de 1964. Gaspari considera Gudin reacionário, por ser um dos intelectuais que vão justificar e apoiar o Golpe, buscando impedir uma possível Revolução de cunho socialista, assim ele seria um conservador por buscar manter a ordem que estava sendo ameaçada.

Como esta pesquisa demonstrou, existia uma razão maior para o apoio de Gudin ao golpe de 1964 pois ele seria a possibilidade das idéias liberais continuarem tendo a garantia de que instituições tão importantes como o direito de acumular bens, iriam sobreviver àquela situação de crise política. A questão não era ser contra as mudanças, mas era a permanência e sobrevivência de seus princípios.

O conservadorismo muitas vezes não possui princípios sólidos. O conservadorismo pode muitas vezes representar um conceito útil e prático, mas não nos proporciona nenhum princípio orientador capaz de influenciar a evolução futura. (HAYEK, 1983, p.482).

Ainda sobre a questão do apoio de Gudin ao golpe de 1964, Caio Navaro Toledo ¹⁶ em um artigo conceitua Gudin, como um economista “arqui-conservador”, que demonstrou isso apoiando o governo militar.

Outro elemento que fez Gudin ser conhecido como conservador foram suas idéias contra o processo de industrialização que se dava em fins da década de 1940, esse projeto, pautado no nacional-desenvolvimentismo, tinha como o promotor dessa ação o Estado. Gudin não fora contra a industrialização, como o presente

¹⁶ O artigo recupera figuras que se destacaram no governo militar e como esses apoiaram as ações desse governo. Artigo on-line, ver: <<http://www.cfh.ufsc.br/~lastro/sociologia/memorial/espectros.htm>>

trabalho já apontou nos capítulos anteriores, mas era contra a maneira com que estava se desenvolvendo essa indústria nacional. Um exemplo dessa concepção se encontra em Ricardo Bielschowsky (1995)¹⁷, onde o mesmo afirma que Eugênio Gudin foi o mais importante economista conservador brasileiro, e remete ao mesmo o caráter de conservador por ser contrário a industrialização.

Outra obra de relevância para a historiografia das idéias se constitui na obra de Guido Mantega (1987), onde o mesmo classifica Gudin como um pensador conservador e liberal, também por sua oposição a industrialização. Mantega descreve que o liberalismo de Gudin, que para ele era o expoente do liberalismo no Brasil, não tinha nada de inovador, mas eram as mesmas questões colocadas a séculos atrás, por outros liberais. Nessa perspectiva o caráter clássico da Economia Política de Gudin é confundido como sendo algo antigo, então antiquado e conservador.

Esses foram exemplos de apontamentos da historiografia que conceberam Gudin como um conservador. Porém com base no fundamento teórico e metodológico da presente pesquisa, se conclui que Gudin não era um conservador, pois acreditava na teoria da Política Econômica Clássica, e através das observações de Hayek, essa teoria é incompatível com o conservadorismo, pois esse anularia a razão de ser, atinge os principais cernes do ideário liberal.

CONCLUSÃO

¹⁷ Para maior aprofundamento ver . BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995. A obra é considerada uma das referências mais citadas na atualidade para a análise de questões acerca da história do pensamento econômico no Brasil.

Como corolário do que foi exposto, este trabalho conclui sobre dois pontos fundamentais; vejamo-los:

Primeiramente, a pesquisa concluiu que Gudin foi a própria economia política clássica no Brasil do século XX e, como tal, ele ofereceu uma interpretação da história brasileira analisando a economia enquanto algo inseparável da política, e vice e versa. Nesta historicização das idéias de Gudin, portanto, foi possível visualizar agrupamentos sociais confrontando-se em razão da defesa de seus interesses. A anatomia econômico-política deste confronto é o próprio desenrolar da história humana; para a sua aquilatação, sob a égide da Economia Política Clássica, no momento de sua terceira geração pós-ricardiana, representada pela Escola Austríaca, a obra de Gudin figura como completo manancial de pesquisa histórica.

O segundo ponto desta pesquisa foi a identificação dos limites da imputação, feita pela historiografia, de uma espécie de conservadorismo aos escritos de Gudin. Baseado especialmente no quinto capítulo, esta pesquisa reafirma a tese de que um pensamento afeito a mudanças globais, a liberdade e a acontecimentos incomensuráveis e imprevisíveis, não se coaduna em nem em um ínfimo com uma concepção conservadora da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

7.1 LIVROS

ABRAHÃO, C.M.S; DANTAS, J. A. M.; REIS, G. A . **Gudin, Bulhões, Furtado: matrizes do pensamento econômico brasileiro**. Maringá: Eduem, 1999.

ABREU. Marcelo de Paiva. **Contribuições de Eugênio Gudin ao Pensamento Econômico Brasileiro**. Literatura Econômica, 1984

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BORGES, Maria Angélica. **Eugenio Gudin: capitalismo e neoliberalismo**. SP, Bional/Educ,1996.

BUTLER, Eamom. **A contribuição de Hayek às idéias políticas e econômicas de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, Ed. Nórdica, 1987.

CAMPOS, Roberto. **A lanterna na popa: memórias**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CARONE, Edgard. **A república liberal: instituições e classes sociais (1945-1964)**. São Paulo: Difel, 1985.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA, **Exposição geral da situação econômica do Brasil 1961**. Rio de Janeiro: IBGE, 1962.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura**. Brasil: 1964-1985. 3ªed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

DELFIN NETTO, Antonio. **Análise do comportamento recente da economia brasileira documento preparado no início de 1967**. In: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL – MPCG. Diretrizes de governo. Brasília: jul. 1967. (Reproduzido pelo Curso de Economia Regional, FIPE/USP, 1970).

DELFIN NETTO, Antonio. **Análise do comportamento recente da economia brasileira documento preparado no início de 1967**. In: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL – MPCG. **Diretrizes de governo**. Brasília: jul. 1967. (Reproduzido pelo Curso de Economia Regional, FIPE/USP, 1970).

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: a ação política, poder e golpe de classe**. 3. ed., Petrópolis: Vozes, 1981.

FRIEDMAN, Milton. **Inflação: suas causas e conseqüências**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1969.

GASPARI, Elio. **A Ditadura derrotada**. São Paulo: Ed. Cia das letras, 2001.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 1987.

GUDIN, Eugênio. **A formação do economista**. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, p.53-70, mar.1956. Digesto Econômico. São Paulo, 131, p.57-65, set/out.1956.

_____. Eugênio. **Análise de problemas brasileiros**: coletânea de artigos- 1958-1964. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 1965.

_____. Eugênio. **Para um Brasil melhor**. Rio de Janeiro: APEC, 1970.

_____. Eugênio. **Princípios da Economia monetária**. Vol I , 9 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1974.

HABERLER, Gottfried. **Crescimento econômico e estabilidade**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1976.

HAYEK, Friedrich Augusto von. **Direito, legislação e liberdade**: uma nova fórmula dos princípios liberais de justiça e economia política. São Paulo: Ed. Visão, vol I, 1985.

HAYEK, Friedrich Augusto von. **Os fundamentos da liberdade**. São Paulo: Ed. Visão, 1983.

HOBBS, Thomas. **Leviatã** ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. IN: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

HOBBS, Thomas. **Sobre História: ensaios**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

KAFKA, A., et al. Eugênio Gudín visto por seus Contemporâneos. Rio de Janeiro: FGV, 1979.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do juro e do dinheiro**. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1983.

LIMA, Delcio Monteiro de. **Brasil o Retrato sem Retoque**. São Paulo: Ed. Francisco Alves, 1978.

LIST, F. **Sistema Nacional de Economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo**. São Paulo: Martins fonte, 1998.

LOUREIRO, Maria Rita. **Os economistas no Governo**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

MAINWARING, Scott. A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985). São Paulo: Brasiliense, 2004.

MANTEGA, G. A . **A economia política brasileira**. 4. ed. São Paulo: Polis/ Vozes, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: SILVA, Fernando da, (org), et al. **República, Liberalismo, Cidadania**. Piracicaba: Ed. UNIMEP,2003.

PENNA, Meira J. O de. **A ideologia do século XX**. Ensaio sobre o nacional-socialismo, o Marxismo, o Terceiro- mundismo e a Ideologia Brasileira. Rio de Janeiro: Nórdica, 1994.

PREBISCH, R. **Dinâmica do Desenvolvimento Latino Americano**, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.

RICARDO,D. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Editora Universidade de Brasília – Brasília/DF; Editora Ática – São Paulo/SP – 1989.

SCHUMPETER, J. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. SP: Abril Cultural, 1982.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: investigações sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

STUART MILL. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **A libertação do Liberalismo**: Política. Rio de Janeiro: Livraria- Ed. Da Casa do Estudante do Brasil, 1949.

VINER, Jacob - **Ensaio selecionados de Jacob Viner** . Trad. de José Maria Gouvêa Vieira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Serv. de publicações, 1972.

WALRAS, Leon. **Compêndio dos elementos de Economia Política Pura**. São Paulo: Abril cultural, 1983.

7.2 PERIÓDICOS

DIGESTO ECONOMICO. **Eugênio Gudín 100 anos**. Rio de Janeiro, maio-junho,1986

LOPES, Luiz Simões. **O centenário de Gudín**. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, p.11-14, jul.1986.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Dez anos de economia brasileira**: história e historiografia (1954-1964). Revista Brasileira de História- ANPUH. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, vol 14, nº27, p.87-97, 1994.

REVISTA VEJA. São Paulo, 25 ago, 1976.

7.3 DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

JARBAS PASSARINHO. **O Contra-golpe** de 1964 . 31 de mar de 2004. Disponível em: <http://www.midiasemmascara.org/print.php?id=1776> > acesso em: 06 ago. 2007.

NETO, Delfim In: DAMIANI, M. e GRINBAUM, R. **Os segredos sobre a economia do regime militar**, ISTO É DINHEIRO, 19 nov. 2003. Disponível em:< http://www.terra.com.br/istoedinheiro/325/economia/325_arquivos_delfim.htm> Acesso em: 05 ago. 2007.

TOLEDO, Caio Navarro. **.Expectro de 1964**. Disponível em S/d<<http://www.cfh.ufsc.br/~lastro/sociologia/memorial/espectros.htm>. Último acesso set de 2007.

TOLEDO,Caio Navaro. (Rev. Bras. Hist. vol.24 no.47 São Paulo 2004). 1964: **O golpe contra as reformas e a democracia** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000100002&script=sci_arttext > Último acesso dezembro de 2007.